



EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

exercício  
92



**Relatório e documentos  
de prestação de contas  
do exercício de 1992**

---

---

**ÍNDICE**

---

---

Mensagem do Presidente ..	3
Macroestrutura da EDP ...	4
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
Súmula .....	6
Situação Económica e Energética .....	9
<b>A ACTIVIDADE EMPRESARIAL .....</b>	<b>11</b>
Relações com os Clientes .....	11
Prestação de Serviços de Engenharia .....	16
Exploração do Sistema Electroprodutor .....	17
Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor .....	23
Organização e Recursos Humanos .....	29
Desenvolvimento dos Sistemas de Informação ..	33
Evolução Económica e Financeira .....	34
Considerações Finais .....	45
<b>BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS .....</b>	<b>49</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS ...</b>	<b>77</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL ...</b>	<b>78</b>
<b>PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS .....</b>	<b>80</b>
<b>EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS .....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO ESTATÍSTICO ..</b>	<b>83</b>



#### **Conselho de Administração**

- 1 - Eng.º António Ramos da Silva Vidigal
- 2 - Dr. José António de Matos Taborda Farinha
- 3 - Eng.º Arnaldo Pedro Figueiroa Navarro Machado
- 4 - Eng.º Joaquim Serrão da Silva Correia
- 5 - Eng.º José Filipe M. Athayde de Carvalho
- 6 - Eng.º Rui de Arriaga Ferin Cunha
- 7 - Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento

Com a tranquilidade que nos advém do cumprimento dos grandes objectivos traçados, concluímos mais um ano de intensa e aliciante actividade na Empresa. A evolução registada em todos os domínios está caracterizada neste relatório, e confirma a justeza da estratégia que se tem vindo a executar.

Reforçou-se assim a confiança no futuro do mesmo modo que se acentuou a convicção quanto à necessidade de prosseguir com as grandes transformações em curso.

Todos os aspectos do relacionamento da Empresa com os clientes continuaram a merecer uma atenção muito especial.

A consolidação de comportamentos e a qualidade do serviço são os dois vectores da mudança neste domínio. Melhoraram-se os meios de comunicação entre a Empresa e os clientes, criaram-se adequados ambientes de contacto, multiplicaram-se as alternativas para satisfação de compromissos mútuos e, sobretudo, procurou-se responder às necessidades dos clientes com presteza, segurança e economia.

A filosofia do serviço prestado é agora de grande abertura ao cliente e de total recusa da acomodação que poderia ser suscitada pelas condições próprias do mercado.

A conclusão em 1992 da implementação do Sistema de Gestão Empresarial — SEGEC foi inequivocamente um factor decisivo da mudança; os sinais recolhidos evidenciam uma progressiva aproximação do cliente à Empresa e acrescem a bom ritmo os fluxos de confiança em ambos os sentidos.

A qualidade do serviço passa também pela garantia do fornecimento da electricidade.

A Empresa esteve naturalmente atenta às necessidades do mercado e garantiu plena segurança no fornecimento, apesar do rigor da seca que atingiu níveis de quase calamidade nacional.

O desenvolvimento do sistema electroprodutor nacional continuou a pautar-se por rigorosos critérios de optimização técnica e económica, tendo sido caracteriza-

dos os melhores projectos que, no médio e longo prazo, continuarão a garantir, em permanência, a adequabilidade da oferta à procura de electricidade.

Nesta procura de equilíbrio é-nos grato sublinhar que esteve sempre presente o maior respeito pelas exigências de natureza ambiental.

A Empresa não ignora a sensibilização generalizada, à escala mundial, que as questões ecológicas suscitam. As exigências são crescentes e cada vez mais complexas as soluções a adoptar para preservar as condições naturais que rodeiam os grandes empreendimentos; mas a Empresa assume essa complexidade e tem ido para além do que lhe seria exigido pelas normas legais.

Adopta nesta matéria uma posição activa, voluntarista, e não de simples conformidade com as referidas disposições, consciente de que, também aqui, se gera confiança e credibilidade junto dos clientes, fornecedores, autarquias e demais organizações e de que, por esta via, se afirma o seu sentido de responsabilidade perante a Comunidade.

Encaramos os progressos de 1992 como o resultado de uma longa caminhada já iniciada há alguns anos.

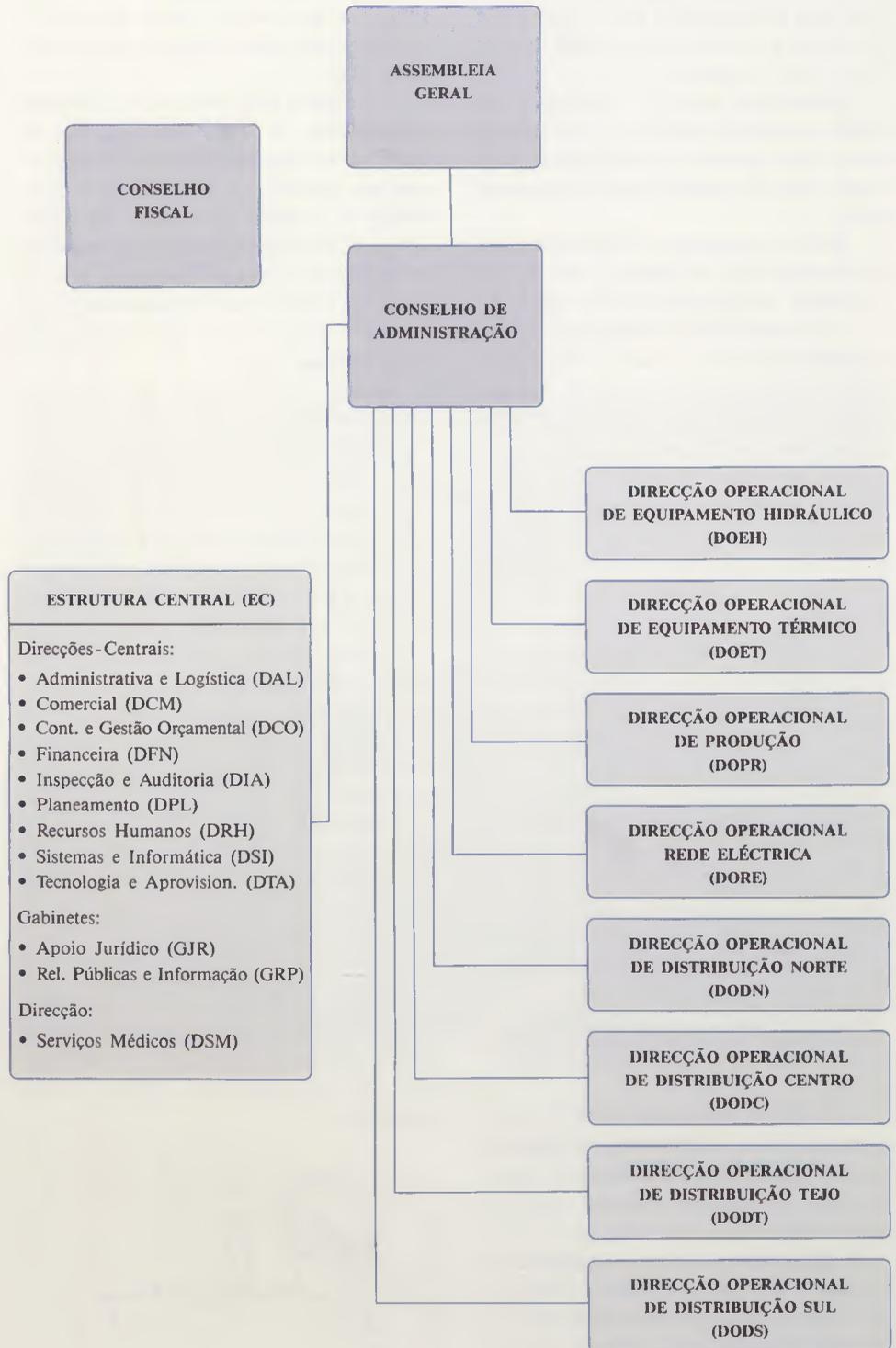
É inegável que nos encontramos a meio de uma mudança estrutural muito profunda.

Pretende-se que o progresso a alcançar assente numa dinâmica sustentada, de prudente optimismo, menos vulnerável às imponderabilidades de factores exógenos.

O reconhecimento dos passos já dados não será, no entanto, mais do que uma motivação acrescida para prosseguirmos com a mesma estratégia e enfrentarmos com a mesma determinação os desafios que se colocarão em 1993 e anos seguintes.



Joaquim Serrão da Silva Correia



### **Mesa da Assembleia Geral**

Prof. Dr. Diogo Homem de Lucena  
*Presidente*

Dr. António Pires Caiado  
*Vice-Presidente*

Jerónimo da Cruz Fonseca  
*Secretário*

### **Conselho Fiscal**

Dr. Sérgio Espadas Antunes  
*Presidente*

Dr. António Moura Rodrigues  
*Vogal (ROC)*

Eng.º Manuel Norton Brandão  
*Vogal*

Eng.º Jorge Martins Borrego  
*Vogal Suplente*

Dr. Severo Praxedes Soares  
*Vogal (ROC) Suplente*

### **Conselho de Administração**

Eng.º Joaquim Serrão da Silva Correia  
*Presidente*

Eng.º Arnaldo Pedro Figueiroa Navarro Machado  
*Vice-Presidente*

Eng.º José Filipe M. Athayde de Carvalhosa  
*Vogal*

Eng.º Rui de Arriaga Ferin Cunha  
*Vogal*

Dr. José António de Matos Taborda Farinha  
*Vogal*

Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento  
*Vogal*

Eng.º António Ramos da Silva Vidigal  
*Vogal*

### **Direcções Operacionais**

Eng.º Fernando Marques Seabra  
*Dir.-Geral do Equipamento Hidráulico (DOEH)*

Eng.º Rui Bravo Jacinto Martins  
*Dir.-Geral do Equipamento Térmico (DOET)*

Eng.º Hernâni Martins Verdelho  
*Director-Geral da Produção (DOPR)*

Eng.º Henrique Lopes Moreira  
*Director-Geral da Rede Eléctrica (DORE)*

Eng.º Carlos Manuel Carmo Brandão  
*Director-Geral da Distribuição Norte (DODN)*

Eng.º Joaquim da Silva Filipe  
*Director-Geral da Distribuição Centro (DODC)*

Eng.º Francisco de La Fuente Sanchez  
*Director-Geral da Distribuição Tejo (DODT)*

Eng.º Júlio Sarmiento Barros  
*Director-Geral da Distribuição Sul (DODS)*

### **Estrutura Central**

Eng.ª Maria do Carmo Rei  
*Dir. Central Administrativa e Logística (DAL)*

Eng.º José Rodrigues Pereira Penedos  
*Dir. Central Comercial (DCM)*

Dr. Manuel Jesus Martins  
*Dir. Central Contab. e Gestão Orçamental (DCO)*

Dr. Humberto da Costa Biu  
*Dir. Central Financeira (DFN)*

Eng.º António Leite Garcia  
*Dir. Central de Inspeção e Auditoria (DIA)*

Eng.º Jorge Ribeirinho Machado  
*Dir. Central de Planeamento (DPL)*

Eng.º Francisco José Cortez Lobão  
*Dir. Central dos Recursos Humanos (DRH)*

Eng.º João Campos Guimarães  
*Dir. Central de Sistemas e Informática (DSI)*

Eng.º José Manuel Cruz Moraes  
*Dir. Central de Tecnol. e Aprovisionamentos (DTA)*

Dr. José Melchior Gomes  
*Dir. Gabinete de Apoio Jurídico (GJR)*

Eng.º António Ribeiro dos Santos  
*Dir. Gabinete Rel. Públicas e Informação (GRP)*

Dr. Carlos Mendonça Pires  
*Dir. Central dos Serviços Médicos (DSM)*

A evolução económica e financeira da EDP em 1992 mostra uma situação que se pode considerar saudável, confirmando a tendência que se vem desenhando nos últimos anos.

Para esta situação têm contribuído favoravelmente factores exógenos, mas sem margem para dúvidas tem sido necessariamente determinante a estratégia delineada internamente para ultrapassar os gravíssimos problemas existentes na Empresa, à data do início da recuperação. No plano externo evidencia-se a vontade política que suportou com rigor as medidas internas, a par de uma conjuntura ao nível macroeconómico — preços dos combustíveis, taxas de juros, etc. — que se tem assumido favorável; excepção feita à variável cambial, com efeitos significativos nas contas da Empresa devido ao volume da sua dívida externa.

No plano interno, sublinha-se em particular duas áreas de intervenção: i) a modernização técnica e administrativa com o conseqüente reajustamento dos recursos humanos, e ii) a implementação de uma política comercial guiada por preocupações de qualidade de serviço, de grande aproximação ao cliente, mas também de grande rigor na cobrança da facturação corrente e na regularização de dívidas em atraso.

A Empresa apresenta em 1992 um resultado líquido de 16,8 milhões de contos, ligeiramente superior ao de 1991 (+ 17,5%); a taxa de rentabilidade, situando-se em 1,45%, bastante aquém da generalidade das empresas congéneres europeias, não permite ainda um nível adequado de remuneração de capitais próprios.

O apuramento daquele resultado foi precedido de um reforço de 6,9 milhões de contos de provisões para créditos de cobrança duvidosa e para investimentos financeiros e de dotações de 17,2 e 10 milhões de contos, respectivamente para o Fundo de Pensões e *Nível de Referência* da Correção de Hidraulicidade.

Para este nível de resultados contribuíram significativamente:

i) um aumento de 2,8% da procura da electricidade, associado a um acréscimo tarifário médio de 6,6%;

ii) a estabilidade, ou mesmo redução, dos preços médios dos combustíveis;

iii) a tendência de diminuição das taxas de juro médias dos financiamentos da EDP.

No plano interno, com efeitos igualmente positivos, prosseguiram as políticas de contenção de custos e de reorganização dos meios técnicos e humanos.

O exercício ficará assinalado como o ano mais seco de que há memória nos registos da Empresa. A hidraulicidade foi cerca de 60% inferior à média dos regimes e as conseqüências traduziram-se num sobrecusto de 23,9 milhões de contos em combustíveis e importação de electricidade.

Igualmente desfavorável foi a componente cambial. Apesar de um primeiro semestre em que o escudo teve um comportamento excelente, em termos de cotação, as perturbações ocorridas no final do ano no Sistema Monetário Europeu acabaram por induzir uma perda cambial de 11 milhões de contos.

A seca obrigou a recorrer a toda a capacidade disponível do sistema electroprodutor. A resposta foi eficaz — não ocorreram quaisquer restrições aos fornecimentos — tendo sido complementada com um significativo volume de importações.

O sistema produtor foi reforçado no final do ano em 315 MW com a entrada em serviço industrial de um grupo do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Lindoso. Este empreendimento — o maior do parque hidroeléctrico nacional — decorreu de acordo com a programação estabelecida e nele já se investiram mais de 120 milhões de contos. Concluir-se-á no corrente ano com a entrada em serviço industrial do segundo grupo, de igual potência.

Na área financeira registou-se uma nova redução do nível de endividamento da Empresa em cerca de 23 milhões de contos, situando-se agora em 1004 milhões de contos já com a actualização cambial da componente externa. Continuou a actuar-se nesta componente substituindo-se as divisas de maior risco por divisas do SME.

Quanto aos créditos vencidos, as contas mostram uma significativa redução em



1992. O facto ficou a dever-se essencialmente à regularização da dívida dos ex-SMGE do Porto — mais de 60 milhões de contos no início do ano — na sequência da assinatura de um contrato de concessão com a respectiva Câmara em Maio de 1992.

Este facto é tanto mais assinalável quanto é sabido que se tratava de um contencioso que se arrastava há anos com efeitos perniciosos para a EDP. Resta estabelecer acordos de concessão com 14 Municípios, a maior parte deles da área do grande Porto nos quais se concentra a maior parte da dívida vencida das Autarquias: cerca de 40 milhões de contos.

Realizou-se no ano um investimento de 136 milhões de contos, sem incluir os encargos financeiros intercalares que, só por si, representaram mais 44 milhões de contos. A conciliação de dispêndios tão avultados com a referida diminuição da dívida de financiamento só foi possível graças aos recursos internos libertados a

que acresceram as comparticipações legais dos clientes (13,9 milhões de contos) e os fundos comunitários (10,8 milhões de contos).

Este investimento centrou-se, necessariamente, no aumento da capacidade do sistema electroprodutor de acordo com o plano de expansão definido e aprovado para a presente década. Em 1992 deu-se continuidade aos trabalhos da Central Termoeléctrica do Pego, nas proximidades de Abrantes, e aos vários empreendimentos hidroeléctricos que se encontravam em curso no início do ano. Globalmente cumpriram-se os programas pré-estabelecidos; excepção feita ao aproveitamento de fins múltiplos do Caldeirão por dificuldades ocorridas na empreitada de construção civil.

Factos dignos de realce foram: i) o lançamento de um novo aproveitamento hidroeléctrico — o empreendimento de Foz-Côa — localizado na confluência do rio Côa com o rio Douro; e ii) o acordo

*Aproveitamento hidroeléctrico do Alto Lindoso (Rio Lima).*

estabelecido já no final de 1992 quanto às principais condições de alienação da Central do Pego. O contrato definitivo da venda será assinado, em princípio, no final de Março de 1993, coincidindo com a entrada em serviço industrial do primeiro grupo. Esta transacção culmina um longo processo de negociações e insere-se na estratégia da Empresa visando a redução do endividamento e a libertação de recursos financeiros para investimentos prioritários nos sectores do transporte e da distribuição.

A implementação do Sistema Empresarial de Gestão Comercial — SEGEC foi concluída, em toda a Empresa, no final do ano. Considerado uma ferramenta estratégica na função comercial, o aproveitamento das suas elevadas potencialidades, permite incrementar a qualidade do serviço prestado, aproximar os clientes da Empresa e gerar fluxos de confiança em ambos os sentidos.

No âmbito do Sistema Integrado de Informação da EDP, um novo projecto, com características igualmente estruturantes centrado nas áreas técnicas — planeamento, exploração e equipamento — teve desenvolvimentos importantes em 1992; trata-se do SIREN — Sistema Integrado das Redes de Distribuição, cujo primeiro módulo, o Sistema de Gestão de Obras,

SGO, foi implementado num departamento piloto prevendo-se, em 1993, promover o seu alargamento a toda a Empresa.

A experiência acumulada pelos gabinetes de engenharia da EDP ao longo de vários anos, proporcionou-lhes uma posição singular no mercado nacional em todas as vertentes da engenharia associada a projectos do sector eléctrico. Natural é pois que a Empresa tenha integrado na sua política comercial a prestação de serviços de engenharia a entidades exteriores, quer nacionais, quer estrangeiras. Fá-lo, quer directa, quer indirectamente através da sua associada INTERNEL, SA. Foi uma área com desenvolvimento significativo em 1992; cita-se, a título de exemplo, a prestação de serviços de engenharia civil à empresa espanhola ELCOGÁS no âmbito do projecto europeu de construção de uma central de Gaseificação de Carvão Integrada com Ciclo Combinado (IGCC).

Dando continuidade aos estudos de reestruturação do sector eléctrico iniciados em 1991 — após a passagem da EDP ao estatuto de Sociedade Anónima e a publicação de outra legislação sobre o sector — foi concluída e entregue ao Governo a primeira fase desses estudos em Outubro de 1992. Aguarda-se agora orientação para passagem às fases seguintes, sendo certo que a EDP continuará a dispensar uma contribuição empenhada em todas as acções que se considerem necessárias visando a flexibilização do sector eléctrico. No essencial, aliás, a reestruturação passará certamente pela consagração da separação dos *negócios* produção, transporte e distribuição, que hoje já ocorre em termos administrativos e de gestão, com a criação de novas unidades empresariais, eventualmente aproveitando as vantagens de uma organização tipo *holding*.

Em síntese, é grato referir a este Conselho de Administração a boa *performance* económica e financeira em 1992, apesar da adversidade da seca e das perdas cambiais, bem como o absoluto cumprimento das principais metas estabelecidas.

Unidade Comercial de Loulé.



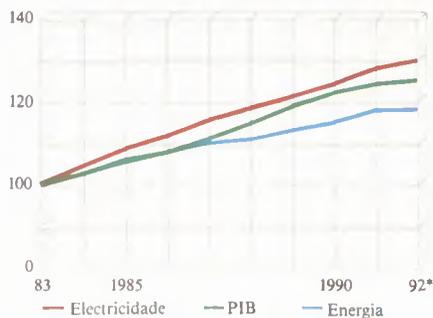
### Âmbito Internacional

Apesar da quebra verificada no crescimento da economia japonesa, a retoma do nível de actividade económica dos Estados Unidos em 1992 (depois de uma quebra de 0,7% em 1991), permitiu um acréscimo no Produto Interno Bruto do conjunto dos países da OCDE um pouco superior ao que tinha sido registado no ano anterior (1%).

No caso da Comunidade Europeia, assistiu-se em 1992 a um crescimento pouco superior a 1%, pelo segundo ano consecutivo. A produção industrial foi claramente afectada pela recessão, com uma quebra bastante significativa nas indústrias de bens de capital. O comportamento desfavorável da economia, acompanhado por um aumento da população activa, conduziu a um agravamento na taxa de desemprego da Comunidade. Conforme seria de esperar, a situação da economia conduziu a uma quebra na taxa de inflação.

Relativamente ao mercado energético, os últimos dados disponíveis para a CEE apontam para uma estagnação do consumo de energia em 1992, facto que conduziu a um novo aumento da parte da electricidade no consumo total de energia.

CONSUMO DE ENERGIA E DE ELECTRICIDADE EM RELAÇÃO AO PIB NA COMUNIDADE EUROPEIA (Índices)



\* Estimativa  
Fontes: Eurostat, Energy; Energy in Europe e European Economy.

No que se refere à oferta, o ano de 1992 veio confirmar a importância relativa que as várias formas de energia têm assumido nos últimos anos. Conforme ilustrado no gráfico seguinte, o petróleo continua a contribuir com cerca de 44% do Consumo Interno Bruto de energia da Comunidade.

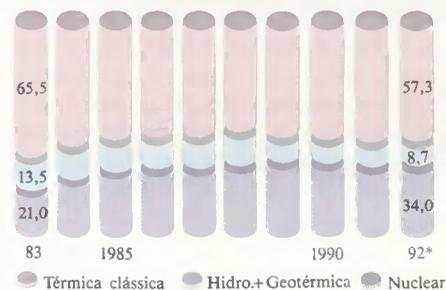
CONSUMO INTERNO BRUTO DE ENERGIA NA COMUNIDADE EUROPEIA (%)



\* Estimativa  
Fontes: Eurostat, Energy e Energy in Europe.

No sector da electricidade a quebra verificada na produção hidroeléctrica deverá ter sido compensada por um acréscimo na produção nuclear, cuja contribuição se apresenta estabilizada em cerca de 34% do total. Por outro lado, a produção térmica clássica continua acima dos 55% da produção global.

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE NA COMUNIDADE EUROPEIA (%)



\* Estimativa  
Fontes: Eurostat, Energy e Energy in Europe.

### Âmbito Nacional

De acordo com as últimas estimativas do Ministério das Finanças, o crescimento da economia portuguesa voltou a abrandar em 1992 com uma evolução real do Produto Interno Bruto de 1,8%. A este abrandamento esteve associado um forte aumento das importações (cerca de 10%) enquanto o crescimento das exportações ficou aquém dos 6%.

Por outro lado, assistiu-se também a um abrandamento no ritmo de crescimento do Consumo Privado que terá ficado ligeiramente acima dos 4%. O crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (cerca de 4%) apresentou uma retoma bastante inferior àquela que seria de esperar.

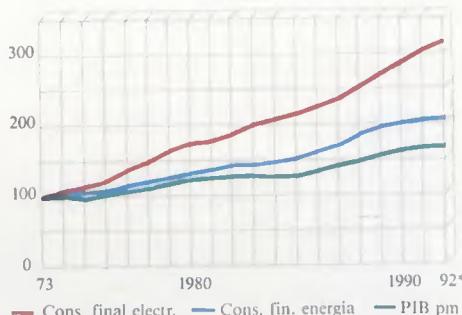
## SITUAÇÃO ECONÓMICA E ENERGÉTICA

A taxa de inflação, registou alguns progressos apesar do efeito da harmonização fiscal, ocorrida no princípio do ano. De facto, foi possível conter o Índice de Preços no Consumidor em 8,9% (excluindo habitação) para o que não terá sido inócuo certamente o *arrefecimento* geral da economia. Este resultado esteve essencialmente associado ao comportamento dos preços dos bens alimentares que puderam beneficiar de preços de importação bastante favoráveis.

Com o abrandamento no ritmo de crescimento económico, estima-se que em 1992 tenha ocorrido também uma desaceleração no consumo final de energia. Situação inversa verificou-se uma vez mais no consumo de gasolinas onde não se observou qualquer moderação, como seria aliás expectável face à estabilidade dos seus preços nominais.

Apesar da diminuição observada na taxa de crescimento do consumo de electricidade, continuou a registar-se um crescimento mais rápido que o Produto Interno Bruto. Assim, manteve-se em 1992 uma intensidade eléctrica superior à unidade, o que é bem revelador da diferença da nossa estrutura industrial em relação à Comunidade e também da margem de actuação possível no campo da racionalização dos consumos de energia.

CONSUMO DE ENERGIA EM RELAÇÃO AO PIB (Índices)



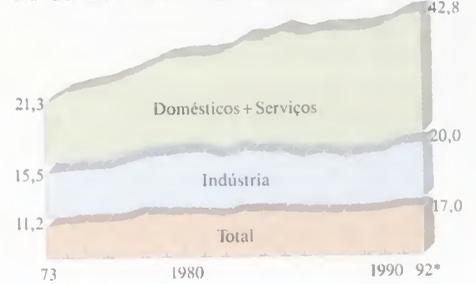
\* Estimativa

Fontes: Direcção-Geral de Energia, Contas Nacionais do INE, Rel. Banco de Portugal e OGE 93.

O gráfico seguinte mostra também que o consumo de electricidade tem vindo a crescer a um ritmo bastante superior ao do consumo final de energia, tornando-se assim evidente a crescente penetração da electricidade no consumo energético global.

Uma análise mais detalhada permite concluir que é na área dos consumos

PENETRAÇÃO DA ELECTRICIDADE NO CONSUMO FINAL DA ENERGIA (%)



\* Estimativa

Fonte: Informação Energia, Direcção-Geral de Energia.

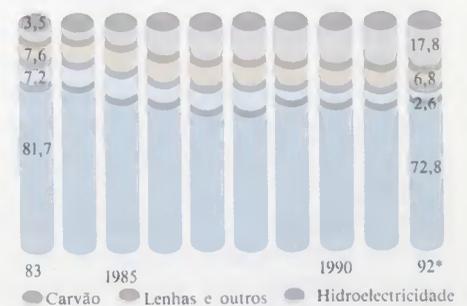
domésticos e de serviços que o papel da electricidade assume uma importância mais relevante, com um peso de mais de 40% no consumo final de energia.

Relativamente à oferta de energia, o ano de 1992 caracterizou-se por uma quebra significativa na produção hidroelétrica, consequência de condições hidrológicas particularmente desfavoráveis. Esta quebra foi essencialmente compensada por um acréscimo na contribuição do petróleo e por importações de electricidade muito superiores às ocorridas em 1991.

No gráfico seguinte mostra-se como tem evoluído ao longo da última década a estrutura do abastecimento energético do País.

Destaca-se a percentagem crescente do recurso ao carvão nos últimos anos e que tem a ver, naturalmente, com a entrada em funcionamento pleno da Central de Sines (4 grupos) desde 1989. É também evidente a forte dependência do País no que respeita ao abastecimento energético: mais de 80% da energia é importada visto o País não dispor de recursos petrolíferos e, no que respeita ao carvão, apenas uma pequena parte é de origem nacional.

ESTRUTURA DO ABASTECIMENTO ENERGÉTICO DO PAÍS EM ENERGIA PRIMÁRIA (%)



\* Estimativa

Fonte: Direcção-Geral de Energia.

## Política Comercial

A Empresa elegeu a qualidade como grande objectivo da gestão. A instalação do Sistema Empresarial de Gestão Comercial — SEGEC — considerado instrumento fundamental para a concretização desse objectivo, foi finalmente concluída em 1992 ficando assim abrangidas todas as unidades da Distribuição. Este Sistema permite aos Clientes tratar dos problemas inerentes à relação comercial, em qualquer ponto do território, sem subordinação a lógicas de contacto presencial associadas à área onde se situa a instalação a abastecer. Ao tornar este contacto praticamente dispensável, o SEGEC não deixa de constituir um forte instrumento para a valorização do atendimento personalizado, associado à qualidade e rigor da informação, e para a melhoria da produtividade, visando reduzir os custos da prestação do serviço.

Assinalando a conclusão da instalação do Sistema em toda a Empresa, foi constituído internamente o Grupo da Qualidade Comercial; a política da Empresa neste domínio subordinou-se naturalmente ao objectivo enunciado.

Assim, prosseguiu-se um diálogo franco com as Associações representativas de interesses dos consumidores, no quadro da abertura da Empresa ao exterior e da aproximação ao cliente.

Promoveram-se acções de formação do pessoal afecto ao atendimento e continuaram-se os trabalhos no sentido da progressiva harmonização dos procedimentos comerciais e da melhoria da legislação de enquadramento da actividade. Em particular, é de sublinhar a apreciação em curso da proposta de revisão das Condições Gerais de Venda de Energia Eléctrica em Alta e Média Tensão.

A Utilização Racional de Energia (URE), sendo um objectivo de âmbito Comunitário, continuou a merecer uma atenção especial da parte da Empresa, no ano em que se assinala a constituição da Comissão Nacional para a Utilização Racional de Energia — CNURE.

Além das numerosas acções de divulgação do Sistema Tarifário — ele próprio um instrumento de racionalização — a EDP manteve a sua participação em diver-

sas iniciativas dirigidas à actividade empresarial, enquanto utilizadora da energia eléctrica.

Destaca-se, em especial, a continuação da cooperação com o Centro para a Conservação de Energia, através de acções de formação de técnicos da Empresa, de estudos sobre URE na indústria e serviços e de preparação de suportes destinados à sensibilização de segmentos da clientela, além da participação da EDP no grupo de trabalho para a elaboração do Plano Nacional de Acções a integrar no Programa de Acção Comunitário para aumentar a eficiência da utilização racional da electricidade (Programa PACE).

A criação e desenvolvimento de opções diversificadas para facilitar as relações dos clientes com a Empresa não poderia deixar de assumir um lugar de grande relevo; em particular, na área das modalidades de pagamento, foi possível alargar ao universo dos Clientes todas as soluções disponíveis — transferência bancária, multibanco, estações dos CTT, balcões e agentes da EDP — além do cheque ou vale postal.

De uma política comercial essencialmente voltada para o cliente, o contraponto continua a ser o prosseguimento de uma política de rigor na cobrança da faturação corrente, promovendo-se o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos, bem como a progressiva normalização do cumprimento das obrigações em atraso.

## Sistema Tarifário

### *Revisão do sistema tarifário e evolução dos preços médios*

Em 8 de Janeiro foi ratificada a Convenção reguladora do tarifário para 1992, assinada entre a EDP e a Direcção-Geral de Concorrência e Preços.

Tendo em vista a correcção gradual das distorções da estrutura tarifária, que privilegia as tarifas para potências contratadas até 19,8 kVA em detrimento das restantes, procedeu-se a um maior acréscimo das tarifas daquele segmento de mercado a fim de se proporcionar um menor agravamento na tarifa dos consumidores industriais.

---



---

## RELAÇÕES COM OS CLIENTES

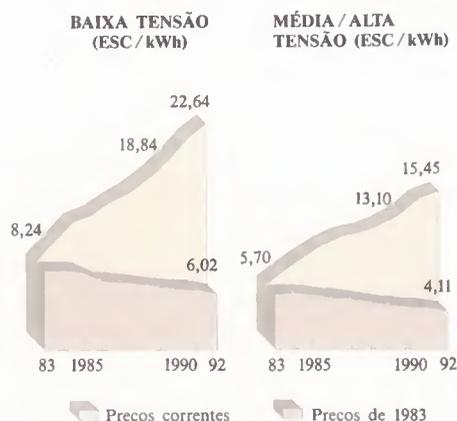
---



---

Em termos globais a Convenção proporcionou um acréscimo médio dos preços de 6,6%.

Nos gráficos anexos pode constatar-se a evolução dos preços médios na baixa e na média/alta tensão, quer em termos de preços correntes, quer em termos de preços constantes de 1983.



É evidente, em todos os níveis de tensão, uma redução sustentada do preço real da electricidade nos últimos anos.

Entre 1985 e 1992 esse decréscimo foi de 26,4% na Baixa Tensão e de 28,3% na Média e Alta Tensão.

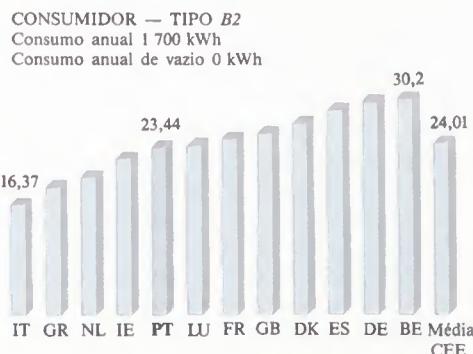
**Comparação internacional**

Em 1 de Janeiro de 1992, as tarifas para usos domésticos apresentavam relativamente aos restantes países da Comunidade Europeia uma posição privilegiada para os consumidores de menores consumos (600 kWh/ano). Para estes consumidores os preços eram cerca de 25% mais baixos do que os da média Comunitária; para os restantes consumidores domésticos com consumos anuais até 3500 kWh, onde se inserem a quase totalidade dos consumos domésticos em Portugal, embora a diferença não seja tão acentuada, eles beneficiam igualmente de preços sensivelmente inferiores à média Comunitária.

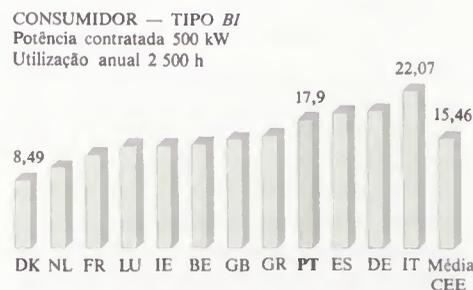
Relativamente às tarifas para usos industriais correspondentes á média, alta e muito alta tensão, a posição portuguesa relativamente aos restantes países Comunitários é menos favorável, situando-se um pouco acima da média.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a comparação com base nos consumidores-tipo domésticos e industriais adoptados pela EUROSTAT e que se afiguram mais próximos da realidade portuguesa.

**PREÇOS DA ELECTRICIDADE PARA USOS DOMÉSTICOS** — Preços médios em 01.01.1992 (taxas incluídas) (ESC / kWh)



**PREÇOS DA ELECTRICIDADE PARA USOS INDUSTRIAIS** — Preços médios em 01.01.1992 (taxas incluídas, excepto o I.V.A.) (ESC / kWh)



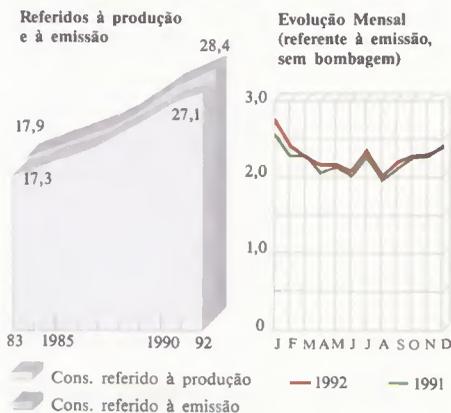
Como se pode observar, para estes consumidores-tipo, a Espanha, a Alemanha e a Itália praticam tarifas mais elevadas do que Portugal, no caso das tarifas industriais, e do conjunto dos doze, apenas a Grã-Bretanha, a Itália e a Holanda dispõem de tarifas mais baixas nos consumos domésticos.

**Evolução dos Consumos de Electricidade**

Em 1992 confirmou-se a desaceleração do crescimento dos consumos de electricidade que já se vinha registando nos últimos anos. No gráfico seguinte mostram-se as taxas de crescimento, em 1992, dos dois

agregados habituais — *Consumos referidos à emissão* e *Consumos referidos à produção* — sendo que o primeiro deles é tido por mais representativo da procura, ao nível do País, por eliminar a influência do consumo próprio das centrais, bastante diferente como se sabe, consoante o *mixing* da produção em termos hidroelétricos e termoelétricos.

**EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS (TWh)**

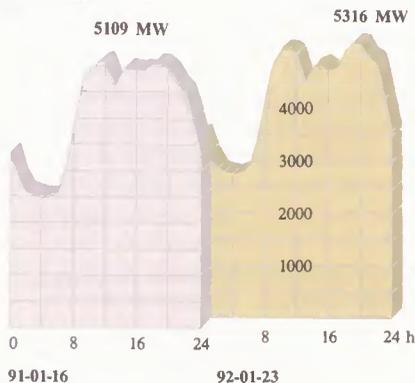


Embora as taxas de crescimento efectivo em 1992 sejam inferiores às ocorridas em 1991, se se introduzir a correcção dos parâmetros temperatura e número de dias úteis verifica-se que a evolução seria idêntica à do ano anterior. Pode isto significar que a desaceleração dos consumos terá atingido o patamar induzido pela evolução da economia em 1991/92, não sendo agora expectável o prosseguimento da tendência de desaceleração em 1993 a confirmarem-se as perspectivas apresentadas pelo Governo nas Grandes Opções do Plano.

	1991 (GWh)	1992 (GWh)	Variação (%)	Var. corrigida da temperatura e dias úteis (%)
Cons. referido à emissão	26 364	27 094	+ 2,8	+ 3,2
Cons. referido à produção	27 551	28 445	+ 3,2	+ 3,7

Em 1992 a ponta anual — máximo de utilização da capacidade instalada — foi registada no dia 23 de Janeiro com o valor de 5316 MW, correspondendo a um acréscimo de 4,1% em relação a 1991. Nesse ano o valor máximo tinha ocorrido no mesmo mês, com o valor de 5109 MW.

**DIAGRAMAS DE CARGA DOS DIAS DE PONTA ANUAL**



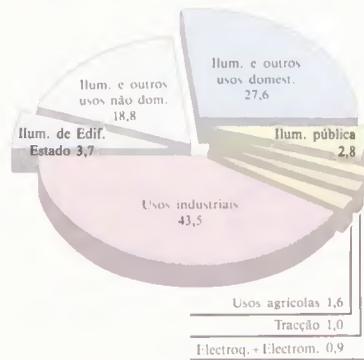
**Repartição dos consumos de electricidade**

Na repartição dos consumos por sectores de actividade verifica-se que o consumo industrial representa um pouco menos de metade do consumo total. Esta proporção representa uma ligeira quebra no biénio 1991/92 em relação a anos anteriores, enquanto que se observa um fenómeno inverso no conjunto dos consumos domésticos e dos serviços. Esta evolução decorre naturalmente de uma desacelera-



ção menos acentuada na taxa de crescimento deste último tipo de consumos do que nos usos industriais, como também tem sido observado nos últimos anos. Ou seja, parece notar-se uma repercussão mais directa e imediata do estado da economia nos consumidores industriais do que nos restantes, embora naturalmente existam outras variáveis explicativas relevantes.

**CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS (%)**



Em Junho deste ano registou-se a transferência efectiva dos serviços de distribuição de electricidade do concelho do Porto para a EDP. Estes serviços, que anteriormente estavam a cargo dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, vinham sendo geridos pela EDP desde 1988 embora com total autonomia em relação às contas da Empresa.

Em termos de repartição da electricidade fornecida pela EDP, esta integração foi responsável por uma quebra para cerca de metade das vendas a autarquias e pelo aumento da ordem de 2,5% nos fornecimentos directos a consumidores.

**Facturação de Energia Eléctrica**

A facturação da energia eléctrica atingiu, em 1992, o montante global de 470,2 milhões de contos, correspondendo 201,0 milhões de contos a fornecimentos de energia em muito alta, alta e média tensão e 269,2 milhões de contos a fornecimentos em baixa tensão.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento de cerca de 15,9% no montante da facturação. O aumento relativo aos fornecimentos em muito alta,

alta e média tensão foi da ordem dos 7,8%, verificando-se nos fornecimentos em baixa tensão um aumento da ordem dos 22,8%.

**FACTURAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (a)**

	(milhões de contos)				
	1988	1989	1990	1991	1992
Fornecimentos em MAT / AT / MT	128,9	141,9	159,4	186,5	201,0
Fornecimentos em BT	123,0	150,0	180,8	219,2	269,2
<b>TOTAL</b>	<b>251,9</b>	<b>291,9</b>	<b>340,2</b>	<b>405,7</b>	<b>470,2</b>

(a) Incluindo o adicional para o ex-FAT e excluindo o IVA.

É de salientar que a facturação de electricidade em baixa tensão, representando em 1988 cerca de 49% do total, passou, em 1992, a um valor superior a 57%, reflectindo o facto de a EDP ter passado a assumir a responsabilidade, praticamente exclusiva, da distribuição em baixa tensão, com a integração dos ex-Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto.



### Cobrança e Recuperação de Dívidas em Atraso

Não obstante a recuperação verificada em 1992, o montante dos créditos sobre clientes continua a justificar a manutenção de uma política de rigor na cobrança da facturação.

No final de 1992, o total dos créditos da Empresa, resultantes da facturação por fornecimento de energia eléctrica, era de 155,3 milhões de contos. Este montante, embora corresponda ainda a cerca de 33% da facturação de electricidade do ano, traduz uma melhoria animadora, já que representa uma redução de cerca de 21 pontos percentuais na relação observada em 1991.

Neste domínio, a diversidade de situações, a natureza das acções desenvolvidas e os resultados alcançados justificam uma análise separada dos grandes conjuntos de clientes.

#### DÍVIDAS DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE

	(milhares de contos)	
	1991	1992
Estado e Organismos Oficiais	5 780,8	7 088,0
Autarquias Locais	132 065,0	63 696,7
Outros Distribuidores	785,6	490,7
Sector Empresarial Público e Nacionalizado	9 451,9	10 352,5
Sector Empresarial Privado e Particulares	70 309,2	73 627,5
TOTAL	218 392,5	155 255,4

No que respeita às Autarquias Locais, no ano de 1992 e através do mecanismo de retenção de verbas do FEF — Fundo de Equilíbrio Financeiro, foram recebidos 1,8 milhões de contos, representando cerca de 1,4% do montante global da respectiva dívida em finais de 1991. A redução total da dívida dos Municípios reflecte aquela recuperação via FEF, o cumprimento dos acordos de pagamento e, sobretudo, a regularização de contas com os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, em consequência da assinatura do respectivo contrato de concessão.

Relativamente às dívidas do Estado e dos Organismos Oficiais, verificou-se um agravamento da ordem dos 23%, o que continua a reflectir o carácter rígido e excessivamente burocrático de alguns ser-

viços, incompatíveis com o rigor dos prazos legais de pagamento.

No Sector Empresarial Público e Nacionalizado, o acréscimo do valor da dívida foi da ordem de 1,0 milhões de contos, enquanto no Sector Empresarial Privado e Particular se registou um aumento de cerca de 3,3 milhões de contos.

Apesar de tudo, verifica-se uma redução global de 63 milhões de contos, para a qual foi determinante, como se disse, a regularização do contencioso com a Câmara Municipal do Porto.

#### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DOS CLIENTES DE ELECTRICIDADE

	Variação em relação a 1991	Estrutura da dívida por classes de clientes (%)	
		1991	1992
Estado e Organismos Oficiais	22,6	2,6	4,6
Autarquias Locais	-51,8	60,5	41,0
Outros Distribuidores	-37,5	0,4	0,3
Sector Empresarial Público e Nacionalizado	9,5	4,3	6,7
Sector Empresarial Privado e Particulares	4,7	32,2	47,4
TOTAL	-28,9	100,0	100,0

Mantem-se, mesmo assim, o peso da dívida das Autarquias (41%) no montante global da dívida à EDP, com a agravante de ser ainda, na sua maior parte, constituída por dívida vencida e registada há longo tempo nas contas da Empresa.

#### Relações com os Municípios

As relações com os Municípios durante o ano de 1992 foram positivamente marcadas pela celebração de alguns acordos de regularização das dívidas vencidas. Destaca-se, pelo seu significado, o que levou à assinatura do Contrato de Concessão com a Câmara Municipal do Porto e que teve os reflexos já assinalados na evolução da dívida global.

Este resultado insere-se numa estratégia de criação de condições para a regularização da dívida acumulada e que passa, nomeadamente, pela formalização do relacionamento institucional entre a EDP e cada um dos Municípios. Deste modo, no final do ano, encontravam-se já

celebrados, ao abrigo da legislação em vigor, contratos de concessão abrangendo 268 Municípios dos quais 5 deles já no decurso de 1992.

Assim, apenas com 14 Municípios não havia sido possível, no final do ano, estabelecer acordo, pelo que se encontrava accionado o mecanismo alternativo, legalmente previsto, de retenção de verbas. É nestes Municípios que se concentra uma parte muito significativa da dívida global, sobressaindo, neste conjunto, pela expressão dos respectivos montantes, as dívidas dos Municípios da área do Grande Porto.

A Empresa dispõe, na sua estrutura orgânica, de gabinetes de engenharia fortemente potenciados para a realização de grandes empreendimentos. A experiência acumulada ao longo de muitos anos proporcionou a estes gabinetes uma posição singular em todas as vertentes da engenharia associada a projectos no sector eléctrico.

Reconhecendo esta realidade, por um lado, e respondendo a solicitações concretas, por outro, a Empresa integrou na sua política comercial a prestação de serviços de engenharia a entidades externas, quer nacionais, quer estrangeiras.

Esta política teve já resultados muito significativos em 1991, mas esses resultados foram ainda mais expressivos em 1992, intervindo a Empresa directamente ou através da sua associada INTERNEL — Electricidade de Portugal Internacional, SA. Os países onde esta cooperação tem ganho mais amplitude são os PALOP; em 1992 intensificou-se também o apoio a projectos nacionais e é interessante referir a prestação de serviços de engenharia civil à empresa espanhola ELCOGÁS, no âmbito do projecto europeu de uma central IGCC - Gaseificação de Carvão Integrada com Ciclo Combinado, serviços que lhe foram adjudicados na sequência de concurso internacional.

Da cooperação com outras entidades, em 1992, outras acções se podem porém citar a título de exemplo:

- a realização do projecto de remodelação do aproveitamento hidroeléctrico

da Matala, em Angola, e elaboração dos processos de concurso referentes à empreitada de engenharia civil e à reabilitação dos equipamentos hidromecânicos;



Angola — Aproveitamento hidroeléctrico da Matala.

- o desenvolvimento de estudos para reabilitação dos aproveitamentos hidroeléctricos de Mabubas, Lomaúm e Biópio, em Angola.
- a colaboração na apresentação de uma proposta para elaboração de um plano director e expansão do sector eléctrico de S. Tomé e Príncipe.
- a participação num grupo de trabalho, em colaboração com o LNEC, para emissão de pareceres sobre problemas geotécnicos na conduta forçada do aproveitamento de La Encantada, da Companhia Sevillana de Electricidad, em Espanha.
- a elaboração de proposta para execução do projecto de uma barragem para o circuito de refrigeração da central térmica de Puertollano - Elcogás, em Espanha.
- o apoio à CEM - Companhia de Electricidade de Macau — na área de telecomunicações e na de sistemas de controlo e comando de redes.

Além destas acções — todas elas direccionadas a entidades estrangeiras — realizaram-se em 1992 prestações de serviços a entidades nacionais tão diversas como a Turbogás, a Lispólis, a Portucel e a Direcção-Geral de Energia.

## Produção de Electricidade

### Potência instalada

Durante o ano de 1992 assinala-se a entrada em serviço do primeiro grupo gerador da central de Alto Lindoso com uma potência instalada de 315 MW. Tendo em atenção a passagem ao estatuto de autoprodução de algumas pequenas centrais hidroagrícolas, até então com exploração eléctrica a cargo da EDP, o aumento líquido da potência instalada foi de 302 MW.

Assim, a potência total instalada, no final do ano, era de 6924 MW repartida por 3369 MW (49% do total) em centrais hidroeléctricas e 3555 MW (51% do total) em centrais termoeléctricas. Ao sistema hidroeléctrico em serviço corresponde uma produtividade média anual de 11,3 TWh que se pode reduzir, em ano seco, a 6,6 TWh. O conjunto das centrais termoeléctricas, tendo em atenção as limitações de colocação da electricidade no diagrama de consumos durante as horas nocturnas, permitiria garantir 22,7 TWh.

A capacidade instalada mostrou-se assim adequada para responder às necessidades da procura, apesar do rigor da seca, tanto mais que foi possível contar com a significativa flexibilidade do recurso a importações.

### POTÊNCIAS INSTALADAS NO SISTEMA PRODUTOR EM 31 DE DEZEMBRO

(MW)			
Ano	Hidráulica	Térmica	Total
1983	2 745	2 299	5 044
1984	2 778	2 299	5 077
1985	2 813	2 599	5 412
1986	2 883	2 899	5 782
1987	2 957	3 199	6 156
1988	3 030	3 199	6 229
1989	3 065	3 543	6 608
1990	3 069	3 555	6 624
1991	3 067	3 555	6 622
1992	3 369	3 555	6 924

### Produção de electricidade

A produção das centrais da EDP em 1992 foi fortemente condicionada pela intensidade da seca que se verificou durante o ano. A produção total atingiu 27 585 GWh — praticamente a mesma

quantidade produzida no ano anterior sendo 22 627 GWh produzidos em centrais termoeléctricas e apenas 4958 GWh em centrais hidroeléctricas.

O quadro seguinte mostra a repartição da produção dos últimos dez anos o que permite evidenciar a grande variabilidade da componente hidroeléctrica ao longo da década e, em particular, a situação muito desfavorável do ano de 1992 em que a produção de origem hídrica representa apenas 55% da do ano anterior, não obstante o aumento de produtividade do sistema e o recurso intenso à bombagem hidroeléctrica.

### PRODUÇÃO ANUAL DE ENERGIA ELÉCTRICA

(GWh)				
	Hidráulica	Térmica	Saldo Importador	Total
1983	8 011,3	8 744,2	1 315,7	18 071,2
1984	9 748,8	8 334,1	711,6	18 794,5
1985	10 703,3	6 838,7	2 245,8	19 787,8
1986	8 421,7	10 272,5	1 885,1	20 579,3
1987	9 061,5	9 408,4	3 024,4	21 494,3
1988	12 167,3	8 444,9	2 390,1	23 002,3
1989	5 966,9	17 978,6	1 164,6	25 110,1
1990	9 186,0	17 281,2	37,1	26 504,3
1991	9 049,6	18 514,5	92,0	27 656,1
1992	4 957,9	22 627,0	1 341,0	28 925,9

Como se pode ver no quadro da página seguinte, em 1992 a contribuição hidroeléctrica para a satisfação da procura

## EXPLORAÇÃO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR



foi de apenas 17,1%, valor este que fica a constituir o mais baixo de sempre do sistema electroprodutor nacional.

**REPARTIÇÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA**

	(%)				
	1988	1989	1990	1991	1992
Hidroeléctrica	52,8	23,7	34,6	32,6	17,1
Termoeléctrica	36,6	71,5	65,1	66,7	77,9
Saldo importador	10,4	4,6	0,1	0,3	4,6
Auto-produtores	0,2	0,1	0,2	0,3	0,4

A produção de origem termoeléctrica em 1992 — reflectindo precisamente o rigor das condições hidrológicas ocorridas — correspondeu a um aumento de 22,2% relativamente ao ano anterior, tendo permitido satisfazer 77,9% de procura de energia eléctrica.

Como se pode ver nos quadros seguintes, o aumento foi muito significativo na generalidade das centrais térmicas. Nas centrais de turbinas a gás (Alto Mira e Tunes) a produção foi muito diminuta por ter sido possível recorrer a energia eléctrica

importada a preço bastante mais favorável do que a produzida nestas centrais.

A utilização da potência disponível atingiu assim valores muito elevados chegando, no caso da central de Sines, a 97%.

Nas centrais de turbinas a gás verificou-se uma elevada disponibilidade, desempenhando o habitual papel de reserva, nomeadamente para socorro a incidentes, mas foram essencialmente utilizadas em serviço de compensação síncrona.

O intenso recurso à produção de origem térmica teve naturalmente reflexos na estrutura de consumo de combustíveis. Como se vê no gráfico seguinte, a quantidade de carvão utilizado, em termos de valor energético, manteve-se praticamente ao nível do ano anterior; pelo contrário, verificou-se um acréscimo significativo do consumo de produtos petrolíferos os quais em 1992 representaram 55% do consumo total contra uma percentagem de 47,6 em 1991.

A hidraulicidade do ano de 1992 passou a constituir um novo mínimo dos registos existentes na Empresa desde 1933.

**PRODUÇÃO E EMISSÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA**

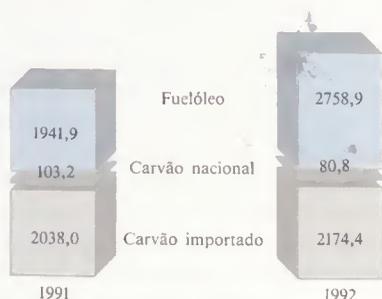
	1991 (GWh)		1992 (GWh)		Variação (%)	
	Produção	Emissão	Produção	Emissão	Produção	Emissão
Tapada do Outeiro	567,7	523,5	977,7	915,1	72,2	74,8
Pego			42,4	38,1	—	—
Carregado	3 062,1	2 877,1	4 263,3	4 037,9	39,2	40,3
A. Mira	0,3	-3,2	0,2	-3,1	-41,3	-3,3
Barreiro	231,0	203,7	427,5	392,1	85,1	92,5
Setúbal	5 250,0	4 969,5	7 069,0	6 708,9	34,7	35,0
Sines	9 402,8	8 899,6	9 844,6	9 275,0	4,7	4,2
Tunes	0,6	0,0	1,3	0,7	113,5	—
<b>TOTAL</b>	<b>18 514,5</b>	<b>17 470,2</b>	<b>22 627,0</b>	<b>21 364,7</b>	<b>22,2</b>	<b>22,3</b>

**CONSUMOS DE COMBUSTÍVEIS**

	1991			1992			Variação (%)		
	(tec)		(tep)	(tec)		(tep)			
	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo	Carvão	Fuelóleo	Gasóleo
Tapada do Outeiro	147 378	66 572		115 401	191 173		-21,7	187,2	
Pego				76 027	8 177				
Carregado		674 560			935 403			38,7	
Alto de Mira			138			95			-31,2
Barreiro*		93 749			139 071			48,3	
Setúbal		1 102 037			1 481 035			34,4	
Sines	2 911 468	4 966		3 030 188	4 082		4,1	-17,8	
Tunes			190			436			129,5
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>3 058 846</b>	<b>1 941 884</b>	<b>328</b>	<b>3 221 616</b>	<b>2 758 941</b>	<b>531</b>	<b>5,3</b>	<b>42,1</b>	<b>61,9</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>3 058 846</b>	<b>1 942 212</b>		<b>3 221 616</b>	<b>2 759 472</b>		<b>5,3</b>	<b>42,1</b>	

\* Inclui 32 547 e 33 909 tep de fuel consumidos na Central do Barreiro, respectivamente, em 1991 e 1992 na produção de vapor industrial.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS (ktep)



A estrutura de consumos sofreu alteração, observando-se este ano, em termos de valor energético, uma predominância dos produtos petrolíferos (55%) em relação aos carvões utilizados (45%).

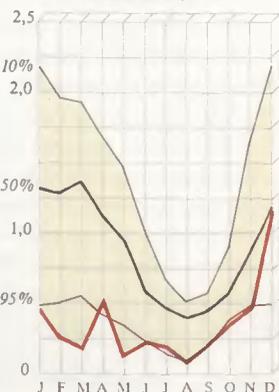
Como se pode ver no quadro e gráfico junto as aflúncias hidroeléctricas do ano representam apenas 41% da correspondente média, podendo todos os meses do ano, com excepção de Dezembro, ser considerados extremamente secos.

AFLUÊNCIAS

Coef. de produtib. hidroeléctrica

Nov. 91	0,78
Dez. 91	0,38
Jan. 92	0,34
Fev.	0,21
Mar.	0,15
Abr.	0,47
Mai.	0,17
Jun.	0,39
Jul.	0,45
Ago.	0,29
Set.	0,54
Out. 92	0,58
Ano hidrol.	0,37
Nov. 92	0,50
Dez. 92	0,90
Ano civil	0,41

Curvas de probabilidade de serem excedidas (TWh)



Não obstante um déficite de aflúncia hidroeléctrica, em relação à média, da ordem dos 6500 GWh, a boa disponibilidade das centrais térmicas e o apoio significativo com importação permitiram uma cautelosa condução do armazenamento das albufeiras que veio a manter-se sempre em razoáveis níveis de garantia de satisfação dos consumos. O novo aproveitamento de Alto Lindoso, que iniciou a sua produção durante o mês de Agosto, atingiu já durante o mês de Dezembro uma produção bastante significativa. O acréscimo de cerca de 10% na capacidade

de armazenamento do sistema hidroeléctrico, proporcionado em 1992 por esta albufeira, explica que os armazenamentos no início e no fim do ano sejam praticamente idênticos (respectivamente 43 e 44%).

Importação de Energia Eléctrica

O movimento físico das trocas de energia eléctrica com o estrangeiro apresenta em 1992 um saldo importador de 1341,0 GWh. As compras efectivas de energia a Espanha atingiram porém 1403,4 GWh não tendo sido efectuada qualquer venda. Estas compras — sempre efectuadas a custo superior ao da electricidade de origem térmica a fuel e a carvão, mas significativamente inferior ao custo das centrais de turbinas a gás — podem considerar-se relativamente diminutas face ao enorme déficite das aflúncias hidroeléctricas.

Efectuaram-se também durante o ano de 1992, sempre que tal foi possível e se revelou economicamente vantajoso, as habituais trocas em espécie, cujo maior volume diz respeito à entrega de energia em horas nocturnas para posterior recepção diurna, embora afectada de coeficiente de desvalorização e pagamento do serviço.

Garantia de Fornecimento

A energia não fornecida por causas inerentes aos sistemas de produção e transporte foi de apenas 463 MWh a que corresponde um Tempo de Interrupção Equivalente de apenas 8 m e 12 s, valor que constitui um novo mínimo deste indicador e representa uma redução de 36% do anterior melhor valor que fora atingido em 1991.

QUALIDADE DE SERVIÇO

Tempo de interrupção equivalente

1988	24 m 14 s
1989	57 m 23 s
1990	32 m 36 s
1991	13 m 36 s
1992	8 m 12 s

Sem dúvida que a excepcional qualidade de serviço, acima referida, só é possível graças a exigentes programas de

manutenção de equipamentos, conjugados com uma consistente gestão e controlo do sistema de produção e transporte, o que não só permitiu reduzir o número de incidentes, mas também evitar que na grande maioria dos casos houvesse repercussão nos consumos.

### **Aprovisionamentos e Normalização**

#### ***Combustíveis para produção de electricidade***

As perspectivas de subida do preço de fuelóleo para 1992, devido à diminuição da produção da OPEP, de modo a estabilizar o preço do barril de crude em 21 USD não se concretizaram, devido principalmente à retoma da produção do Kuwait e à produção, para além das quotas acordadas, por parte do Irão e da Arábia Saudita.

Mostrando o mercado um comportamento de confiança e de contenção do preço, com uma ligeira flutuação em Outubro, devido à interrupção unilateral, por curto período, das exportações de produtos petrolíferos dos países da CEI, o aprovisionamento de fuelóleo para o parque térmico, processou-se em normalidade, beneficiando da baixa de preços que se registou ao longo do ano.

No que respeita ao mercado internacional do carvão, o ano de 1992 mostrou-se muito deprimido, em consequência designadamente: i) da retracção económica que se viveu em países industrializados; ii) da substituição do carvão pelo gás na produção de electricidade nalguns países da Europa e nos Estados Unidos; iii) da estabilidade do mercado do fuel; e iv) da entrada no mercado de novos produtores de carvão com preços muito competitivos. Como resultado, assistiu-se a excedentes de oferta ultrapassando largamente os níveis de procura com os preços do mercado spot a atingirem níveis muito baixos, constatando-se diferenças de 10/11 USD/t entre os preços de spot e de contrato nos mercados da África do Sul e da Colômbia.

Também na área do transporte marítimo, como consequência da recessão económica, assistiu-se em 1992 a níveis de

oferta de fretes marítimos em mercado spot a preços inferiores aos de 1991 (redução de custos de fretes na ordem dos 3 a 4 USD/t nas principais rotas marítimas).

A conjugação destes dois aspectos levou a que a EDP tenha usufruído de vantagens económicas significativas ao ter adquirido 650 mil toneladas (ktm) de carvão no mercado spot e ter transportado cerca de 1,0 milhões de toneladas (Mt) em navios fretados no mercado de ocasião.

De referir ainda o início das operações do Terminal Multipurpose de Sines, permitindo a utilização de navios graneleiros convencionais de grande porte (até 160 000 DWt), com a consequente redução nos custos de transporte marítimo, cujo peso no custo global do carvão passou de 23,8% em 1991 para 16,5% em 1992.

No total, as aquisições de combustíveis fósseis ascenderam a 3,0 milhões de toneladas de fuelóleo, 3,1 milhões de toneladas de carvão importado e 209 ktm de carvão nacional.

A composição dos custos finais dos combustíveis repartiu-se, para o fuelóleo, em cerca de 88,5% para o produto e o restante para o transporte e colocação nas centrais. Para o carvão, a repartição foi de 68% para o produto e o restante para o transporte e colocação na central.

O ano de 1992 foi assinalado com o início do abastecimento de carvão, por via ferroviária, à Central do Pego, a partir de Agosto, tendo sido transportados cerca de 210 ktm até ao final do ano.

A política de aprovisionamento delineada e eficazmente desenvolvida ao longo do ano, caracterizou-se por uma correcta actuação nos mercados internacionais de combustível, garantindo que se alcançassem, a cada momento, as melhores condições comerciais e se optimizasse conjugadamente os vectores da qualidade e preço.

#### ***Aprovisionamento técnico e administrativo***

A evolução que desde há algum tempo se vinha constatando no funcionamento dos armazéns não estava a corresponder às expectativas criadas pela implementa-

ção em toda a Empresa do novo sistema informatizado de aprovisionamento e gestão de existências — SIGAP. De facto, a persistência de stocks elevados de materiais e a ocorrência de algumas incorrecções ou lacunas de natureza processual justificava uma intervenção pontual visando regularizar tais situações.

Assim, na sequência da criação, em 1991, de um grupo de trabalho de regularização dos armazéns (GTRA) foi efectuada ainda nesse ano uma campanha de contagens extraordinárias nos armazéns da Empresa, dirigida aos artigos representativos de 80% do valor das existências, distribuídos por 58 armazéns e 242 depósitos, tendo sido apuradas sobras e quebras, correspondentes respectivamente, a 2,36% e 2,76% do valor das existências contadas.

No decorrer de 1992 consolidaram-se rotinas e procedimentos de controle e foram listados os artigos cujas existências correspondiam a mais de seis meses de consumo. Foram também identificados artigos obsoletos ou em fim de série e posteriormente sujeitos a programas especiais de aproveitamento.

Com estas acções contribuiu-se para uma redução significativa das existências no exercício de 1992 e garantiu-se uma elevada conciliação entre as existências reais e as relevadas nos registos contabilísticos.

Com vista a incrementar a qualidade dos aprovisionamentos, desenvolveram-se, em 1992, acções a três níveis:

- Consolidação das medidas tomadas em 1991 ao nível dos meios, métodos e processos de gestão;
- Actuação junto do mercado fornecedor tendo em atenção vectores associados às melhorias da qualidade dos produtos e da evolução das condições comerciais de aquisição;
- Início da implementação do Sistema de Qualificação de Fornecedores e elaboração dos necessários procedimentos complementares.

Assim, 1992 foi o ano de utilização plena do módulo Contratos de Fornecimento do Sistema Integrado de Gestão e Aprovisionamentos (SIGAP), possibilitando não só o aumento da produtividade

nas aquisições como uma efectiva melhoria na gestão dos stocks globais. Destaca-se, em particular, a codificação sistemática dos artigos de armazém em termos EDP, encontrando-se esta, no final do ano, praticamente concluída e o alargamento das aquisições globais centralizadas a mais cinco famílias de produtos, com todas as vantagens que lhe são inerentes.

No que respeita ao mercado fornecedor salientam-se as negociações, no âmbito dos sub-mercados mais estáveis (contadores de energia eléctrica, disjuntores, cabos isolados e transformadores), no sentido de serem celebrados contratos plurianuais de fornecimento e cuja aplicação se julga poder conduzir ao aumento sustentado da produtividade no mercado a montante da EDP.

Por outro lado, foram incrementadas as acções relativas à verificação/garantia de qualidade dos produtos fornecidos, tanto no que respeita ao estabelecimento de novos procedimentos de execução de inspecções e auditorias, como no alargamento do âmbito das inspecções executadas.

No âmbito da qualificação de fornecedores continuaram os trabalhos da Comissão para a Qualificação de Fornecedores que, entre outras tarefas, visam melhorar e uniformizar, tanto quanto possível, as diversas fases de qualificação e respectivos procedimentos. Destaca-se, neste domínio, a actividade que durante o ano foi desenvolvida na qualificação de prestadores de serviços de trabalhos em tensão (TET), decorrente da decisão da Empresa de abrir à contratação no exterior, a prestação destes serviços.

#### **Normalização técnica**

À semelhança dos anos anteriores, a EDP continuou o esforço de se dotar de um corpo cada vez mais coerente de especificações técnicas que abranja os mais importantes materiais e equipamentos que adquire para as suas instalações. Em 1992, no entanto, este esforço foi mais orientado no sentido da tipificação de obras e respectivas listas de materiais e de estruturas padronizadas, com a consequente redução de variedades e tipos, e na actua-

lização de especificações antigas a partir da sua experiência de utilização. Também merece destaque a definição de tarefas elementares para a gestão de obras em empreitadas contínuas.

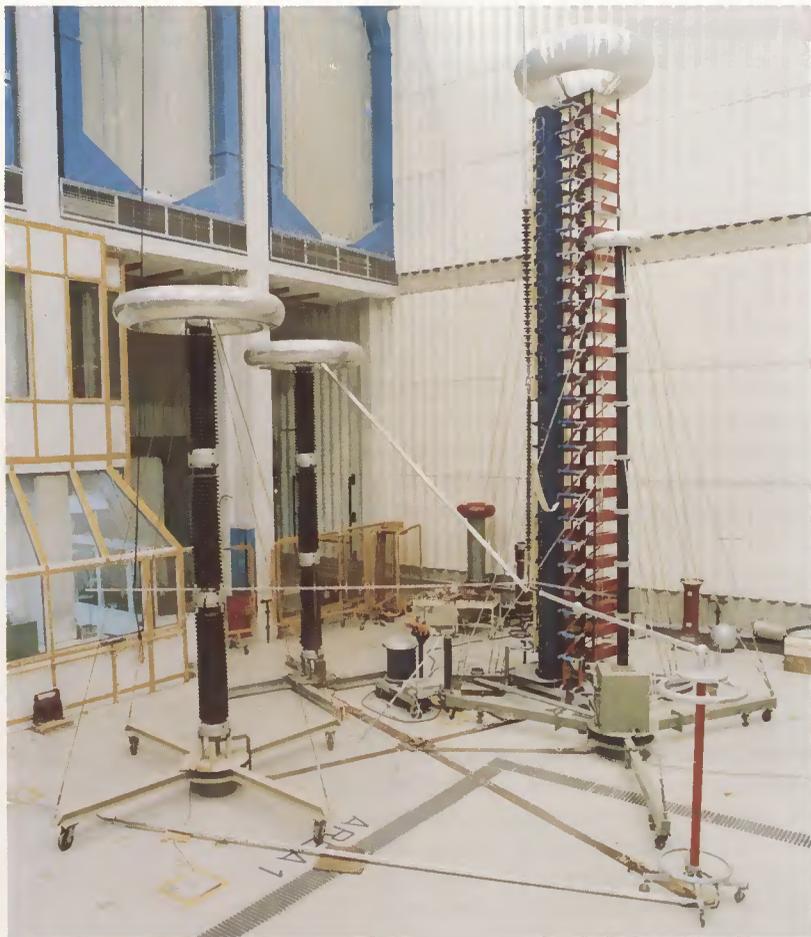
Foi dada especial importância ao estudo dos ensaios laboratoriais integrados nas especificações, quanto a metodologia e interpretação de resultados, assim como aos aspectos técnicos ligados à Qualificação de Fornecedores de Produtos e Serviços.

No âmbito das Telecomunicações e Teleacção, concluiu-se a primeira fase de reestruturação das redes de radiocomunicações VHF e UHF.

Durante o ano de 1992 os Laboratórios incrementaram a prestação de serviços aos vários departamentos da EDP e também a terceiros. De entre os trabalhos efectuados são de salientar:

- Os ensaios de caracterização de equipamentos de alta tensão (nomeadamente de cadeias de isoladores) tendo em vista uma adequada coordenação de isolamento;
- A entrega de todo o processo de pedido de acreditação do Laboratório de Metrologia sendo de referir a implementação completa do sistema de rastreabilidade das medições de potência e energia;
- A vigilância da qualidade das águas das nossas albufeiras;
- O incremento sensível de análises de óleos de transformadores com utilização de técnicas de diagnóstico de avarias e de evolução da esperança de vida dos equipamentos.
- Aumento das determinações de pontos quentes por inspecção de termografia de infravermelhos utilizando um novo equipamento adquirido e tornado operacional no início do ano.

Ensaio em equipamentos de alta tensão.



### Cobertura de Riscos e Seguros

A política de cobertura de riscos e seguros em 1992 não sofreu alterações em relação ao ano anterior.

As Centrais Térmicas e Hídricas continuam seguras contra riscos de incêndio e elementos da natureza e riscos de avaria de máquinas, por valores de substituição.

Para cobertura das suas responsabilidades perante a comunidade em geral, a Empresa possui um seguro de responsabilidade civil de 20 milhões de contos, com uma franquia de 100 mil contos.

A provisão para cobertura de danos não reembolsáveis, por caberem dentro do âmbito das franquias, atingiu, no final de 1992, o montante de 755 mil contos.

A Empresa mantém, naturalmente, os seguros de Acidentes de Trabalho e de Acidentes Pessoais, que beneficiam directamente os seus trabalhadores.

### Planeamento a Longo Prazo

Durante o ano de 1992 desenvolveram-se vários estudos relacionados com a expansão do sistema electroprodutor nacional, sendo de destacar:

- os estudos de simulação da exploração otimizada do sistema electroprodutor nacional no período 1994-2005, para diferentes cenários de evolução;
- os estudos referentes à formulação do contrato de compra de gás natural para utilização em centrais de ciclo combinado;
- os estudos referentes à análise técnico-económica da reconversão da central de Setúbal para a queima de *Ori-mulsion*;
- os estudos tendo em vista a preparação do novo plano de expansão a longo prazo, no horizonte de 2020, do sistema produtor da EDP.

De acordo com a expansão prevista para o sistema electroprodutor desenvolveram-se ao longo de 1992 actividades importantes ao nível de estudos relacionados com projectos de aproveitamentos hidroeléctricos, nomeadamente:

- continuação dos estudos de avaliação económica dos aproveitamentos de Foz-Côa, Picote II (reforço de potência) e Fridão, com diversas análises de sensibilidade à valia eléctrica;
- análise económica preliminar do reforço de potência do escalão de Bemposta;
- avaliação económica do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, em assessoria à Secretaria de Estado de Energia;
- análise da rentabilidade dos aproveitamentos hidroeléctricos cuja entrada em serviço industrial está prevista após 2010, tendo em vista a actualização dos respectivos indicadores económicos;

- continuação da actualização dos estudos estatísticos da série de afluências aos aproveitamentos hidroeléctricos em exploração.

Durante o ano de 1992 continuou o envolvimento da EDP no processo conducente à atribuição de alvarás de utilização de água para produção de electricidade em pequenas centrais, através da análise dos respectivos projectos e emissão de pareceres técnicos.

No domínio das energias renováveis continuou a acompanhar a evolução das tecnologias eólica e fotovoltaica e colaborou com o Centro para a Conservação de Energia na preparação e lançamento da primeira fase de um estudo da viabilidade técnico-económica de utilização daquelas energias em alternativa à rede nacional de energia.

Com base nos estudos parcelares, anteriormente concretizados, sobre a evolução a longo prazo da estrutura da Rede de Transporte, particularmente nas áreas de Lisboa e Porto, e na análise das tendências de longo prazo dos trânsitos inter-regionais de energia, procedeu-se em 1992 à integração global daqueles estudos e estabeleceu-se uma primeira hipótese de rede objectivo para o horizonte de 2015. Entretanto prosseguiram, em conjunto com a Red Electrica de España, os estudos de uma nova interligação com Espanha, a 400 kV, no Douro Internacional.

Durante 1992, a EDP continuou envolvida nos trabalhos de elaboração do Plano Energético Nacional, através da sua representação na respectiva *Comissão para a Elaboração e Acompanhamento*, participando activamente, sobretudo em estudos relativos ao sector eléctrico e na caracterização dos efeitos económicos associados às relações energia/ambiente dos programas de expansão do sector eléctrico.

### Aproveitamentos Hidroeléctricos

No final do ano encontravam-se em curso de construção os seguintes empreendimentos hidroeléctricos, com uma potência total a instalar de 1 057 MW:

## DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

Aproveitamento	Curso de água	Tipo de aproveitamento	Data prevista de entrada em exploração	Nº de grupos	Potência (MW) (a)	Fase de construção	Produtibilidade média anual (GWh)
Alto Lindoso	Lima	Albufeira	1993	2	630	Final	877
Touvedo	Lima	Fio de água	1993	1	22	Final	61
Pracana b)	Ocreza	Albufeira	1993	1	26	Final	23
Caldeirão	Caldeirão	Albufeira	1993	1	32	Intermédia	44
Sabugueiro II	Alva	Albufeira	1993	1	10	Final	33
Miranda II b)	Douro	Fio de água	1995	1	193	Intermédia	223
Foz-Côa	Côa	Albufeira	1998	2	144	Inicial	330

a) Potência total nos veios das turbinas sob a queda de dimensionamento.

b) Reforço de potência. As características indicadas referem-se ao novo grupo.

Regista-se, no entanto, que no aproveitamento do Alto Lindoso entrou já em serviço industrial o grupo 2 com uma potência de 315 MW, em 25 de Setembro de 1992, tendo-se iniciado os ensaios do grupo 1 em Novembro do mesmo ano. Este empreendimento, que passará a ser a unidade de maior potência instalada no parque hidroeléctrico nacional, está pois na sua fase terminal, decorrendo apenas alguns trabalhos complementares que se concluirão no ano em curso.

Em 1992 concluíram-se os trabalhos referentes aos descarregadores de cheias, ao circuito hidráulico, à central subterrânea, ao edifício de comando e à subestação e posto de corte. Procedeu-se também à adjudicação de algumas empreitadas de acabamentos da central e da galeria de acesso, bem como de reparação de estradas. Relativamente às obras na albufeira, em Espanha, foram concluídos os restabelecimentos de comunicações e a transferência da Igreja de Aceredo.

No escalão de Touvedo continuou a execução das obras da empreitada principal de engenharia civil e concluiu-se o fabrico e montagem dos equipamentos hidromecânicos. Encontra-se na fase final a montagem do equipamento electromecânico. Este empreendimento, intimamente associado à realização do Alto Lindoso, encontra-se também em fase final de construção, prevendo-se a entrada em serviço durante o ano em curso.

No escalão de Pracana foram concluídas a generalidade das obras de engenharia civil na barragem e na ampliação da central, os trabalhos de tratamento das fundações e dos betões da barragem e a colocação da máscara de montante. Está praticamente concluída a montagem do equipamento hidromecânico do grupo 3 e a remodelação dos equipamentos existentes dos grupos 1 e 2. Trata-se de um reforço de potência na central existente cuja conclusão ocorrerá também no ano em curso.

Relativamente ao aproveitamento de fins múltiplos do Caldeirão, regista-se um atraso de cerca de 12 meses na execução da empreitada principal de engenharia civil, por alegadas dificuldades por parte do empreiteiro tendo, por esse motivo, sido suspensas as montagens dos equipamentos hidromecânicos e o início dos trabalhos de montagem da instalação complementar de produção. Prosseguiu, no entanto, a montagem do grupo gerador na central, iniciada no 1.º trimestre do ano. Ficaram concluídas as empreitadas da nova ponte da Corujeira e da torre de captação de água para a cidade da Guarda.

No escalão de Sabugueiro II continuou a execução da empreitada principal de engenharia civil. Na barragem de Lagoacho concluíram-se os aterros de enroca-

Ponte de Lantemil (Espanha).



mento e as lajes de betão da cortina do paramento de montante. A conclusão dos trabalhos de reparação da barragem do Vale de Rossim permitiu o enchimento da respectiva albufeira. O canal de adução foi executado em cerca de 81% da sua extensão, perspectivando-se para Abril de 1993 a conclusão dos trabalhos da empreitada. A montagem do grupo gerador e da instalação complementar de produção encontrava-se bastante avançada.

Para o reforço de potência da Central de Miranda continuaram os trabalhos da empreitada principal de engenharia civil, tendo-se concluído as escavações da galeria de ataque à central, da soleira e sob os muros-ala da boca de descarga auxiliar, do troço inclinado da galeria em carga, das primeiras fases da restituição, do poço central e do átrio de montagem. Foram adjudicados os fornecimentos do grupo gerador (fase de fabrico e montagem) e do equipamento hidromecânico da tomada de água e da restituição. Concluíram-se os estudos, os aprovisionamentos e o fabrico e iniciaram-se as montagens relativas ao fornecimento das blindagens da galeria em carga.

O exercício de 1992 fica assinalado pelo lançamento de mais um grande empreendimento hidroeléctrico: o escalão de Foz-Côa localizado próximo da confluência do rio Côa com o rio Douro e cuja conclusão se prevê para 1998. Será a maior barragem de entre as existentes no parque hidroeléctrico nacional, com dois grupos geradores e uma potência total de 144 MW. Em 1992 foram iniciadas as obras de construção, havendo a salientar a adjudicação e o início dos trabalhos das empreitadas de construção da derivação provisória, de escavações prévias e acessos à barragem e o reconhecimento geológico e geotécnico da pedra do Fumo. Foi também lançado o concurso público internacional para a realização da empreitada principal de engenharia civil.

Com vista à preparação de decisões futuras sobre a oportunidade de lançamento de novos empreendimentos continuou a dar-se grande relevância ao reconhecimento do interesse dos recursos hídricos disponíveis. Assim, prosseguiu

e está em vias de conclusão o projecto base de Fridão e foram desenvolvidos estudos relativos à construção da nova barragem do Alto Ceira, à reabilitação das centrais de Cefra e Guilhofrei e à captação de aflúências na margem esquerda do rio Lima, para a central do Lindoso.

### Centrais Termoeléctricas

No ano de 1992, foi particularmente relevante o desenvolvimento dos trabalhos inerentes à construção da 1.ª fase — Grupos I e II — da Central Termoeléctrica do Pego, em Abrantes, cujo projecto global, como vem sendo referido, integra 4 grupos de 300 MW, a carvão. Pelos recursos financeiros que envolve este é seguramente o maior empreendimento em curso, a nível nacional.

Atingiram-se, durante o ano, e sem desvios em relação ao programa, os seguintes marcos importantes no desenvolvimento do projecto:

*Central Termoeléctrica do Pego.*



*Quanto ao Grupo I*

- conclusão da construção do circuito de água de refrigeração, incluindo a torre respectiva, com circulação de água;
- conclusão da montagem do grupo gerador de vapor, com o seu 1.º acendimento em fins de Junho;
- conclusão da montagem do sistema de armazenagem e manuseamento de carvão, com a chegada do primeiro comboio com carvão em Julho;
- conclusão da montagem do grupo turboalternador, tendo o 1.º paralelo com a rede nacional ocorrido no final de Novembro;
- conclusão da ponte sobre o rio Tejo, da chaminé comum ao primeiro par de grupos e das infraestruturas principais de construção civil; e
- início dos ensaios e inspecções finais da globalidade dos sistemas deste grupo.

A entrada em serviço industrial do grupo ocorrerá, como previsto, em 31 de Março de 1993.

*Quanto ao Grupo II*

- início da montagem do gerador de vapor com elevação do seu barrilete em Dezembro, tal como programado;
- desenvolvimento intenso dos trabalhos de construção civil das infraestruturas principais, tendo em vista o início da montagem do condensador em Março de 1993;
- conclusão da construção da casca da torre de refrigeração, prevendo-se o início da montagem do equipamento térmico em Maio de 1993; e
- adjudicação da maioria dos fornecimentos, nomeadamente de equipamento eléctrico.

Entretanto, já muito próximo do final do ano, foram finalmente acordadas as principais condições para a alienação da Central. Este acordo dá concretização à estratégia da Empresa de redução dos seus níveis de endividamento e de libertação de meios financeiros para se privilegiar o investimento nos Sectores do Transporte e da Distribuição, onde se reconhece a exis-

tência de necessidades prioritárias que têm sofrido algum adiamento por força de restrições orçamentais.

O contrato definitivo da venda ocorrerá, em princípio, no final de Março de 1993 — data prevista para a entrada em serviço industrial do 1.º grupo — e culmina um longo processo de negociações que acabou por ditar os novos proprietários da Central, um consórcio liderado pela empresa inglesa, National Power, no qual a EDP terá uma participação.

Em todo este processo fica, porém, assegurada a continuidade do projecto, com prestação de serviços de engenharia e direcção e fiscalização de obra por parte da EDP.

Dos estudos e projectos associados a centrais térmicas, com desenvolvimento em 1992, salientam-se:

- a participação no Projecto Europeu de uma central IGCC — Gaseificação de Carvão Integrada com Ciclo Combinado — em Puertollano, Espanha, com participação da EDP no capital da sociedade ELCOGÁS, e representação nos seus corpos sociais. Este projecto é cofinanciado pelo Programa THERMIE, da Comunidade Europeia.
- continuação dos estudos de anteprojecto para a reconversão da Central do Barreiro para ciclo combinado/cogeração;
- a continuação de estudos para utilização do combustível *Orimulsion* nas centrais de Setúbal e do Carregado;
- a elaboração de especificações técnicas para a 2.ª Central de Ciclo Combinado a Gás natural.

Nas centrais térmicas em exploração foram efectuados diversos trabalhos de análise e melhoria das condições do funcionamento, designadamente ensaios de caracterização de queima e de rendimento, montagem de sistemas de extinção de incêndios na Tapada do Outeiro e início da montagem de despoeiradores electrostáticos na Central de Setúbal.

**Rede de Transporte e Interligação**

Em 1992 verificou-se uma importante expansão da Rede de Transporte em resultado não só da ligação das novas centrais



Vista geral da Subestação de Recarei de 400/220 kV (Interligação Norte-Sul)

do Alto Lindoso e do Pego, como da abertura de novas subestações de apoio às redes de distribuição regional.

No âmbito desse desenvolvimento destaca-se a extensão dos 400 kV até ao Alto Lindoso, para ligação do primeiro grupo desta central, a finalização da subestação 400/220 kV de Recarei, elemento importante da interligação Norte - Sul a 400 kV, a abertura das subestações 150/60 kV de Estói, no Algarve, e de Falagueira no Alto Alentejo, para reforço da alimentação dos consumos regionais e a instalação do 2.º autotransformador 400/220 kV de Fanhões, essencial para reforço da segurança de abastecimento à região de Lisboa.

Embora com menor impacto na extensão da rede, também é de referir a execução da entrada e saída na central do Pego da linha a 400 kV, Rio Maior — Cedillo.

Em resultado da abertura das subestações de Estói e Falagueira, bem como da instalação do 2.º autotransformador de Fanhões e do 3.º transformador de Fernão Ferro, a potência de transformação e auto-transformação foi acrescida de 765 MVA (representando cerca de 6% da potência anteriormente em serviço).

No que se refere a linhas são de destacar as de Alto Lindoso-Riba d'Ave, a 400 kV, com 56,4 km e Ourique-Estói, a 60 kV, com 74 km.

### Rede de Distribuição

A Empresa tem prosseguido uma política de investimento prioritário no sector da distribuição tendo em vista uma melhoria generalizada da qualidade do serviço prestado. Esta política não tem sido e não teve também em 1992 total concretização visto que a EDP se tem confrontado com grandes restrições orçamentais e com a inevitabilidade de prosseguir com grandes empreendimentos em curso no sector da produção os quais não podem sofrer qualquer atraso sob pena de se incorrer em graves prejuízos.

Apesar de tudo, tem-se procurado responder ao crescimento da procura com a execução de obras de ampliação e reforço das instalações existentes, independentemente de se reconhecer que em 1992, tal como já acontecera em 1991, foi forçoso adiar obras de elevada prioridade.

### Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

À semelhança dos anos anteriores, a actividade de I&D em 1992 exerceu-se, essencialmente, na coordenação de projectos em colaboração com a indústria e os centros de investigação nacionais e estrangeiros, nomeadamente no âmbito dos Programas Comunitários de Investigação e Desenvolvimento.

De um modo geral, os projectos de investigação e desenvolvimento em que a Empresa tem participado visam o aumento de fiabilidade e eficiência das instalações, equipamentos e materiais bem como a redução do respectivo impacto ambiental e têm incidido:

- i) No desenvolvimento das técnicas de monitoração do estado de instalações, equipamentos e materiais tendo em vista o aperfeiçoamento da concepção e das tecnologias de fabrico e montagem no sentido de uma maior adequação às condições de funcionamento. Inserem-se neste âmbito a maior parte dos projectos coordenados pela Empresa e integrados no programa BRITE/EURAM da Comunidade Económica Europeia, nomeadamente os projectos VIDA, FORMS, CORD e AMPERIO e alguns dos desenvolvidos em colaboração com o INETI nos domínios de protecção anti-corrosiva e de limitação das emissões do óxido de azoto nas centrais a carvão.

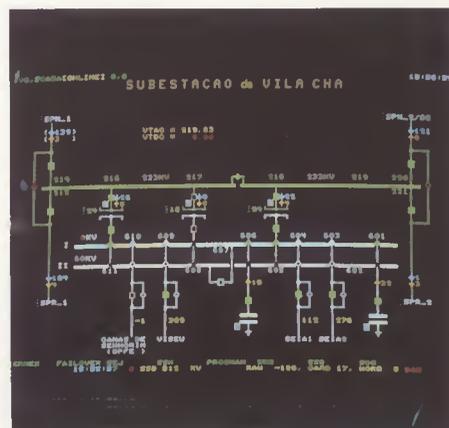
Ainda neste domínio destaca-se a participação da Empresa no Projecto Europeu de uma Central IGCC — Gaseificação de Carvão Integrada com Ciclo Combinado — em Puertollano, Espanha.

- ii) No aperfeiçoamento de componentes dos sistemas de regulação e controlo por forma a assegurar, em cada instante, uma maior adequação do funcionamento das instalações às solicitações de carga e às condições ambientais. Inserem-se neste domínio grande parte dos projectos comunitários integrados no Programa ESPRIT nomeadamente os projectos DIAS e AIMBURBN (concluídos em 1992) e o projecto TENPRO.

- iii) No aperfeiçoamento da tecnologia da queima de combustíveis fósseis por forma a reduzir a agressividade ambiental das respectivas emissões. Refere-se nomeadamente, a participação nos projectos comunitários integrados no Programa JOULE (JOUF e JOULE 2) e o Projecto LNOX realizado em colaboração com o INETI.

- iv) No desenvolvimento de modelos e equipamentos tendo em vista uma utilização mais eficiente da energia. Destaca-se a participação da Empresa no âmbito do Programa SAVE da Comunidade Económica Europeia.
- v) No desenvolvimento das tecnologias das energias renováveis tendo em vista a sua integração, a prazo, nos sistemas produtores.

A par das acções de investigação, a EDP continuou em 1992 a recorrer a tecnologias de ponta para aplicação efectiva nos seus diversos campos de actividade, nomeadamente na área de automação e telecomando, a partir do Despacho Nacional, de centrais e subestações.



O reajustamento quantitativo e qualitativo dos Recursos Humanos continuou a traduzir a racionalização dos meios em efectivos e a acompanhar a modernização técnica e administrativa da Empresa.

No âmbito da flexibilidade dos instrumentos de gestão, desenvolveram-se negociações para revisão do Acordo de Empresa, no sentido da simplificação da estrutura do enquadramento profissional e da adequação das funções às necessidades actuais da Empresa, de que resultou uma redução significativa do número de perfis respectivos.

Aperfeiçoou-se o Sistema de Avaliação de Desempenho, tendo a recompensa individual tomado a forma de um prémio pecuniário.

Procedeu-se à distribuição de uma comparticipação nos resultados do exercício de 1991, que, tal como a relativa ao exercício de 1990, fez intervir a assiduidade e desempenho para determinação do montante da comparticipação individual.

Encontra-se em plena aplicação o protocolo assinado em 1991 com o Centro Nacional de Pensões e a Caixa Geral de Aposentações/Montepio dos Servidores do Estado, relativo a datas determinantes de constituição das pensões dos trabalhadores integrados de autarquias, conseguindo-se, em consequência, acelerar o andamento dos respectivos processos e ajustar as datas de efeitos e valores de comparticipação das entidades envolvidas na constituição das pensões.

A adequação profissional dos efectivos da Empresa à evolução organizacional e tecnológica continuou a ser o princípio subjacente à elaboração do Plano de Formação da Empresa. Adoptando a metodologia seguida para o planeamento da actividade formativa desenvolvida em 1992, o Plano de Formação para 1993 privilegia a qualificação de trabalhadores ligada aos projectos de modernização da Distribuição, prevendo a reciclagem de outros que, por evolução tecnológica, têm de alargar o seu âmbito de intervenção e utilizar novos métodos e processos de trabalho.

Em estreita articulação com estas acções, foram-se reconhecendo as novas

exigências funcionais dos diferentes Sistemas de Informação e implementaram-se as mudanças organizativas que esta dinâmica tem aconselhado. Em 1992 foram particularmente significativos os novos modelos de estrutura orgânica definidos para a área da Distribuição os quais, no essencial, procuram conciliar o relevo que a Empresa atribuiu à função comercial e a qualidade do serviço prestado aos clientes, com os meios técnicos e humanos, organizados de forma racional e eficaz.

No início do segundo semestre a Empresa arrancou com o Projecto de Recursos Humanos. Trata-se de um projecto a que se atribui grande relevância para caracterizar e avaliar o potencial dos Recursos Humanos da EDP, mormente dos quadros, tendo em vista associar áreas de acentuada vertente estratégica, tais como gestão provisional, cultura da Empresa, mobilidade interna, caracterização de postos de elevada responsabilidade, etc., à gestão de recursos humanos. Como acções mais relevantes em 1992 destaca-se a preparação de um inquérito aos quadros da Empresa (já lançado no ano em curso), com o qual se pretende aferir a cultura da Empresa, e a definição de um universo restrito de quadros com os quais será desencadeado

---

## ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

---



um exercício de ensaio e confirmação da metodologia em que assenta o referido projecto.

Associando a EDP ao Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no local de trabalho, realizaram-se em todas as Direcções Operacionais da Empresa Encontros de Medicina e Segurança no Trabalho. As experiências e ensinamentos recolhidos nestes encontros foram levados ao Encontro Nacional da Empresa, realizado já em Fevereiro de 1993. Neste âmbito é de referir ainda o lançamento a nível do Continente, com a colaboração do Ministério da Educação, do Concurso de Desenho da EDP sobre o tema *Electricidade com Segurança*, integrado numa iniciativa conjunta dos países membros do Grupo de Prevenção e Segurança da Unipede.

No domínio das realizações a nível internacional, salienta-se a participação na XXIX Assembleia da AMYS, Associação de Medicina y Seguridad, em Madrid, em que a EDP apresentou um trabalho sobre *A Prevenção dos Acidentes de Circulação em Serviço* e outro sobre *A Gestão de Riscos e Elaboração de Planos de Emergência*.

A EDP colaborou ainda no encontro de Medicina e Segurança promovido pela Empresa de Electricidade dos Açores - EDA.

### Evolução de Efectivos

A evolução do número global de efectivos, pese embora a integração dos ex-Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, traduziu-se numa redução de 4,5%; ou seja, de um número

#### EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS (1990 / 1992)

	1990	1991	1990-91	1992	1991-92	1992		
	90.12.31	91.12.31	%	92.12.31	(%)	Entradas	Saídas	Saldo
Quadro Permanente	20 165	18 783	-6.9	18 020	- 4.1	645*	1 408	-763
Contrato a Termo	320	295	-7.8	209	-29.2	—	—	- 86
<b>TOTAL</b>	<b>20 485</b>	<b>19 078</b>	<b>-6.9</b>	<b>18 229</b>	<b>- 4.5</b>			<b>-849</b>

\* Das quais 497 por integração de serviços anteriormente afectos à Câmara Municipal do Porto.

#### NÚMERO DE TRABALHADORES POR CARGOS DE DIRECÇÃO / CHEFIAS SUPERIORES E CATEGORIA PROFISSIONAL

	1990	%	1991	%	1992	%
Directores / Chefias Superiores	778	3,8	795	4,2	759	4,2
Quadros Superiores	1 254	6,1	1 151	6,0	1 207	6,6
Quadros Médios	307	1,5	325	1,7	313	1,7
Chefias Intermédias	933	4,6	875	4,6	804	4,4
Profissionais Altamente Qualificados	1 771	8,7	1 830	9,6	1 868	10,3
Profissionais Qualificados	6 162	30,1	5 791	30,4	5 658	31,0
Profissionais Semi-Qualificados	7 728	37,7	7 034	36,9	6 628	36,4
Profissionais não Qualificados	1 232	6,0	982	5,1	783	4,3
Contratos a Termo	320	1,6	295	1,5	209	1,1
<b>TOTAL</b>	<b>20 485</b>	<b>100,0</b>	<b>19 078</b>	<b>100,0</b>	<b>18 229</b>	<b>100,0</b>

#### ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO EM 92.12.31

Anos	Homens	Mulheres	Total	1990 (%)	1991 (%)	1992 (%)
18	2	0	2			
19 a 25	148	59	207			
26 a 30	723	203	926	29,5	25,7	22,7
31 a 35	2 423	577	3 000			
36 a 40	3 553	631	4 184			
41 a 45	3 037	497	3 534	35,6	39,2	42,3
46 a 50	2 170	332	2 502			
51 a 55	1 945	228	2 173			
56 a 60	1 354	74	1 428	34,9	35,1	35,0
61 a 65	220	17	237			
> 65	34	2	36			
<b>TOTAL</b>	<b>15 609</b>	<b>2 620</b>	<b>18 229</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

global de 19 078 trabalhadores em 91.12.31 passou-se para 18 229 em 92.12.31. Retirando os efeitos da integração, a redução do efectivo teria sido de 7%.

Os quadros da página anterior ilustram a evolução do efectivo durante o ano de 1992, e a alteração qualitativa da sua estrutura profissional.

### Fundo de Pensões

A contribuição total de 1992 para o Fundo de Pensões foi de 17,2 milhões de contos; deste valor, cerca de 1 milhão diz respeito às responsabilidades do ano e os restantes 16,2 milhões são dotação extraordinária para cobertura de responsabilidades atribuídas a anos anteriores.

As aplicações financeiras efectuadas pela Sociedade Gestora do Fundo tiveram, em 1992, uma taxa de rentabilidade da ordem dos 16,3%.

No final do ano o Fundo atingia um montante de cerca de 35,9 milhões de contos. Estes valores traduzem um enorme esforço financeiro e uma firme determinação da Empresa na cobertura das suas responsabilidades com pensões, tanto no que respeita aos actuais pensionistas como aos trabalhadores no activo.

O esforço prosseguirá nos próximos anos já que os cálculos actuariais apon-

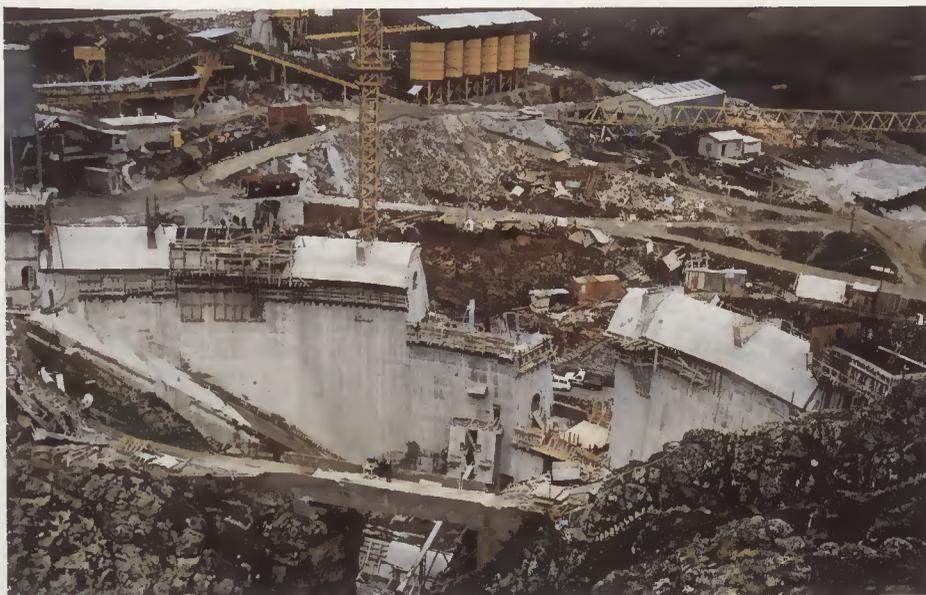
tam para uma parte ainda significativa de responsabilidades não cobertas.

### Prevenção e Segurança e Medicina no Trabalho

Em 1992, a estatística dos acidentes de trabalho registou uma melhoria significativa, expressa na diminuição do índice de frequência (número de acidentes por milhão de horas de trabalho) em 17,5% relativamente ao ano anterior. Melhorou igualmente o índice de incidência: cerca de 26 acidentes por 1000 trabalhadores, contra 31,3 no ano anterior. Houve infelizmente a lamentar duas mortes em serviço, uma por electrocussão e outra por atropelamento.

A prevenção dos acidentes eléctricos e dos acidentes de circulação rodoviária foi um objectivo essencial que encontrou concretização em acções coordenadas desenvolvidas pelos departamentos funcionais especializados, responsáveis hierárquicos e Comissões de Segurança.

A formação em segurança, através de acções de informação e sensibilização, abrangeu cerca de 2300 trabalhadores no conjunto da cadeia hierárquica — quadros, chefias intermédias e executantes —, tendo algumas destas sessões sido também frequentadas por pessoal de empreiteiros.



Proseguiu a campanha de informação e sensibilização junto dos empreiteiros, com o objectivo de acompanhar e implementar o cumprimento das disposições sobre Medicina e Segurança dos cadernos de encargos. Paralelamente, foram incrementadas as auditorias de segurança aos empreiteiros, tendo em vista detectar e corrigir situações de deficiência em matéria de higiene e segurança no trabalho.

Com o arranque do aproveitamento de Foz-Côa elaborou-se um Plano de Medicina e Segurança no Trabalho para aquele empreendimento ao qual se atribuiu grande relevância.

No domínio das condições de trabalho, deu-se particular atenção às condições ergonómicas dos titulares de postos de trabalho com écran, nos novos centros de atendimento da Empresa.

No capítulo da higiene industrial, decorreu em 1992 a Campanha de Protecção contra o Ruído na maior parte das instalações da Empresa, com continuidade ainda em 1993. Procurou-se, por um lado, sensibilizar os trabalhadores expostos a usarem o seu equipamento de protecção individual e, por outro lado, detectar situações que justifiquem melhoramentos nas medidas de protecção integradas.

No mesmo capítulo é de referir o início da *Campanha de Prevenção Contra o Consumo Excessivo de Álcool*, com prioridade para os ocupantes de postos de trabalho de maior risco face ao efeito do álcool.

Na protecção contra incêndios prosseguiu a adaptação dos sistemas de segurança e de emergência em diversas instalações, com vista a melhorar a sua eficácia na resposta a um eventual sinistro. Nas centrais termoelectricas deu-se continuidade à elaboração dos respectivos Planos de Emergência, em colaboração com as entidades de protecção civil da zona e empresas vizinhas das instalações da EDP.

A medicina do trabalho, de carácter essencialmente preventivo, tendo em vista a defesa, vigilância e promoção da saúde dos trabalhadores, apresenta em 1992 como indicadores mais expressivos 9656 exames médicos, 20 626 exames complementares, 150 visitas a locais de trabalho, 117 cursos de reciclagem e formação em

socorrismo e 28 acções de educação sanitária. Nos cursos de reciclagem e formação em socorrismo participaram 1595 trabalhadores.

Na medicina assistencial, prestada nas estruturas próprias da Empresa, promoveram-se a racionalização e os ajustamentos necessários, visando o incessante objectivo de melhoria da qualidade do serviço.

### Formação

Foi implementado o Plano de Formação para 1992, tendo-se realizado internamente 463 acções de formação, 256 centrais e 207 locais, envolvendo, respectivamente, 2702 e 2739 participantes. Do número total de acções, 148 foram consideradas de qualificação, 290 de reciclagem e 25 de aperfeiçoamento.

Continuou a recorrer-se ao exterior para a formação em temas de especialização, nomeadamente em tecnologias avançadas (EUROPACE e FUNDETEC) e para os cursos de pós-graduação em áreas técnicas (Economia e Política da Energia e do Ambiente) e de gestão (Master Business Administration).

Entretanto, em consequência dos aperfeiçoamentos introduzidos nos processos de planeamento e programação da formação, foi possível melhorar significativamente a utilização dos apoios financeiros do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Fundo Social Europeu.

Utilizando as potencialidades de toda a sua experiência no sector, a EDP realizou ainda acções de formação para terceiros. Esta prestação de serviços a entidades exteriores traduziu-se na realização de 8 cursos na área dos Trabalhos em Tensão BT e MT e, na sequência de programas de cooperação conduzidos pela empresa associada INTERNEL, de 20 missões de técnicos da EDP aos PALOP (Moçambique e Cabo Verde). Ainda neste âmbito foram recebidos na EDP 21 técnicos da EDM — Electricidade de Moçambique, envolvendo, em alguns casos, a frequência de acções de formação.

Foram concedidos estágios a 72 estudantes nacionais e estrangeiros.

A Empresa criou e tem em desenvolvimento um Sistema Integrado de Informação. Este Sistema insere-se na estratégia de modernização técnica e administrativa já iniciada há alguns anos e que, por sua vez, está na base das acções de reorganização funcional e de racionalização na área dos recursos humanos.

O ano de 1992 foi um ano de consolidação da estrutura essencial deste sistema, com a contribuição decisiva da empresa associada EDINFOR.

Precisamente no final do ano ficou concluída a implementação do Sistema Empresarial de Gestão Comercial (SEGEC) em toda a Empresa o que irá permitir beneficiar, em toda a extensão, das potencialidades desta ferramenta. Espera-se assim concretizar o objectivo geral de uma grande aproximação ao cliente, melhorando de forma decisiva os mecanismos postos à sua disposição para regularizar as situações mais diversificadas junto da Empresa. Como noutras oportunidades já se tem sublinhado, este sistema permite ao cliente tratar qualquer assunto de natureza comercial, em qualquer ponto do País e seja qual for a localização das instalações a que o assunto respeite. A Empresa considera justificado o enorme investimento realizado na medida em que ele proporcione uma elevada satisfação do cliente, ou seja, uma superior qualidade do serviço prestado, confiança na Empresa e facilidade do cliente na resolução dos seus problemas.

Com carácter igualmente estruturante evidencia-se o Sistema Integrado de Redes de Distribuição — SIREN. Este sistema começou a ser desenvolvido em 1991 e terá para as áreas técnicas a relevância que ao SEGEC se atribui na área comercial. O SIREN irá abranger as funções de planeamento, exploração e equipamento na actividade de distribuição de electricidade, permitindo gerir de forma integrada estas funções, e cada uma delas com outras funções com as quais se estabelecerão interfaces. Em 1992 iniciou-se a implementação de um dos módulos do Sistema, o SGO-Sistema de Gestão de Obras, num departamento piloto, prevendo-se o seu alargamento em 1993 a outros departamentos da Empresa.

Este sistema será implementado por módulos tendo em vista rentabilizar de

uma forma mais rápida, os investimentos e proporcionar progressivamente melhorias sensíveis na qualidade e na produtividade dos serviços. Com o SGO pretende-se um controlo mais rigoroso dos custos e dos prazos na execução das obras.

Embora com níveis de complexidade bem diferentes, outros projectos avançaram em 1992. São exemplos mais significativos, o projecto EDI (Electronic Data Interchange), um sistema de Gestão da Frota e um Sistema de Gestão de Presenças. No primeiro caso, deu-se início ao primeiro projecto-piloto EDI, esperando-se a breve prazo, a sua utilização generalizada em toda a Empresa.

Quanto ao Sistema de Gestão da Frota, iniciaram-se os trabalhos de alargamento a toda a EDP de uma aplicação já utilizada numa das suas Direcções. A relevância desta aplicação resulta do facto de tornar possível uma gestão uniformizada de cerca de cinco mil viaturas com disponibilidade de indicadores que possibilitem a sua optimização.

Para o Sistema de Gestão de Presenças deram-se passos no sentido da sua especificação e preparação de um caderno de encargos, tendo em vista a consulta a fornecedores especializados e a sua implementação em 1993.

Respeitando sempre o carácter integrado da informação prosseguiu-se em 1992 com acções de aperfeiçoamento dos diferentes módulos que constituem o Sistema Integrado de Informação e que se encontra já em regime de cruzeiro. Sublinha-se, em particular, a optimização introduzida no Sistema de Gestão Orçamental que permitiu concretizar com melhores índices de qualidade, o processo orçamental de 1992.

### **Inspecção e Auditoria Interna**

Face ao objectivo permanente de aperfeiçoamento dos sistemas e, em particular, da racionalização dos métodos, processos de trabalho e verificação do cumprimento de normativos internos, desenvolveram-se acções de inspecção e auditoria conduzidos pelo respectivo departamento especializado.

---

## **DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

---

No exercício, destacam-se auditorias realizadas a sistemas em exploração, com o apoio de consultores externos, as quais permitiram recolher indicações úteis conducentes ao aumento da sua fiabilidade.

Num âmbito mais geral, foram realizadas as chamadas inspecções globais a Centros de Distribuição e de Produção — os centros de resultados mais elementares da Empresa — tendo em vista uma avaliação das diversas vertentes da gestão naquelas unidades. As recomendações definidas foram planificadas em termos de concretização e seguimento.

### Financiamento

#### *Política financeira*

A política financeira para o exercício de 1992 contemplava a redução global da dívida e a diminuição do seu custo, pelo menos no que respeitasse ao acervo de valores passíveis de controle pela EDP.

Os resultados obtidos permitem afirmar que tais objectivos foram satisfatoriamente cumpridos, o que atesta a saúde financeira da Empresa.

Com efeito, não só se conseguiu a redução global, da dívida financeira como também foi possível baixar o seu custo, quer devido à redução das taxas de juro quer também, na decorrência dos excedentes temporários de tesouraria, por se ter optado pela utilização de curtíssimos prazos no mercado interno, sob a forma de *hot-money* — cujo custo tem origem no mercado monetário — e por linhas de crédito em conta corrente, permitindo que os financiamentos assim agenciados fossem rapidamente reembolsados à medida que iam ficando disponíveis os recursos internos gerados pelo comportamento favorável das cobranças. Não sendo fácil calcular a redução de custos induzida por este factor, nem por isso se deixa de assinalar a relevância do facto.

Por sua vez, quer no mercado interno quer no mercado externo, foram efectuadas algumas operações de curto prazo, como financiamento intercalar, tendo como horizonte não só operações de médio/longo prazo como também o eventual recebimento dos fundos provenientes da venda da Central Termoeléctrica do Pego.

A política seguida teve, em consequência, aspectos diferentes no decurso do ano. Assim, até Setembro foram efectuadas operações domésticas de consolidação de curtos prazos que deslizaram do ano anterior; tiveram pois lugar empréstimos sindicados em sistema de leilão e duas emissões de obrigações. No mercado externo realizaram-se algumas operações destinadas a refinanciamento de empréstimos com condições desfasadas das entretanto correntes no mercado e foi assinada com o Banco Europeu de Investimento a última tranche do empréstimo concedido para o financiamento das redes de transporte e de distribuição no montante de cerca de 15 milhões de contos (M.c.). Este empréstimo foi totalmente utilizado no exercício. Foi, ainda, assinado com o mesmo Banco outro empréstimo de 12 M.c. para o projecto hidroeléctrico de Miranda cuja utilização se processará em 1993.

Ocorre ainda referir, no que respeita ao endividamento externo, que a criteriosa escolha de divisas nos curtos prazos aplicados no financiamento das aquisições de combustíveis para produção térmica, permitiu, graças ao bom comportamento do escudo na primeira parte do ano, obter *custos negativos*. A destabilização entre-



tanto verificada no Sistema Monetário Europeu (SME) veio agravar a posição cambial potencial, pelo que no final do ano se verificou um acréscimo da dívida por via do aumento das diferenças de câmbio potenciais conduzindo a um custo no exercício da ordem dos onze milhões de contos.

A liberalização do acesso aos mercados internacionais não teve repercussões assinaláveis no modo de financiamento da EDP para além da simplificação dos aspectos burocráticos. Com efeito à Empresa sempre foi permitido e, em alguns casos, incentivado o acesso ao mercado externo principalmente para efeitos de substituição de dívida por outra em melhores condições. Em termos de *trade finance* torna-se, porém, já possível, sem qualquer restrição, o aumento dos prazos de financiamento, situação que, no futuro, não deixará de ser aproveitada.

### Financiamento global

Situando-se em 1 004,3 milhões de contos (M.c.) em 92.12.31, a dívida financeira reflecte uma redução de 23 M.c., apesar do forte impacto das diferenças de câmbio potenciais — 29,5 M.c. contra 22,7 M.c. no início do ano. Manteve-se, assim, a tendência de redução que vem ocorrendo desde há 2 anos, apesar do investimento realizado e do acréscimo de dispêndios causados pela seca que se fez sentir.

O quadro seguinte resume o movimento e a posição da dívida em 1992 em valores absolutos e percentuais.

Observa-se que o valor da redução da dívida em 1992 resulta da soma dos seguintes diferenciais relativamente ao fim do exercício anterior:

#### Mercado interno

— Crédito bancário	— 12,3	
— Crédito obrigacionista	+ 18,0	+ 5,7

#### Mercado externo

— Custo histórico	— 35,4	
— Diferença de câmbio	+ 6,7	— 28,7
Diferença global		— 23,0

Esta redução permitiu cumprir o objectivo fixado em termos de FAEL-Financiamento Adicional Externo Líquido, que era de menos 35 milhões de contos. De facto, a redução acabou por ser cerca de 39 milhões de contos já que aos 28,7 milhões referidos acima há que juntar o reembolso antecipado de uma emissão de obrigações no montante de 10 M.c..

Nos últimos três anos a diminuição da dívida global foi a seguinte:

1990 - 19,3 milhões de contos
1991 - 8,2 milhões de contos
1992 - 23,0 milhões de contos

Como se pode observar no quadro abaixo, a dívida global de curto prazo representa 5% da dívida total e o endividamento de médio e longo prazo 95%. Relativamente a 1991 verificou-se uma modificação no sentido do acréscimo dos médios e longos prazos. Note-se que os valores indicados no movimento de 1992 constituem montantes brutos que englobam a rotação de curtos prazos e as operações de refinanciamento.

Na parte final do ano realizaram-se duas operações externas que atenuaram o sentido de modificação estrutural da

(Milhões de contos)

	Saldo em 91.12.31	Movimento em 1992		Saldo em 92.12.31	%
		Utilizações	Reembolsos		
<b>Mercado Interno</b>					
— Curto Prazo	42,5	153,6	158,9	37,2	3,7
— Médio e Longo Prazo	483,5	107,3	96,4	494,4	49,2
<b>Soma (MI)</b>	<b>526,0</b>	<b>260,9</b>	<b>255,3</b>	<b>531,6</b>	<b>52,9</b>
<b>Mercado Externo</b>					
— Curto Prazo	14,0	63,4	64,5	12,9	1,3
— Médio e Longo Prazo	487,2	84,3	111,7	459,8	45,8
<b>Soma (ME)</b>	<b>501,2</b>	<b>147,7</b>	<b>176,2</b>	<b>472,7</b>	<b>47,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 027,2</b>	<b>408,6</b>	<b>431,5</b>	<b>1 004,3</b>	<b>100,0</b>

dívida no que respeita a mercados. Sem essas operações o acréscimo da dívida no mercado interno seria maior. Em todo o caso a composição percentual da dívida por mercados e a sua evolução desde 1988 é a seguinte:

	(%)				
	1988	1989	1990	1991	1992
Mercado Interno	39,6	36,5	39,6	51,2	52,9
Mercado Externo	60,4	63,5	60,4	48,8	47,1

Quanto à composição por divisas anota-se que se realizaram algumas grandes operações no sentido de converter moedas potencialmente com maior risco em moedas do SME. Destacam-se destas operações o pagamento antecipado de empréstimo em regime de *private placement* no mercado americano, em USD, e ainda o refinanciamento de cerca de 30 bn de JPY por novo empréstimo em ECU, DEM e FRF, operação esta que conduziu a ganhos cambiais reais.

**EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA, POR MOEDA, DESDE 1988**

	(%)				
Divisas	1988	1989	1990	1991	1992
<b>Comunidade (s/PTE)</b>	<b>35,3</b>	<b>44,6</b>	<b>49,7</b>	<b>65,3</b>	<b>77,2</b>
ECU	15,4	16,7	17,6	21,8	25,4
DEM	7,9	18,4	20,2	28,6	35,9
Outras	12,0	9,5	11,9	14,9	15,9
USD	20,2	24,6	21,8	9,5	8,2
JPY	21,8	9,5	8,9	14,2	2,9
CHF	22,7	21,3	19,6	11,0	11,7

A modificação da tendência decrescente do JPY em 1991 deveu-se a operação de swap realizada em 1988 e vencida naquele ano.

Apesar de a liquidez do mercado permitir a utilização de instrumentos de financiamento de curto prazo, de menor custo, não se deixou de fazer pressão no sentido da baixa das taxas de juro dos empréstimos de médio e longo prazo. A comparação das taxas médias globais com as do ano anterior está estabelecida no quadro seguinte:

**EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO MÉDIAS**

	(%)	
	1991	1992
Mercado Interno	19,8405	16,8934
Mercado Externo	8,5186	8,3726
MÉDIA	14,2913	12,8838

Houve, portanto, uma diminuição média das taxas globais da ordem de 1,4% com predominância para o mercado doméstico onde a redução foi de 2,95%.

**Tesouraria**

Como facto mais saliente em termos de política de tesouraria assinala-se a insistência na utilização de linhas de crédito em conta corrente e de *hot-money* em substituição de empréstimos de maior permanência. Este procedimento permitiu que o objectivo de saldo zero pudesse ser tendencialmente atingido pois que normalmente os excedentes temporários foram absorvidos no reembolso dos débitos resultantes das utilizações realizadas com os atrás mencionados instrumentos financeiros.

Foi, porém, ainda possível realizar aplicações financeiras que renderam cerca de 161 milhares de contos.

O volume de fundos movimentado pela Tesouraria Central (recebimentos + pagamentos) foi de cerca de 2 biliões de contos, o que representa uma média de 8 M.c. por dia útil.

Na gestão cambial foram movimentados cerca de 181,2 M.c. que, relativamente aos câmbios *fixing* do Banco de Portugal, permitiram reduzir dispêndios na ordem dos 473,2 milhares de contos.

**Apoio financeiro comunitário**

A ajuda comunitária recebida operou-se nas suas duas vertentes principais: os subsídios a fundo perdido e os empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Relativamente aos subsídios destacam-se os provenientes dos fundos estruturais que, em 1992, tiveram a seguinte expressão:

**FEDER-Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional**

Foi recebida uma comparticipação de 177 mil contos referente a alguns projectos da Rede de Distribuição, aprovados em 1989, bem como uma verba de 365 mil contos relativa à comparticipação comunitária na construção do 4.º grupo da Central de Sines.

Actualmente, no entanto, o FEDER orienta os seus financiamentos para programas de investimento no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, o que, no caso da energia, deu origem ao programa PROTEDE.

*PROTEDE-Programa Operacional de Transporte e Distribuição de Energia*

Este programa que visa a criação de infraestruturas no domínio da Rede de Transporte e Distribuição de Energia vem contribuindo, através do Subprograma — Transporte e Distribuição de Electricidade, para a realização dos objectivos de expansão da rede eléctrica bem como para a melhoria da qualidade de serviço. Em 1992, foram apresentadas e homologadas 29 candidaturas envolvendo um investimento total de 11,3 milhões de contos.

Relativamente aos projectos em curso foram recebidos 7,6 milhões de contos, ou seja, aproximadamente 47% do total previsto no Programa.

*PEDIP-Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa*

Deste programa, que financia infraestruturas da Rede de Transporte e Distribuição com interesse para a Indústria, foram recebidos, relativamente a projectos em curso, 1,3 milhões de contos.

No entanto, em consequência de prioridades estabelecidas a nível nacional, não foi possível fazer aprovar novas candidaturas o que fez baixar a contribuição total esperada no âmbito deste programa de 6,3 para 4,2 milhões de contos.

*FSE-Fundo Social Europeu*

No âmbito deste Fundo, que para além de outros objectivos apoia acções de formação destinadas a trabalhadores envolvidos em situações de reestruturação que impliquem uma modernização tecnológica ou alterações importantes nos sistemas produtivos e de gestão, foram aprovadas contribuições em 1992 no valor global de cerca de 398 mil contos, a que corresponde um aumento de 50% em relação ao ano anterior.

Este aumento é justificado pelas melhorias introduzidas nos processos de elaboração da programação da formação realizada.



**Outras participações comunitárias**

Integrados na Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal foram também realizados e financiados diversos trabalhos no âmbito da Rede de Transporte e Distribuição bem como na área da produção térmica, tendo sido recebida uma participação de 145 mil contos.

**Despesas de Investimento**

**Investimento do exercício;  
Repartição sectorial**

O desenvolvimento harmonioso do sistema electroprodutor, por forma a garantir a satisfação da procura, com total respeito pelas exigências crescentes de preservação do meio ambiente e tendo em vista uma melhoria da qualidade do serviço, num sector tão capital intensivo como o da electricidade, obrigou em 1992 à realização de vultosos investimentos. De facto, as despesas de investimento ascenderam a cerca de 180 milhões de contos, incluindo encargos financeiros intercalares, com a seguinte repartição por sectores de actividade:

INVESTIMENTO EM 1992

(Milhares de contos)

Actividades	Custos		Total
	Técnicos	Encargos Financeiros	
<b>ELECTRICIDADE</b>	129 551	43 957	173 508
Aprov. Hidroeléctricos	30 542	22 325	52 867
Centrais Termoeléctricas	41 082	14 705	55 787
Rede de Transporte	10 549	2 658	13 207
Rede de Distribuição	47 378	4 269	51 647
<b>OUTROS</b>	6 401	—	6 401
<b>TOTAL</b>	135 952	43 957	179 909

Apesar da dimensão dos montantes dispendidos, respeitaram-se as restrições globais ao investimento o que obrigou a uma contenção do investimento no sector da distribuição. E isto porque se tornou imperioso dar cumprimento aos programas dos empreendimentos em curso no sector da produção cujo investimento era portanto insusceptível de compressão sob pena de ocorrência de prejuízos avultados para a Empresa e para o País. Embora se tenha preservado a qualidade de serviço, a contenção do investimento na distribuição só foi possível através do diferimento de projectos de elevada prioridade para os anos seguintes. Esta situação não terá ainda a inflexão desejada em 1993 mas tenderá a modificar-se com a alienação do Pego, ocorrida no final de 1992, e a consequente redução do esforço financeiro, nos centros produtores.

O investimento em aproveitamentos hidroeléctricos e centrais térmicas concentrou-se, essencialmente, no Alto Lindoso e na Central do Pego, tendo-se cumprido as principais datas-chave dos empreendimentos, sem desvios em relação aos programas.

**Evolução do investimento**

A distribuição do investimento por sectores de actividade em 1992 apresenta uma quebra acentuada no sector da Distribuição relativamente ao valor realizado em 1991, apesar do carácter prioritário que a Empresa lhe tem atribuído. Já se explicou a razão de ser desta evolução e pode-se agora observar como a quebra ocorrida na distribuição coincide com um crescimento significativo no sector da produção.

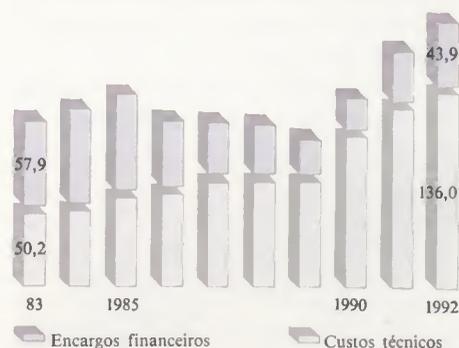
**ESTRUTURA DO INVESTIMENTO, POR SECTOR DE ACTIVIDADE — Custos Técnicos, preços correntes**

Actividades	1991		1992 (*)	
	10 <sup>3</sup> contos	%	10 <sup>3</sup> contos	%
<b>ELECTRICIDADE</b>	119 769	95,6	129 551	95,3
Produção Hidráulica	24 079	19,2	30 542	22,5
Produção Térmica	33 173	26,5	41 082	30,2
Rede de Transporte	10 517	8,4	10 549	7,8
Rede de Distribuição	52 000	41,5	47 378	34,8
<b>OUTROS</b>	5 469	4,4	6 401	4,7
<b>TOTAL</b>	125 238	100,0	135 952	100,0

(\*) Valores provisórios

Os gráficos seguintes mostram a evolução do investimento no último decénio. No primeiro é bem evidente o peso que os encargos financeiros intercalares ainda assumem nas despesas de investimento,

**INVESTIMENTO TOTAL DA EDP (milhões de contos)**

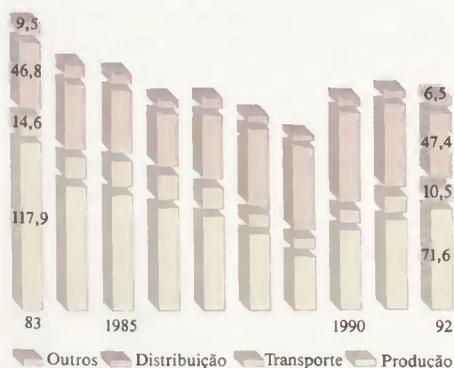


embora longe dos valores atingidos entre 1983 e 1985. No gráfico da página seguinte destaca-se a elevada flutuação do investimento na Produção, o acentuado decréscimo do investimento da Distribuição e uma razoável estabilidade dos valores da Rede de Transporte. A evolução na produção reflecte, naturalmente, o desenvolvimento dos grandes empreendimentos, com grandes picos de investimento nos seus programas. A evolução na distribuição está influenciada, sobretudo nos últimos anos, pela ocorrência de fortes restrições globais e pela já referida incompressibilidade dos investimentos na produção, logo que é decidida a sua construção.

O investimento médio anual nos últimos dez anos, a custos técnicos e preços de 1992, foi de 128,2 milhões de contos; por sectores, o investimento médio foi de

64,4 milhões na Produção, 11,6 milhões no Transporte e 46,2 milhões na Rede de Distribuição.

INVESTIMENTO DA EDP A CUSTOS TÉCNICOS  
Preços de 1992 (milhões de contos)



### Desinvestimento

A alienação do património imobiliário não necessário à actividade da Empresa registou um abrandamento em 1992 dada a recessão que se verificou, e se mantém, neste mercado.

Foram vendidas 70 habitações, na grande maioria dos casos aos respectivos ocupantes, e alguns lotes de terreno, por um total de 243 mil contos. No final do ano de 1992 foi ainda acordada a venda de mais 68 habitações mas a sua concretização ocorreu já no decurso de 1993.

Prosseguiram as operações de actualização da titularidade de vários imóveis e o desenvolvimento de projectos de valorização de algumas grandes áreas, de modo a que estejam prontos para comercialização logo que a situação do mercado seja mais atraente.

Em todo o caso vale a pena referir que a política de desinvestimento, no que respeita a bens alheios à actividade da EDP, remonta já há alguns anos, estando por isso alienados os bens de maior valor.

### Situação Económica e Financeira em 1992

O exercício de 1992 confirmou o processo de recuperação económica e financeira iniciado em 1989 e permite, uma vez que as mudanças operadas ou em curso apresentam um carácter estrutural, encarar com optimismo prudente a evolução da EDP no futuro próximo.

Em 1992 as contas da Empresa apresentam um resultado líquido de 16,8 milhões de contos após um reforço de 5,9 milhões de contos das provisões para créditos de cobrança duvidosa, uma provisão de um milhão de contos para investimentos financeiros praticamente não recuperáveis e uma dotação de 10 milhões de contos para o *Fundo* da Correção de Hidraulicidade.

O ano de 1992 é assim o quarto ano consecutivo em que a EDP, apesar do gravoso ano hidrológico, apresenta resultados positivos. O bom nível de resultados obtidos não é alheio ao comportamento favorável de alguns dos factores exógenos que mais directamente influenciam a exploração da Empresa, nomeadamente o crescimento da procura de energia eléctrica que compensou parcialmente um acréscimo tarifário inferior à inflação, o decréscimo do nível médio dos preços dos combustíveis e os custos da função financeira cujas taxas iniciaram uma tendência decrescente como consequência da desaceleração da inflação e da liberalização dos mercados financeiros.

A nível interno, e para além das medidas de racionalização da exploração de todo o sistema electroprodutor, os esforços da gestão continuaram a ser direccionados para o controlo de variáveis fundamentais na formação dos custos de exploração, como o pessoal, os consumos de materiais e serviços, a gestão dos armazéns e a função financeira. Neste último caso, de forma consistente com o rigor das cobranças, permitindo o acesso com vantagem aos novos instrumentos financeiros e uma gestão de tesouraria conduzida pelo princípio do saldo nulo.

Pese embora o bom nível de resultados obtidos — em parte influenciados, como se disse, pelo comportamento favorável de dois factores exógenos com peso na exploração (combustíveis e taxas de juro) — o exercício ficará assinalado pela seca que ocorreu e pelas perturbações no Sistema Monetário Europeu.

Os sobrecustos decorrentes da seca atingiram 23,9 milhões de contos e os efeitos cambiais saldaram-se por uma perda no final do ano de cerca de 11 milhões de contos, apesar do comportamento excelente do escudo no 1.º semestre.

**Estrutura do balanço**

Como pode verificar-se no quadro e gráfico seguintes, a estrutura do balanço da EDP reflecte já a efectiva melhoria económica e financeira a que se tem vindo a assistir desde 1989.

Apesar do elevado montante do investimento realizado, o nível de endividamento manteve a tendência anterior, ou seja, continuou a reduzir-se, passando de 1027,2 milhões de contos em 1991 para 1004,3 milhões em 1992. Atendendo a que a actualização cambial foi desfavorável para a Empresa em 11 milhões de contos, com facilidade se conclui que a redução da dívida e a melhoria da estrutura dos capitais da Empresa se deve em grande parte ao aumento dos recursos internos.

Realce-se que apesar dos elevados montantes do endividamento, a solvabilidade da Empresa é cada vez mais sólida pois continua a apresentar valores que constituem uma garantia de cumprimento dos seus compromissos financeiros: de 1,42 em 1989 passou para 1,96 em 1992. Por outro lado, a estrutura financeira medida pela relação *passivo de MLP/capitais próprios*, apresenta já valores inferiores à unidade o que representa um indicador extremamente favorável numa actividade tão capital-intensiva como é o caso da EDP. É claro que para a melhoria deste indicador contribuiu também a reavaliação do imobilizado corpóreo, autorizada com referência dos preços a 31 de Dezembro e que levou ao apuramento de uma reserva de reavaliação de cerca de 310,2 milhões de contos.

O gráfico mostra que o activo circulante, apesar de relativamente a 1991 ter diminuído 37,2% e representar menos de 50% do exigível de curto prazo, tem ainda um peso excessivo no activo da Empresa. Os créditos atrasados de clientes têm aí uma influência determinante apesar da melhoria significativa observada em 1992.

**ESTRUTURA DO BALANÇO (%)**



De facto, o valor do crédito total sobre clientes, apesar da referida diminuição, é ainda preocupante pois representa 4,3 meses de vendas.

Apesar da forma determinada como se tem tentado resolver esta questão, o caso específico das Autarquias continua a ser um problema grave já que a respectiva dívida consolidada em 31 de Dezembro de 1988 apresentava ainda no final de 1992 o valor de 47,1 milhões de contos, sem incluir os juros de mora, representando mais de 10,8% da facturação total do ano.

**BALANÇO COMPARATIVO**

(Milhares de contos)

	1988	1989	1990	1991	1992	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Acresc. (%)
<b>Activo</b>	<b>1 560 154</b>	<b>1 609 418</b>	<b>1 996 427</b>	<b>2 022 336</b>	<b>2 361 949</b>	<b>16,8</b>
Activo Fixo	1 167 678	1 223 495	1 654 565	1 738 198	2 189 090	25,9
Outros Créditos MLP	105 782	114 712	82 090	61 932	33 337	-46,2
Activo Circulante	286 694	271 211	259 772	222 206	139 522	-37,2
<b>Passivo</b>	<b>1 097 625</b>	<b>1 134 891</b>	<b>1 159 657</b>	<b>1 178 910</b>	<b>1 202 998</b>	<b>2,0</b>
Exigível MLP	880 538	892 729	843 563	932 184	924 496	-0,8
Exigível CP	217 087	242 162	316 094	246 726	278 502	12,9
<b>Capitais Próprios</b>	<b>462 529</b>	<b>474 527</b>	<b>836 770</b>	<b>843 426</b>	<b>1 158 951</b>	<b>37,4</b>
<b>Passivo + Capitais Próprios</b>	<b>1 560 154</b>	<b>1 609 418</b>	<b>1 996 427</b>	<b>2 022 336</b>	<b>2 361 949</b>	<b>16,8</b>

A significativa redução, apesar de tudo, em relação à situação no final de 1991, tem a ver essencialmente com a regularização da dívida dos ex-SMGE do Porto.

As existências constituem outra variável que tem merecido especial atenção por parte da gestão. O objectivo tem sido conseguir uma redução para níveis economicamente aceitáveis, tendo em conta as condições e prazos de aprovisionamento e a necessidade de evitar rupturas nos armazéns. Em 1992 representam apenas 0,9% do total do activo, contra 1,2% em 1991, mas correspondiam ainda a 5,6 meses de consumo no caso dos materiais diversos; os stocks de combustíveis representavam apenas cerca de 2 meses de consumo e traduzem a política de aprovisionamento e de segurança de abastecimento da Empresa.

Reconhece-se pois a necessidade de uma maior redução dos materiais em armazém, tendendo para um nível equivalente a cerca de 3 meses de consumo. Tem-se como objectivo em 1993, reduzir este indicador para 4,5 meses em articulação com medidas de flexibilização dos aprovisionamentos e de regularização das próprias existências: eliminação ou venda de sucatas e materiais obsoletos, aceleração da utilização de materiais em fim de série, etc.

Por último, vale a pena observar no balanço que a cobertura financeira do imobilizado é assegurada totalmente por capitais permanentes, garantindo-se deste modo o equilíbrio estrutural do financiamento da Empresa.

### **Custos e Proveitos**

As vendas líquidas apresentam um crescimento de 12,8%, contribuindo de modo significativo para o resultado líquido de 16,8 milhões de contos no exercício. Este crescimento reflecte o efeito conjugado de um acréscimo de 2,8% na procura da electricidade e de 6,6% nas tarifas.

Como se observa na conta de resultados, os proveitos inerentes ao valor acrescentado aumentaram 12% e, pese o facto dos consumos corrigidos (custos com combustíveis, materiais, serviços, etc.)



terem aumentado em termos globais 8,3%, a verdade é que as despesas com o pessoal se quedaram pelos 10,6% e os custos financeiros líquidos foram inferiores a 1991. Estas duas variáveis equivalem, só por si, a cerca de 50% das vendas o que mostra bem a sua influência nos resultados.

De facto, os custos da função financeira (líquidos), incluindo as perdas cambiais do exercício, (11 milhões de contos) atingiram no ano cerca de 140 milhões de contos, inferior em 4 milhões aos custos de 1991, dos quais 44 milhões afectaram a actividade de investimento e os restantes 96 milhões foram custos de exploração.

O aumento dos custos com o pessoal (10,6%) é sensivelmente equivalente ao ajustamento da tabela salarial apesar de incluir já os custos com o pessoal dos ex-SMGE do Porto a partir de meados do ano.

Note-se que se registou no ano uma redução de 849 efectivos, mesmo contando com a integração dos 497 trabalhadores originários dos ex-SMGE. A variação dos encargos mostra que o efeito da redução de efectivos foi parcialmente anulado com a requalificação de quadros e outro pessoal especializado sem que tal prejudique a evolução favorável de todos os indicadores de produtividade.

Nos consumos corrigidos — corrigidos do efeito da hidraulicidade — cerca de metade do seu valor corresponde a despesas com combustível e importação de electricidade. Relativamente a 1991 estes encargos agravaram-se em cerca de 22%. Todavia, apesar da produção de electricidade de origem térmica ter aumentado 22,1%, os custos com combustíveis apenas cresceram 9% como resultado do já referido comportamento favorável do preço médio do *mixing* dos combustíveis utilizados.

No custo dos fornecimentos e serviços externos verificou-se um crescimento significativo e muito idêntico ao do ano anterior (30,5% em 1992, contra 27,5% em 1991), como consequência do processo de modernização e da política de ajustamento dos recursos humanos, em curso na Empresa, o que obriga ao recurso mais intenso aos serviços prestados por entidades externas à EDP.

#### **Amortizações e Provisões**

No cálculo das amortizações em 1992 há que assinalar a estabilidade do critério e das taxas utilizadas em anos anteriores. Assim, o acréscimo de 6,6% relativamente a 1991 deve-se ao aumento do imobilizado corpóreo da Empresa, por efeito das entradas em exploração de novos investimentos nas redes de transporte e distribuição e do 1.º grupo do Alto Lindoso, no 4.º trimestre, para além da integração dos ex-SMGE do Porto.

Apesar de ser ter procedido à reavaliação do imobilizado, as amortizações não reflectem ainda esse efeito, por tal não ter sido autorizado do ponto de vista fiscal.

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram reforçadas em 5,9 milhões de contos. Com este reforço ficam completamente provisionados os créditos de cobrança duvidosa, aceites como tal fiscalmente. Ficam igualmente cobertas perdas potenciais associadas a outros créditos sobre clientes em geral, de acordo com critérios de prudência da gestão que a experiência aconselha.

Os investimentos financeiros foram provisionados em mais 1 milhão de contos, tendo em conta situação conhecida e praticamente irrecuperável.

#### **Correcção da Hidraulicidade**

Os resultados líquidos da Empresa estão, como habitualmente, corrigidos do efeito da hidraulicidade.

O ano de 1992 foi, em termos hidrológicos, extremamente gravoso — o mais seco de que há memória nos registos da EDP — tendo-se verificado um coeficiente de produtividade hidroeléctrica de 0,41, enquanto que no ano transacto, também seco, se tinha registado um coeficiente de 0,83. Ou seja, o ano de 1992 foi cerca de 60% inferior à média dos regimes e teve no sector da electricidade consequências excepcionalmente penalizantes.

De facto, estas condições resultaram para a Empresa numa necessidade de recurso acrescido ao sistema produtor de origem térmica e às importações de electricidade. O consumo de combustíveis foi consequentemente muito mais elevado do que ocorreria numa situação média.

Os efeitos da seca conduziram assim a um sobrecusto da exploração de 23,9 milhões de contos.

O mecanismo da Correcção de Hidraulicidade, em vigor desde há vários anos, foi revisto em 1991 com a publicação do Decreto-Lei 338/91 de 10 de Setembro. A alteração mais significativa consistiu na criação de um saldo positivo para a conta de Correcção de Hidraulicidade (Nível de Referência) capaz de absorver, no futuro, os efeitos negativos equivalentes à sucessão mais gravosa de regimes hidrológicos ocorrida nos últimos 30 anos. Pretende-se assim que o saldo tenda para o referido nível de referência o que obriga, em cada ano, a que um custo ou proveito da Empresa, consoante o saldo esteja abaixo ou acima do nível de referência, seja adicionado ao diferencial da Correcção de Hidraulicidade do ano. Em todo o caso o saldo nunca poderá ser negativo pelo que, quando necessário, a EDP suportará os custos para que tal seja evitado.

O nível de referência do saldo em 1992, nas condições descritas, foi fixado em 69,0 milhões de contos. Como o saldo no final de 1991 era apenas de 1,5 milhões de contos positivos e o diferencial do ano foi de 23,9 milhões, a Empresa teve que suportar um custo de 22,4 milhões de contos calculado, nos termos legais, como contribuição para o nível de referência e assim evitar saldo negativo.

Adicionalmente e tendo em vista a constituição do referido nível de referência, a Empresa fez uma dotação extraordinária de 10 milhões de contos, que é afinal, o valor que transita em saldo para 1993.

### **Trabalhos para a própria empresa**

Parte significativa do investimento de 1992 foi realizada com meios internos. Os custos, directos e indirectos, da contribuição interna para o investimento do ano são relevados contabilisticamente em trabalhos para a própria empresa. A evolução deste componente do investimento no último quinquénio pode ser observada no quadro seguinte:

	(milhões de contos)				
	1988	1989	1990	1991	1992
Mat. diversos e F.S.E.	14,4	16,6	17,9	23,5	19,3
Encargos de Estrutura	16,8	15,7	18,7	17,2	18,3
Encargos Financeiros	33,0	23,0	21,5	33,9	44,0
<b>TOTAL</b>	<b>64,2</b>	<b>55,3</b>	<b>58,1</b>	<b>74,6</b>	<b>81,6</b>

Esta conta compensa em proveitos os custos respectivos, não estando, nessa medida, a afectar os resultados da actividade de exploração.

### **Meios financeiros libertos**

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do cash-flow da Empresa no último quinquénio. Em 1992 atingiu 103,4 milhões de contos, significando um decréscimo de 19,5% relativamente a 1991. Esta evolução desfavorável surge como consequência da verificação de créditos incobráveis no montante de 32,3 milhões de contos, dos efeitos da seca e de perdas cambiais mais gravosas do que no ano anterior.

	1988	1989	1990	1991	1992
Resultados Líquidos	-2,8	0,2	10,3	14,3	16,8
Amortizações	50,7	54,8	57,4	74,7	79,7
Provisões (líquidas)	3,2	23,1	17,4	39,3	6,9
<b>TOTAL</b>	<b>51,1</b>	<b>78,1</b>	<b>85,1</b>	<b>128,3</b>	<b>103,4</b>

### **Alguns Indicadores Relevantes**

No anexo estatístico deste relatório, apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros mais relevantes que ilustram a evolução da Empresa desde 1988.

Estes indicadores mostram uma clara evolução no sentido da consolidação da recuperação económica-financeira da Empresa iniciada em 1987, apesar do reflexo nos resultados de 1992 de um ano extremamente seco, com o conseqüente sobrecusto em termos de consumo de combustíveis, como já atrás se caracterizou.

É particularmente significativa a evolução dos indicadores de rotação, onde se pode notar o esforço desenvolvido pela Empresa no sentido de uma optimização do seu activo circulante, quer em termos de uma redução do prazo médio de recebimentos (dívida corrente), de 60 dias em 1991 para 40 dias em 1992, quer em termos das taxas de cobertura de existências.

Embora os resultados líquidos atinjam grande expressão, em termos absolutos, no universo das empresas portuguesas e tenham crescido em 1992, a rentabilidade dos capitais próprios situa-se numa percentagem ainda muito modesta (1,45%), especialmente se a compararmos com as rentabilidades médias (6%) apresentadas por algumas empresas congéneres.

É aliás razoável que numa gestão transparente, de evidenciação da totalidade dos custos e dos proveitos, e com uma economia saudável, se tenda para uma adequada remuneração dos capitais próprios. É pois de esperar nos próximos exercícios um acréscimo sustentado, mantendo-se no essencial as actuais condições de exploração.

Relativamente aos outros índices de rentabilidade, os mesmos apresentam valores inferiores aos registados em 1991, devido essencialmente à reavaliação dos activos corpóreos, realizada em 1992.

O esforço desenvolvido pela Empresa nos últimos anos, no sentido de reduzir o peso dos capitais alheios na sua estrutura financeira, aliada à reavaliação dos activos, levou a que o indicador de solvabilidade apresente em 1992 um valor de 1,96, valor este que se poderá considerar já bastante superior à média das empresas de capital intensivo como é o caso da EDP. Por idênticas razões, a Empresa dispõe agora de uma estrutura financeira saudável (rácio *Passivo MLP/Capitais próprios* inferior à unidade), muito além do que é habitualmente exigido pelas instituições financeiras para o sector da electricidade.

Quanto aos indicadores de produtividade, continua-se a observar no exercício de 1992 um acréscimo significativo do VAB — Valor Acrescentado Bruto *per capita* e das Vendas *per capita*, pelo efeito das variações inversas do numerador e do denominador deste tipo de indicadores.

### Aspectos Fiscais e Parafiscais

A EDP não usufrui de quaisquer regimes ou benefícios fiscais específicos, sendo portanto tributada em sede de IRC como qualquer outra actividade sujeita.

Não foi no entanto considerada qualquer estimativa para o imposto em 1992 pois na liquidação serão deduzidos prejuízos de exercícios anteriores que anularão totalmente a matéria colectável.

Não existem dívidas vencidas à Segurança Social.

A Empresa tem pendentes de decisão na Administração Fiscal duas exposições-requerimento visando o reconhecimento como custo fiscal créditos incobráveis, registados nas contas de 1992, e custos extraordinários apurados com o saneamento do balanço da Empresa em 1988.

### CONTA DE RESULTADOS

		(Milhares de contos)					
		1988 Valor	1989 Valor	1990 Valor	1991 Valor	1992	
						Valor	Acresc. (%)
Vendas e Prestações de Serviços		241 424	274 068	323 902	390 912	440 898	12,8
Trabalhos para a própria Empresa (a)		31 239	32 274	36 525	40 666	37 696	(7,3)
Produtos e Trabalhos em Curso		(126)	(98)	26	(218)	55	(125,2)
Outras Receitas Correntes		1 469	1 943	1 721	1 640	2 314	41,1
<b>Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado</b>		<b>274 006</b>	<b>308 187</b>	<b>362 174</b>	<b>433 000</b>	<b>480 963</b>	<b>11,1</b>
Compra e Importação de Electricidade		10 585	5 895	745	2 950	11 042	274,3
Combustíveis		26 203	61 739	53 949	55 677	60 461	8,6
Materiais Diversos		15 008	19 249	21 258	23 955	21 597	(9,8)
Correcção de Hidraulicidade		5 333	(15 960)	(5 422)	(4 797)	(22 424)	367,5
Fornecimento e Serviços Externos		12 186	14 364	19 921	25 408	33 166	30,5
Impostos Indirectos		296	313	424	440	8 365	1 801,1
<b>Consumos Corrigidos</b>	(—)	<b>69 611</b>	<b>85 600</b>	<b>90 875</b>	<b>103 633</b>	<b>112 207</b>	<b>8,3</b>
<b>Valor Acrescentado Bruto</b>	(=)	<b>204 395</b>	<b>222 587</b>	<b>271 299</b>	<b>329 367</b>	<b>368 756</b>	<b>12,0</b>
Despesas com o Pessoal	(—)	49 275	54 725	62 102	69 116	76 419	10,6
Outros Encargos de Exploração	(—)	4 539	5 248	7 723	20 501	45 167	120,3
Outros Proveitos de Exploração	(+)	314	422	231	582	498	(14,4)
<b>Excedente Bruto de Exploração</b>	(=)	<b>150 895</b>	<b>163 036</b>	<b>201 705</b>	<b>240 332</b>	<b>247 668</b>	<b>3,1</b>
Despesas Financeiras	(—)	163 442	164 168	195 044	213 633	177 855	(16,7)
Receitas Financeiras	(+)	12 978	24 979	27 069	58 704	30 628	(47,8)
Imputação despesas financ. a T.P.E.	(+)	32 998	22 978	21 587	33 882	43 957	29,7
Juros FAT, Corr. de Hidraulicidade	(+)	16 301	19 911	22 386	10 129	7 878	(22,2)
Resultados Extraordinários e de Exercícios Anteriores	(+)	1 358	11 372	7 440	(1 122)	(48 912)	4 259,3
<b>Cash-Flow</b>		<b>51 088</b>	<b>78 108</b>	<b>85 143</b>	<b>128 292</b>	<b>103 367</b>	<b>(19,4)</b>
Amortizações	(—)	50 751	54 784	57 411	74 749	79 703	6,6
Provisões (Líquidas)	(—)	3 171	23 153	17 453	39 293	6 877	(82,5)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>(2 834)</b>	<b>171</b>	<b>10 279</b>	<b>14 250</b>	<b>16 787</b>	<b>17,8</b>

a) Sem encargos financeiros

### Perspectivas para 1993

O controle das variáveis chave da actividade da Empresa permite esperar para 1993 um nível de desempenho económico e financeiro semelhante ao ocorrido em 1992. Manter-se-á no entanto um risco cambial significativo e é previsível a ocorrência de perdas adicionais, face à instabilidade que se pressente no SME e às pressões existentes sobre o escudo no sentido da desvalorização.

Quanto às variáveis de maior peso nos custos de exploração prevê-se um comportamento estável: não há indicações no mercado internacional que façam reear alterações significativas dos preços e quanto às taxas de juro é de esperar ainda reduções adicionais tendo em conta a desaceleração da inflação.

Não são animadores, pelo contrário, os coeficientes de hidraulicidade verificados nos dois primeiros meses de 1993; a manter-se a situação, estaremos perante mais um ano de seca que terá para a EDP consequências gravosas, pelo sobre-custo com combustíveis e importação de electricidade. Espera-se no entanto que, a confirmar-se a situação de seca, ela não chegue, pelo menos, aos níveis de 1992.

O investimento previsto deverá ultrapassar os 120 milhões de contos apesar da alienação da Central do Pego. Dar-se-á continuidade aos grandes empreendimentos hidroeléctricos mas espera-se poder privilegiar mais do que nos dois últimos anos o investimento nos sectores do transporte e da distribuição.

Far-se-á um esforço financeiro significativo no sentido de reforçar o Fundo de Pensões e o *Nível de Referência* da Correção de Hidraulicidade, onde são ainda vultosas as responsabilidades da Empresa no final de 1992.

Em síntese, e no pressuposto de que não ocorrerão em 1993 imprevistos de carácter catastrófico (alterações radicais no mercado de combustíveis, seca com características de calamidade, perturbações incontroláveis no sistema cambial, etc.) a Empresa apresentará em 1993 um

resultado líquido da ordem de grandeza dos verificados em 1992.

### Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 25 dos Estatutos da EDP, propõe que o resultado líquido do exercício de 1992 no valor de 16 787 088 541\$00 tenha a seguinte aplicação:

Para Anulação dos Resultados Transitados em 1992 .....	1 626 343 826\$00
Para Reserva Legal.....	1 678 708 854\$00
Para Dividendos .....	8 000 000 000\$00
Para Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes.....	23 740 000\$00
Para Distribuição de Resultados aos Trabalhadores.....	2 771 000 000\$00
Para Reserva de Investimentos .	1 678 708 854\$00
Para Resultados Transitados....	1 008 587 007\$00

### Nota Final

Em Assembleia Geral de 7 de Janeiro foram eleitos os membros do Conselho de Administração, que assumiu a seguinte composição: *Presidente*, Engenheiro Joaquim Serrão da Silva Correia; *Vice-Presidente*, Engenheiro Arnaldo Pedro Figueiroa Navarro Machado; *Vogais*, Engenheiro José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalho, Engenheiro Rui de Arriaga Ferin Cunha, Doutor José António de Matos Taborda Farinha, Doutor José Manuel Machado Saldanha Bento.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS



Em Assembleia Geral de 7 de Abril foi eleito para Vogal do Conselho de Administração o Engenheiro António Ramos da Silva Vidigal.

No fecho do seu Relatório do Exercício de 1992 o Conselho de Administração quer manifestar o seu apreço pelo empenho e dedicação postos pelos quadros e restantes colaboradores no exercício das suas funções, essenciais para os resultados alcançados.

O Conselho quer ainda salientar o seu agradecimento pelo apoio recebido das entidades governamentais e da Administração Pública em geral, e nomeadamente, pela influência directa nas principais acções desenvolvidas pela Empresa, dos Ministérios da Indústria e Energia e das Finanças e do Banco de Portugal. A Empresa pôde continuar a contar com a confiança e a colaboração do sistema financeiro em geral, o que se agradece.

Ao Conselho Fiscal, pela relevante e indispensável colaboração prestada, apresenta o Conselho de Administração o seu profundo reconhecimento.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1993

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Serrão da Silva Correia — *Presidente*  
Arnaldo Pedro Figueiroa Navarro  
Machado — *Vice-Presidente*  
José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa  
Rui de Arriaga Ferin Cunha  
José António de Matos Taborda Farinha  
José Manuel Saldanha Bento  
António Ramos da Silva Vidigal





**Balanço, Demonstração  
de Resultados e Anexos**

---

---

**ÍNDICE**

---

---

**Balanço Analítico  
em 31 de Dez. de 1992 ... 50**

**Demonstração  
de Resultados ..... 52**

**Demonstração  
de Resultados  
por Funções ..... 54**

**Mapa de Origem  
e Aplicação de Fundos ... 54**

**Variação dos Elementos  
dos Fundos Circulantes ... 55**

**Anexo ao Balanço  
e Demonstração  
de Resultados ..... 55**

## BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

BALANÇO ANALÍTICO  
EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 1992

Notas	ACTIVO				
	Exercícios				
	AB	A / P	AL	AL	
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
03.a./10	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	3 531 235 142	3 212 217 370	319 017 772	567 237 947
	Despesas de invest. e desenvolvimento	189 811 432	40 841 509	148 969 923	66 256 962
	Propriedade industrial e out. direitos	30 236 294	750 000	29 506 294	29 506 294
	Terras	12 500 000		12 500 000	12 500 000
	Diferenças de câmbio	4 055 954	2 412 734	1 643 230	2 128 659
		3 767 858 832	3 256 221 613	511 637 219	677 649 862
03.b./10.	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	78 696 715 696	55 741 721 037	22 954 994 659	21 541 815 186
	Terras e recursos naturais	7 122 811 737		7 122 811 737	2 687 550 109
	Edifícios e outras construções	43 591 279 146	13 334 890 409	30 256 388 737	24 403 271 229
	Equipamento básico	2 979 555 710 222	1 152 460 910 416	1 827 094 799 806	1 401 820 632 008
	Equipamento de transporte	8 629 620 869	6 265 850 779	2 363 770 090	2 162 663 864
	Ferramentas e utensílios	2 116 737 232	1 743 742 955	372 994 277	315 723 202
	Equipamento administrativo	17 205 440 853	10 241 568 121	6 963 872 732	6 427 223 143
	Têxas e vasilhame	14 975	749	14 226	0
	Diferenças de câmbio	4 153 964 111	74 370 755	4 079 593 356	788 494 304
	Outras imobilizações corpóreas	560 751 270	241 102 353	319 648 917	175 400 699
	Imobilizações em curso	278 807 479 289		278 807 479 289	268 362 554 919
	Adiantamentos p/conta imob. corpóreas	164 558 805		164 558 805	609 231 458
	Aprovei. fins múltip. (parte n/afecta):	5 248 757 822		5 248 757 822	5 211 993 825
	Produção hidroeléctrica	4 077 746 632		4 077 746 632	4 007 304 344
	Obras em curso	1 171 011 190		1 171 011 190	1 204 689 481
		3 425 853 842 527	1 240 104 157 574	2 185 749 684 953	1 734 504 545 946
03.c./10.	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo	8 639 827 390	8 000 000 000	639 827 390	1 739 117 391
	Partes de capital em emp. associadas	741 650 460		741 650 460	230 464 000
	Títulos e outros aplicac. financeiras	1 498 799 605	51 320 086	1 447 479 519	1 046 522 022
		10 880 287 455	8 051 320 086	2 828 967 369	3 016 103 413
	<b>CIRCULANTE:</b>				
	<b>Existências:</b>				
03.e./41.	Matérias-primas, subprod. e consumo				
42.	Produtos e trabalhos em curso				
	Adiantamentos por conta de compras				
		19 836 201 077		19 836 201 077	23 818 142 406
		266 242 347		266 242 347	210 943 864
		163 749 328		163 749 328	531 024 693
		20 266 192 752		20 266 192 752	24 560 110 963
48.a./23	Dívidas de Terceiros-Médio Longo Prazo:				
	Autarquias-Dívida de 31 / 12 / 88				
	Acionistas (Sócios)				
48.a.	Imobilizados em integração compensados				
03.k./48.d.	Défice do ex-FAT				
		47 065 446 811	42 250 000 000	4 815 446 811	62 802 193 143
		291 824 010		291 824 010	135 045 513
		9 086 149 204		9 086 149 204	10 462 895 165
		33 336 779 239		33 336 779 239	61 931 621 108
		89 780 199 264	42 250 000 000	47 530 199 264	135 331 754 929
23.	Dívidas de terceiros-curto prazo:				
	Clientes - c/c				
23.	Clientes - títulos a receber				
	Clientes de cobrança duvidosa				
	Estado e outros entes públicos				
48.c.l.i.	Outros devedores				
		80 642 957 691	6 062 300 000	74 580 457 691	82 032 444 352
		19 516 077		19 516 077	99 748 081
		29 778 517 508	29 778 517 508	0	2 807 314 254
		1 808 883 142		1 808 883 142	178 198 417
		3 794 821 553	161 925 812	3 632 895 741	4 825 202 259
		116 044 695 971	36 002 943 320	80 041 752 651	89 942 907 363
	Títulos negociáveis:				
	Outras aplicações de tesouraria				
					196 028 840
					196 028 840
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários				
	Caixa				
		7 642 689		7 642 689	3 030 065 404
		7 642 689		7 642 689	196 234 486
48.b.	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
	Acréscimos de provisões				
	Custos diferidos				
		14 114 744 962		14 114 744 962	18 648 255 946
		12 968 065 840		12 968 065 840	12 232 696 350
		27 082 810 802		27 082 810 802	30 880 952 296
	Total de Amortizações				
	Total de Provisões				
	Total do Activo				
		1 243 411 699 273		1 243 411 699 273	
		86 252 943 320		86 252 943 320	
		3 693 683 530 292	1 329 664 642 593	2 364 018 887 699	2 022 336 353 502

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL  
O Técnico de Contas  
Carlos Manuel Fernandes de Almeida CarvalhoO DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL  
Manuel de Jesus Martins

## BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

Unidade: Escudos

Notas	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
	Exercícios	
	1992	1991
	<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>	
36./37./40	Capital	
12./39.	Reservas de reavaliação	
40.	Reservas:	
	Reservas legais	
	Outras	
40.f.	Resultados transitados	
	Subtotal	
40.g.	Resultado líquido do exercício	
	Total do Capital Próprio	
	250 000 000 000	250 000 000 000
	782 506 284 514	472 309 505 289
	85 465 111 470	85 482 308 998
	25 063 849 634	23 359 505 009
	-1 626 343 826	-2 777 143 466
	1 141 408 901 792	828 374 175 830
	16 787 088 541	14 250 431 346
	1 158 195 990 333	842 624 607 176
	<b>PASSIVO:</b>	
48.f.	Provisões para riscos e encargos:	
	Outras provisões p/riscos e encargos	
	755 164 973	801 324 000
	Dívidas a terceiros — Médio L/ Prazo:	
29.	Empréstimos p/obrigações — não convert.	
29.	Dívidas a instituições de crédito	
29.	Outros credores	
03.l/48.d.	Correcção de Hidraulicidade	
03.d.	Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos	
03.b.ii.	Conta de regularização-(DL 344-B/82)	
	145 340 000 000	142 594 585 000
	682 188 746 554	730 243 118 478
	11 507 831 411	10 138 476 971
	10 000 000 000	1 462 793 064
	3 957 418 000	3 957 418 000
	22 954 994 659	21 541 815 186
	875 948 990 624	909 938 204 699
	Dívidas a terceiros-Curto Prazo:	
	Empréstimos p/obrigações-não convert.	
	Dívidas a instituições de crédito	
	Adiantamentos por conta de vendas	
	Fornecedores c/c	
	Fornecedores-Fact. em recepção e conf.	
	Adiantamentos de clientes	
	Fornecedores de imobilização c/c	
	Estado e outros entes públicos	
48.c.i.	Outros credores	
	17 511 500 000	2 000 468 000
	165 982 774 717	152 388 263 863
	315 857	375 000
	12 286 299 419	13 825 487 969
	1 872 752 261	1 053 426 024
	1 781 364	257 240 708
	10 348 152 249	6 496 266 384
	2 192 597 244	4 206 306 320
	17 583 501 206	11 843 430 963
	227 779 674 317	192 071 265 231
48.b.	Acréscimos e diferimentos:	
	Acréscimos de custos	
	Proveitos diferidos	
	52 755 764 380	54 629 994 321
	48 583 303 072	22 270 958 075
	101 339 067 452	76 900 952 396
	1 205 822 897 366	1 179 711 746 326
	Total do Passivo	
	2 364 018 887 699	2 022 336 353 502
	Total do Capital Próprio e do Passivo	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Joaquim Serrão da Silva Correia — Presidente  
Arnaldo Pedro Figueiras Navarro Machado — Vice-Presidente  
José Filipe de Mendonça Albuquerque de Carvalho  
Rui de Azeiteiro Ferin Cunha  
José António de Matos Taborda Forinha  
José Manuel Saldanha Bento  
António Ramos da Silva Vidigal

## BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO  
DE RESULTADOS

## CUSTOS E PERDAS

Notas	Exercícios		
	1992	1991	
41.	Custo das existências vendidas e consumidas		
	Electricidade	11 042 239 206	2 950 205 502
	Combustíveis p/ produção de electricidade	60 460 834 043	55 677 112 706
	Materiais diversos	21 596 883 559	23 954 871 563
		93 099 956 808	82 582 189 771
	Fornecimentos e serviços externos	33 166 142 921	25 408 210 058
	Custos com o pessoal		
	Remunerações:		
	Remunerações dos órgãos sociais	76 240 797	66 492 131
	Remunerações do pessoal	47 823 018 016	43 868 518 954
03.j.	Encargos sociais:		
	Complemento de pensões de reforma	4 394 791 395	4 259 452 065
	Prémios para pensões	966 618 000	977 818 000
	Encargos s/ remunerações	12 202 949 550	11 063 395 748
	Custos de acção social	6 496 509 419	4 974 889 066
	Outros	4 457 138 424	3 905 221 320
		76 419 265 601	69 115 787 284
10.b.	Amortizações do exercício		
34.	Provisões do exercício	79 700 968 944	74 749 166 829
		85 576 896 735	39 694 501 690
		114 443 668 519	
	Impostos:		
	Impostos indirectos	8 364 902 820	439 710 992
	Impostos directos	83 430 263	46 896 817
	Outros custos e perdas operacionais	431 803 375	518 296 594
3.b.i./48g	Rendas de conc. e c. electroprodutores	12 205 664 043	13 576 333 389
3.i./48.di	Correcção hidraulicidade - Agravamento	32 446 055 494	6 358 192 476
		53 531 855 995	20 939 430 268
	A - Custos e Perdas Operacionais	341 794 118 060	312 489 285 900
45.	Custos e perdas financeiras		
	Juros	138 038 178 938	144 150 449 137
10.b./34.	Amort. e prov. de aplic. e invest. financ.	1 001 745 714	1 745 714
	Diferenças de câmbio	34 743 652 782	57 540 376 806
	Out. custos e perdas financ. e similares	5 071 714 626	11 941 166 904
		178 855 292 060	213 633 738 561
	C - Custos e Perdas Correntes	520 649 410 120	526 123 024 461
46.	Custos e perdas extraordinárias		
	Dívidas incobráveis	34 560 060 451	315 966 318
	Perdas em existências	291 236 152	125 790 742
	Perdas em imobilizações	1 101 339 873	454 037 163
	Aumento de amortizações e provisões	5 601 145	86 153 357
	Correcções rel. a exercícios anteriores	616 883 849	893 837 143
	Outros custos e perdas extraordinários	20 658 948 674	8 908 152 167
		57 234 070 144	10 783 936 890
	E - Custos e Perdas do Exercício	577 883 480 264	536 906 961 351
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0
	G - Custos Totais	577 883 480 264	536 906 961 351
	Resultado líquido do exercício	16 787 088 541	14 250 431 346
	TOTAL	594 670 568 805	551 157 392 697
	Resultados Operacionais (B) - (A)		
	Resultados Financeiros [(D) - (B)] - [(C) (A)]		
	Resultados Correntes (D) - (C)		
	Result. Antes de Impostos (E) - (E)		
	Result. Líquido do Exercício (F) - (G)		

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL  
O Técnico de Contas  
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL  
Manuel de Jesus Martins

## BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

Unidade: Escudos

## PROVEITOS E GANHOS

Notas	Exercícios		
	1992	1991	
44.	Vendas		
	De energia eléctrica	436 442 482 796	387 120 058 767
	Outras	1 556 539 224	1 555 528 948
	Prestação de serviços	2 898 616 290	2 235 569 663
		440 897 638 310	390 911 157 378
42.	Variação da produção		
	Produtos e trabalhos em curso:		
	Existências finais	266 242 347	210 943 864
	Existências iniciais	210 943 864	429 325 260
48.i.	Trabalhos para a própria empresa	81 653 109 965	74 548 294 867
	Proveitos suplementares	2 313 844 490	1 640 084 580
48.h.	Subsídios à exploração	373 894 682	282 616 729
	Outros proveitos e ganhos operacionais	123 786 325	299 335 769
03.1./48.d.i.	Correcção hidraul - dif. do exerc.-Proveito	22 423 865 833	4 797 453 578
03.1./48.d.i.	Correcção de hidraulicidade-Bonificação	0	81 567 785 523
	B - Proveitos e ganhos operacionais	547 841 438 088	472 260 561 505
45.	Proveitos e ganhos financeiros		
	Rendimentos de participações de capital	20 053 210	1 820 580
	Rendim. de lit. negoc. e out. aplic. financ.	394 094 698	714 505 570
	Outros juros e proveitos similares	6 453 162 610	5 579 986 615
	Diferenças de câmbio favoráveis	23 761 018 750	52 407 554 305
03.k./48.d.ii.	Juros s/défice do ex-FAT	6 392 863 148	10 030 934 890
03.1./48.d.i.	Juros de correcção de hidraulicidade	1 484 962 725	38 506 175 141
		97 945 834	68 832 747 794
	D - Proveitos e Ganhos Correntes	586 347 613 229	541 093 309 299
46.	Proveitos e ganhos extraordinários		
	Ganhos em imobilizações	435 795 374	2 546 416 660
	Reduções de amortizações e de provisões	7 889 616	440 108 571
	Correcções relat. a exercícios anteriores	346 191 358	733 376 558
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	7 533 079 228	8 322 955 576
		6 344 181 609	10 064 083 398
	F - PROVEITOS TOTAIS	594 670 568 805	551 157 392 697
		206 047 320 028	159 771 275 605
		-140 349 116 919	-144 800 990 787
		65 698 203 109	14 970 284 838
		16 787 088 541	14 250 431 346
		16 787 088 541	14 250 431 346

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Joaquim Serra da Silva Correia — Presidente  
Arnaldo Pedro Figueiroa Navarra Machado — Vice-Presidente  
José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalho  
Rui de Arriaga Ferin Cunha  
José António de Matos Taborda Farinha  
José Manuel Saldanha Bento  
António Ramos da Silva Vidigal

## BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

Funções de Exploração	Unidade: Milhares de contos		
	1992	1991	
Vendas e Prestação de Serviços	(+)	440 898	390 911
Custos da Função Produção	(-)	138 945	113 545
Custos da Função Transporte	(-)	10 267	9 973
<b>RESULTADOS BRUTOS</b>	<b>(=)</b>	<b>291 686</b>	<b>267 393</b>
Custos da Função Distribuição	(-)	92 708	81 218
Custos das Actividades Complementares	(-)	995	1 290
Custos da Função Administrativa	(-)	9 706	7 778
Custos da Função Informática	(-)	1 926	2 009
Custos Complementares de Assistência	(-)	12 73 0	11 371
Reforço de Provisões	(-)	5 876	39 695
Outros Projeitos Operacionais	(+)	2 385	1 857
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>(=)</b>	<b>170 130</b>	<b>125 889</b>
Proveitos Financeiros	(+)	38 506	68 833
Custos Financeiros	(-)	142 938	179 752
<b>RESULTADOS CORRENTES</b>	<b>(-)</b>	<b>65 698</b>	<b>14 970</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	(+)	28 323	10 064
Custos e Perdas Extraordinários	(-)	57 234	10 784
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>(=)</b>	<b>16 787</b>	<b>14 250</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(-)		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(=)</b>	<b>16 787</b>	<b>14 250</b>
<b>FUNÇÕES DE INVESTIMENTO (TPE) (*)</b>		<b>81 653</b>	<b>74 548</b>
Na Produção		45 277	35 351
Na Transporte		6 070	6 969
Na Distribuição		30 306	32 228

(\*) Parte realizada com meios da própria empresa.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

## MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

ORIGEM DE FUNDOS		APLICAÇÃO DE FUNDOS	
INTERNAS:			
Resultados líquidos	16 787 089	DISTRIBUIÇÕES:	
Amortizações e reintegrações do exercício	79 700 426	Por aplicação de resultados	9 025 920 9 025 920
Variação das provisões	6 875 927		
Diferencial do Ex-PAT e corr. hidraulicidade	2 144 343	MOVIMENTOS FINANCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	
Correcção de origens de exercícios anteriores	(1 786 348)	103 721 437	
		Financiamentos:	
		Partes de capital	1 232 679
		Outras aplicações financeiras	2 205 866 3 438 545
		Diminuições das Dívidas a Terceiros a M/L Prazo:	
		Empréstimos bancários	48 054 371 48 054 371
		Outras aplicações financeiras	2 622 759
		Diminuições das Dívidas de Terceiros a M/L prazo:	
		Autarquias - dívida em 31 / 12 / 88	59 536 746
		Defício do Ex-PAT (adicionais)	34 987 705
		Aumentos das Dívidas a Terceiros a M/L Prazo:	
		Empréstimos por obrigações	2 745 415
		Outros credores	1 369 354 101 261 979
		DIMINUIÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES:	
		Imobilizações corpóreas	1 978 568 1 978 568
		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
		Proveitos diferidos — Subsídios p/ investimento	27 895 149
		DIMINUIÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES	48 509 210
			283 366 343
		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
		Custos diferidos	1 918 994
			283 366 343

## BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

ACTIVAS		PASSIVAS	
AUMENTOS DAS EXISTÊNCIAS		DIMINUIÇÕES DAS EXISTÊNCIAS	
Produtos e trabalhos em curso	55 298 55 298	Combustíveis p/ produção de electricidade	932 222
		Materiais diversos	3 049 719
		Adiantamentos por conta de compras	367 276 4 349 217
AUMENTO DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO		DIMINUIÇÕES DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO	
Estado e outros entes públicos	1 630 685 1 630 685	Clientes c/ gerais	1 389 486
		Clientes - títulos a receber	80 232
		Clientes de cobrança duvidosa	1 407 824
		Outros devedores	1 182 209 4 059 751
DIMINUIÇÕES DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO		AUMENTO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO	
Adiantamentos por conta de vendas	59	Depósitos à ordem	6 731 146
Fornecedores c/ gerais	1 539 189	Empréstimos por obrigações - não convertíveis	15 511 032
Adiantamentos de clientes	255 460	Empréstimos bancários	6 863 365
Estado e outros entes públicos	2 013 709 3 808 417	Fornecedores - fact. em recepção e conferência	819 326
		Outros empréstimos obtidos	3 851 886
		Outros credores	5 740 070 39 516 825
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
Outros custos diferidos	7 756	Acréscimos de proveitos	4 533 511
Acréscimos de custos	1 874 230 1 881 986	Proveitos diferidos	11 607 4 545 118
DIMINUIÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES		DIMINUIÇÕES DAS DISPONIBILIDADES	
	48 509 210	Títulos negociáveis e out. aplic. tesouraria	196 029
	55 885 596	Depósitos à ordem	3 030 065
		Caixa	188 591 3 414 685
			55 885 596

## 00 - Introdução

## a) Objecto e detentores do capital

A EDP - Electricidade de Portugal, S.A. tem por objecto o estabelecimento e exploração do serviço público de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica em Portugal, é totalmente detida pelo Estado Português (sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos) e as acções representativas do seu capital só poderão ser transmitidas para outros entes públicos (conforme Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro).

## b) Regime de preços

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) são fixados por convenção negociada entre a Empresa e a Direcção-Geral da Concorrência e Preços. De acordo com legislação complementar (Decreto-Lei n.º 202/86), está estabelecido um adicional à tarifa de venda de energia eléctrica, que se destina a amortizar o saldo do ex-Fundo de Apoio Térmico.

## c) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se no entanto a possibilidade da sua concessão à EDP. Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 48.g).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração pela EDP.

## VARIACÃO DOS ELEMENTOS DOS FUNDOS CIRCULANTES

## ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (Nota 03.b.ii e 10.c.ii), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 03.b.ii).

**d) Correção de Hidraulicidade**

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado, e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas são calculadas tendo em conta os custos de exploração de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, neste contexto e para distorções de grande significado nos resultados, os encargos com combustíveis e importação de electricidade contabilizados na Demonstração de Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável (Nota 48.d).

**e) Indicações gerais**

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Portuguesa (POC). As Notas números 05, 09, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 30, 33, 35, 38 e 47 não estão incluídas neste anexo, por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

**01 - Princípios contabilísticos**

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência (excepto como indicado na Nota 2), substância sobre a forma, materialidade e, especialização dos exercícios (excepto como indicado na Nota 03.1).

**02 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras**

Nos mapas do Balanço e da Demonstração de Resultados os valores do exercício não são comparáveis com os do exercício anterior, no que se refere às situações enumeradas seguidamente, em virtude de as mesmas só terem ocorrido no presente exercício.

**a) Balanço**

No exercício efectuou-se uma amortização extraordinária na rubrica *Acréscimos e Diferimentos — Custos Diferidos* dos valores referentes a *Indemnizações por rescisão de contrato de trabalho*, esta amortização ascendeu a 3 169 495, reduzindo nesta medida o saldo desta conta.

**b) Demonstração de Resultados**

A rubrica de *Custos e Perdas Extraordinárias* evidencia uma amortização extraordinária efectuada no exercício, referente a *Indemnizações por rescisão de contrato de trabalho*, esta amortização ascendeu a 3 169 495, aumentando nesta medida o valor desta conta.

**03 - Critérios contabilísticos e valorimétricos**

**a) Imobilizações Incorpóreas**

Estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas. Não se efectua a amortização de trespasses.

b) Imobilizações Corpóreas

i) Imobilizações de propriedade da EDP

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores resultantes da reavaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de similares reavaliações, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como, encargos de estrutura, como indicado nas alíneas h) e i) desta mesma nota.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Art. 39º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.07 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.b), pela amortização das comparticipações (registadas em Reserva para Investimento as recebidas até 31 de Dezembro de 1990, e em Acréscimos e Diferimentos — Subsídios para o Investimento as recebidas após 1 de Janeiro de 1991) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos conforme alínea g) desta mesma nota e Nota 48.b.ii).

ii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea c) da Nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (Nota 10.c.ii), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da reavaliação efectuada no exercício de 1992, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios (registada em Outros Devedores e Credores — Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes (Nota 48.g). Os períodos de concessão, que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, poderão ser revogados com um aviso prévio de 2 anos.

c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mostrados pelo valor de custo, líquido de uma provisão para fazer face a esperadas perdas de valor, ou no respeitante ao investimento em imóveis, ao resultante da reavaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de similares reavaliações, líquidos das amortizações acumuladas.

Os rendimentos são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam, excepto no caso de dividendos de acções que apenas são reconhecidos quando recebidos.

d) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afecta)

Estão valorizados a custo de construção, incluindo-se nestes ainda os encargos de estrutura, como indicado na alínea i) desta mesma nota.

Não são efectuadas amortizações sobre o valor atribuído à parte dos aproveitamentos que não está afecta à produção de energia eléctrica.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Agueira, Raiva e Alqueva, é determinado pela aplicação das seguintes percentagens provisórias aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço:

Agueira e Raiva .....	50%
Alqueva .....	65%

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamento, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Dívidas de e a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se quase inteiramente com financiamentos externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.

No final do ano os saldos a pagar e a receber em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (Nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizados como indicado na alínea h) desta mesma nota.

g) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com emissões de obrigações, bem como, de grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos — Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos (Nota 48.b).

h) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 11).

As diferenças de câmbio têm tratamento idêntico aos encargos financeiros, este critério, adoptado desde o exercício de 1986, tem justificação contabilística na especificidade do financiamento da EDP, e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira da Empresa.

i) Encargos de Estrutura Central e Regional

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos internos — Nota 48.i) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais da Estrutura Central e Regional são repartidos entre o investimento (Encargos de Estrutura Central e Regional — Nota 48.i) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

j) Pensões de Reforma e Sobrevivência

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Estas responsabilidades vão sendo reduzidas enquanto a Empresa continuar a pagar os complementos dos reformados e pensionistas existentes à data de 1 de Janeiro de 1989 e pelas dotações que vão sendo efectuadas a um Fundo de Pensões constituído em 1989. É intenção da Empresa cobrir integralmente a sua responsabilidade através de dotações anuais ao Fundo (iniciadas em 1989) durante um período máximo de 10 anos (Nota 31.a).

O Fundo de Pensões suporta os complementos pagos ao pessoal reformado desde 1 de Janeiro de 1989, tendo os complementos pagos no ano ao pessoal reformado em anos anteriores a 1989 sido suportados pela Empresa e debitados a resultados.

Em conformidade com o Estatuto Unificado de Pessoal, o pessoal da Empresa tem a possibilidade de optar pela pré-reforma quando se encontre nas condições nesse Estatuto definidas.

**k) Ex-Fundo de Apoio Térmico**

O adicional à tarifa de venda de energia eléctrica é, nos termos da legislação que o regula, contabilizado directamente a crédito do ex-Fundo de Apoio Térmico. Como indicado na Nota 48.d.ii, o ex-Fundo é debitado anualmente por encargos financeiros, que são considerados como proveitos da Empresa. O valor líquido movimentado anualmente a crédito destina-se a recuperar o défice acumulado em exercícios anteriores.

**l) Correção de Hidraulicidade**

Em conformidade com o indicado na Nota 00.d, a Empresa corrige anualmente os seus resultados líquidos, de modo a que correspondam à média das condições hidrológicas.

O valor anual da correção de hidraulicidade, constituído por custos ou proveitos, engloba:

- o diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência;
- os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da correção de hidraulicidade;
- uma parcela, que constituirá um proveito ou custo, correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência;

O saldo acumulado emergente dos custos e proveitos englobados na valor anual da correção de hidraulicidade, conforme indicado na Nota 48.d.i., é mostrado numa conta de passivo a médio e longo prazo.

**04 - Câmbios utilizados**

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal — cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1992/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD . . . . .	146,758	MOP . . . . .	18,405	DKK . . . . .	23,461
DEM . . . . .	90,900	NLG . . . . .	80,919	IEP . . . . .	239,113
FRF . . . . .	26,660	BEF . . . . .	4,4234	GRD . . . . .	0,68243
GBP . . . . .	222,660	CHF . . . . .	100,765	CAD . . . . .	115,685
ESP . . . . .	1,2812	JPY . . . . .	1,1762	ATS . . . . .	12,921
XEU . . . . .	177,345	SEK . . . . .	20,801	FIM . . . . .	28,056
ITL . . . . .	0,09956	NOK . . . . .	21,238	ZAR . . . . .	48,086
				AUD . . . . .	100,984

**06 - Impostos sobre o Rendimento**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 5 anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1988.

No entanto, não é previsível qualquer liquidação adicional em relação aos exercícios de 1988 a 1991. Do mesmo modo não é esperado qualquer responsabilidade com o imposto sobre o rendimento do exercício, devido a prejuízos fiscais de anos anteriores bem como a investimentos efectuados.

As situações que afectam os impostos futuros são as seguintes:

- a) Ao abrigo do art.º 14 do Decreto-Lei nº 442-b/88 de 30 de Novembro, existem os seguintes prejuízos fiscais a deduzir à matéria colectável:

do exercício de 1988 a deduzir até 1993 . . . . . 43 666 599

De notar que esta verba pode subir para 71 386 213, se vier a ser considerado o prejuízo resultante da regularização das diferenças de câmbio, operada no exercício de 1988.

- b) Por investimentos efectuados, existem os seguintes montantes a deduzir à matéria colectável:

do exercício de 1988 a deduzir até 1993 . . . . . 3 774 155

do exercício de 1989 a deduzir até 1994 . . . . . 7 621 572

## BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

### 07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 18 668 empregados, não existindo assalariados.

### 08 - Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A rubrica *Despesas de Instalação* inclui essencialmente custos com estudos e projectos.

A rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não tem expressão na Empresa.

### 10 - Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

#### a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>						
Despesas de Instalação	3 515 277		10 728		5 230	3 531 235
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	85 117		67 694		37 000	189 811
Propriedade Industrial e Outros Direitos	30 256					30 256
Trespases	12 500					12 500
Diferenças de Câmbio	3 897				159	4 056
<b>Total (1)</b>	<b>3 647 047</b>		<b>78 422</b>		<b>42 389</b>	<b>3 767 858</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	70 197 379	11 550 105		(1 580)	(3 049 188)	78 696 716
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>70 197 379</b>	<b>11 550 105</b>		<b>(1 580)</b>	<b>(3 049 188)</b>	<b>78 696 716</b>
<b>Imobilizações Próprias EDP</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	2 687 550	598 953	3 912 768	(96 595)	20 136	7 122 812
Edifícios e Outras Construções	34 198 034	7 571 607	1 315 866	(869 613)	1 375 385	43 591 279
Equipamento Básico	2 271 991 236	492 455 125	52 258 209	(357 730)	167 286 617	2 983 633 457
Equipamento Técnico Específico	2 266 030 298	491 651 925	51 966 094	(255 447)	167 288 894	2 976 681 764
Produção de Electricidade	1 319 637 563	295 172 023	5 985	(178 534)	98 839 801	1 713 476 838
Produção Hidroeléctrica	718 075 696	159 533 162		(124 474)	97 035 171	974 519 555
Produção Termoeléctrica	597 554 563	135 638 861	5 985	(54 060)	1 734 188	734 879 537
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/afecta)	4 007 304					4 077 746
Transporte de Electricidade	212 395 133	41 359 494	100 624	(55 715)	11 174 062	264 973 598
Distribuição de Electricidade	733 997 602	155 120 408	51 859 485	(21 198)	57 275 031	998 231 328
Outro Equipamento Básico	5 960 938	803 200	292 115	(102 283)	(2 277)	6 951 693
Equipamento de Transporte	7 917 349	577 137	908 657	(764 647)	(8 875)	8 629 621
Ferramentas e Utensílios	1 870 831	100 811	131 954	(2 322)	15 464	2 116 738
Equipamento Administrativo	14 618 677	1 621 778	2 504 896	(1 464 815)	(75 095)	17 205 441
Taras e Vasilhame			15			15
Diferenças de Câmbio	821 340				3 332 624	4 153 964
Outras Imobilizações Corpóreas	379 823	54 243	91 928		34 757	560 751
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>2 334 484 840</b>	<b>502 979 654</b>	<b>61 124 293</b>	<b>(3 555 722)</b>	<b>171 981 013</b>	<b>3 067 014 078</b>
Imobilização em Curso	268 362 555		175 499 266		(165 054 342)	278 807 479
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/afecta)	1 204 690		36 763		(70 442)	1 171 011
Adiantamentos p/c de Imobilizações em Curso	609 221		3 350		(448 012)	164 559
<b>Subtotal (2.3)</b>	<b>270 176 466</b>		<b>175 539 379</b>		<b>(165 572 796)</b>	<b>280 143 049</b>
<b>Total (2)</b>	<b>2 674 858 685</b>	<b>514 529 759</b>	<b>236 663 672</b>	<b>(3 557 302)</b>	<b>3 359 029</b>	<b>3 425 853 843</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						
Partes de Capital	9 544 490		1 232 679		(11 388)	10 765 781
Investimentos em Imóveis	87 286	20 075				107 361
Outras Aplicações Financeiras	423 851		2 205 866	(2 622 759)	187	7 145
<b>Total (3)</b>	<b>10 055 627</b>	<b>20 075</b>	<b>3 438 545</b>	<b>(2 622 759)</b>	<b>(11 201)</b>	<b>10 880 287</b>
<b>TOTAL GERAL (1)+(2)+(3)</b>	<b>2 688 561 359</b>	<b>514 549 834</b>	<b>240 180 639</b>	<b>(6 180 061)</b>	<b>3 390 217</b>	<b>3 440 501 988</b>

**BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS**

**b) Amortizações e Provisões**

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
Despesas de Instalação	2 948 019		264 531	(332)	3 212 217
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	18 860		21 648	334	40 842
Propriedade Industrial e Outros Direitos	750				750
Diferenças de Câmbio	1 768		645		2 413
<b>Total (1)</b>	<b>2 969 397</b>		<b>286 824</b>	<b>2</b>	<b>3 256 222</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	48 655 565	7 257 709	2 204 889	(2 376 442)	55 741 721
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>48 655 565</b>	<b>7 257 709</b>	<b>2 204 889</b>	<b>(2 376 442)</b>	<b>55 741 721</b>
Imobilizações Próprias EDP					
Edifícios e Outras Construções	9 794 761	2 216 154	901 596	422 379	13 334 890
Equipamento Básico	866 163 301	189 143 115	73 713 079	23 441 415	1 152 460 910
Equipamento Técnico Específico	862 087 817	188 652 382	73 278 061	23 549 399	1 147 567 659
Produção de Electricidade	466 314 372	108 459 446	35 475 023	(99 597)	610 149 244
Produção Hidroeléctrica	297 479 521	66 597 628	15 066 742	(88 939)	379 054 952
Produção Termoelectrica	168 834 851	41 861 818	20 408 281	(10 658)	231 094 292
Transporte de Electricidade	85 628 690	14 658 240	7 130 782	(57 400)	107 360 312
Distribuição de Electricidade	310 144 755	65 534 696	30 672 256	23 706 396	430 058 103
Outro Equipamento Básico	4 075 484	490 733	435 018	(107 984)	4 893 251
Equipamento de Transporte	5 754 685	367 150	850 483	(706 467)	6 265 851
Ferramentas e Utensílios	1 557 105	60 999	112 660	12 979	1 743 743
Equipamento Administrativo	8 191 454	985 375	1 573 922	(509 183)	10 241 568
Taras e Vasilhame			1		1
Diferenças de Câmbio	32 846		41 577	(52)	74 371
Outras Imobilizações Corpóreas	204 422	20 745	15 938	(3)	241 102
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>891 698 574</b>	<b>192 793 538</b>	<b>77 209 256</b>	<b>22 661 068</b>	<b>1 184 362 436</b>
<b>Total (2)</b>	<b>940 354 139</b>	<b>200 051 247</b>	<b>79 414 145</b>	<b>20 284 626</b>	<b>1 240 104 157</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
Partes de Capital	7 000 000		1 000 000		8 000 000
Investimentos em Imóveis	39 524	10 051	1 745		51 320
<b>Total (3)</b>	<b>7 039 524</b>	<b>10 051</b>	<b>1 001 745</b>		<b>8 051 320</b>
<b>TOTAL GERAL (1)+(2)+(3)</b>	<b>950 363 060</b>	<b>200 061 298</b>	<b>80 702 714</b>	<b>20 284 628</b>	<b>1 251 411 699</b>

**c) Observações**

i) Nas imobilizações próprias EDP o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Produção, Transporte e Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

ii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82, correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, que embora explorados pela EDP continuam propriedades das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1992:

Imobilizado .....	78 696 716
Amortizações .....	55 741 721
Valor líquido .....	22 954 995

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade da EDP para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos municípios (Nota 48.e).

**11 - Capitalização dos Custos Financeiros**

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.h, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

## BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS

Rubricas	Juros de financiamento	Diferenças de câmbio	Total
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>			
Edifícios e Outras Construções	101 351	9 006	110 357
Equipamento Básico	39 973 474	3 873 204	43 846 678
Equipamento Técnico Específico	39 973 474	3 873 204	43 846 678
Produção de Electricidade	33 502 906	3 242 728	36 745 634
Produção Hidroelétrica	20 600 043	1 656 248	22 256 291
Produção Termoelectrica	12 902 863	1 586 480	14 489 343
Transporte de Electricidade	2 413 585	244 173	2 657 758
Distribuição de Electricidade	3 229 873	317 774	3 547 647
Estudos e Projectos	827 110	68 529	895 639
<b>TOTAL</b>	<b>40 074 825</b>	<b>3 882 210</b>	<b>43 957 035</b>

### 12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliadas ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78	Decreto Lei n.º 118-B/86
Decreto-Lei n.º 219/82	Decreto-Lei n.º 111/88
Decreto-Lei n.º 399-G/84	Decreto-Lei n.º 49/91
Decreto-Lei n.º 171/85	Decreto-Lei n.º 264/92

### 13 - Custo Histórico das Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, com os respectivos custos históricos é a seguinte:

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>			
Imobiliz. (Regime do DL 344-B/82)	8 495 181	14 459 814	22 954 995
Subtotal (1.1)	8 495 181	14 459 814	22 954 995
<b>Imobilizações Próprias EDP</b>			
Terrenos e Recursos Naturais	4 738 135	2 384 677	7 122 812
Edifícios e Outras Construções	14 766 258	15 490 131	30 256 389
Equipamento Básico	912 146 444	919 026 103	1 831 172 547
Equipamento Técnico Específico	910 719 438	918 394 667	1 829 114 105
Produção de Electricidade	494 211 028	609 116 566	1 103 327 594
Produção Hidroelétrica	243 767 693	351 696 910	595 464 603
Produção Termoelectrica	246 365 589	257 419 656	503 785 245
Aprov. Fins Múlt. (parte n / afecta)	4 077 746		4 077 746
Transporte de Electricidade	85 621 200	71 992 086	157 613 286
Distribuição de Electricidade	330 887 210	237 286 015	568 173 225
Outro Equipamento Básico	1 427 006	631 436	2 058 442
Equipamento de Transporte	1 926 072	437 698	2 363 770
Ferramentas e Utensílios	286 412	86 583	372 995
Equipamento Administrativo	5 603 053	1 360 820	6 963 873
Táras e Vasilhame	14		14
Diferenças de Câmbio	4 079 593		4 079 593
Outras Imobilizações Corpóreas	228 237	91 412	319 649
Subtotal (1.2)	943 774 218	938 877 424	1 882 651 642
Total (1)	952 269 399	953 337 238	1 905 606 637
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			
Investimentos em Imóveis	2 441	53 600	56 041
Total (2)	2 441	53 600	56 041
<b>TOTAL GERAL (1)+(2)</b>	<b>952 271 840</b>	<b>953 390 838</b>	<b>1 905 662 678</b>

## 14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

Imobilizações afectas à actividade da Produção de electricidade .....	1 347 207 035
Hidroeléctrica .....	704 774 033
Termoeléctrica .....	637 184 244
Aproveitamentos de fins múltiplos — parte não afecta .....	5 248 758
Imobilizações afectas à actividade do Transporte de electricidade .....	175 393 345
Imobilizações afectas à actividade da Distribuição de electricidade .....	595 406 824
Imobilizações não específicas .....	55 643 656
Imobilizações implantadas em propriedade alheia .....	310 600
Imobilizações reversíveis (*) .....	11 788 226

(\*) As imobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão em regime de concessão transferidos das Autarquias Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

Juros de financiamento .....	40 074 825
Diferenças de câmbio .....	3 882 210
Total .....	43 957 035

## 16 - Investimentos Financeiros

Os elementos referentes às empresas do grupo e empresas associadas são os seguintes:

Firma e Sede	Capital Detido (%)	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
			Ano	Valor
a) EMPRESAS DO GRUPO				
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	100,00	145 429	1991	(4 571)
SPE (Macau) - Sociedade de Assistência Técnica Empresarial, Lda. Avenida Dr. Mário Soares, 25 - 1º, compartimento 13, Macau	99,00	MOP 11 951 866	1991	MOP 7 692 794
EDALPRO - Imobiliária, Lda. Avenida José Malhoa, lote A - 13, Lisboa	90,00	400		(*)
INTERNEL - Electricidade de Portugal Internacional, S.A. Avenida Estados Unidos da América, 55 - 10º, Lisboa	75,00	100 077	1991	77
Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia Canas de Senhorim	70,02	1 298 541	1990	(249 275)
ECONOLER - Soc. de Eficiência Energética, S.A. Rua do Bolhão, 85 - 7º, Porto	50,17	180,00	1990	0
b) EMPRESAS ASSOCIADAS				
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda. Rua D. Estefânia, 48 - 3º, Lisboa	46,60	598	1990	381
TANQUIPOR - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, Lda. Parque Industrial da Quimiparque, Barreiro	28,89			
PORTSINES - Terminal Multipurpose de Sines, S.A. Largo do Depósito, 4, Sines	20,00	1 000 000	1991	0

(\*) Não dispõe de resultados porque foi constituída em 1992.

A EDP não procede à consolidação das demonstrações financeiras, atendendo ao facto de que as empresas a incluir na consolidação de contas não apresentam um interesse de relevância material para o objectivo das contas consolidadas, que é o de dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação (conforme n.º 1 do artigo 13.º e n.º 3 do artigo 16.º da 7.ª Directiva, e n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho).

**22 - Valor das Existências que se Encontram Fora da Empresa**

Combustíveis para a produção de electricidade .....	2 342 199
Materiais diversos .....	106 348

**23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa**

Autarquias - Dívida consolidada em 31/12/88 .....	42 278 057
Autarquias - Dívida posterior a 31/12/88 .....	6 062 500
Clientes de cobrança duvidosa .....	29 778 518

**25 - Dívidas de e ao Pessoal da Empresa**

Valores a receber .....	154 578
Valores a pagar .....	8 079 944

**29 - Empréstimos e Outros Credores - Médio e Longo Prazo**

	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	total
Empréstimos:			
bancários	522 343 388	159 845 358	682 188 746
por obrigações	100 340 000	45 000 000	145 340 000
Outros credores:			
Cauções recebidas de clientes		10 670 418	10 670 418
Outras cauções recebidas	837 413		837 413

**31 - Compromissos Financeiros**

a) De acordo com um estudo actuarial, a responsabilidade em 31 de Dezembro de 1992 não reflectida no Balanço referente a compromissos relativos a pensões de reforma é a seguinte:

1. Responsabilidades totais

Para com o pessoal no activo .....	7 017 775	
Para com os reformados e pensionistas .....	78 576 509	85 594 284

2. Valor do Fundo em 92/12/31 (Responsabilidades já cobertas pelo Fundo)

Pagamentos efectuados ao Fundo .....	34 447 903	
Acréscimos gerados pela gestão do Fundo .....	1 413 340	35 861 243

3. Responsabilidades a cobrir de 1993 a 1998

Para com os reformados e pensionistas .....	49 733 041
---	------------

b) De acordo com o Despacho n.º 30/92 de 20 de Abril do Ministro da Indústria e Energia, o nível de referência do saldo da conta de correcção de hidraulicidade, foi fixado em 61,3 milhões de contos, a preços de 1991, assim:

Nível de referência da correcção de hidraulicidade .....	61 300 000
Saldo da conta de correcção de hidraulicidade em 92/12/31 .....	10 000 000
Dotações para o nível de referência a efectuar de 1993 a 2000	51 300 000

**BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS**

c) Contrato de troca a termo certo (SWAP) entre a Empresa e o BPI - Banco Português de Investimento, S.A. por um período de 5 anos, com a data de vencimento da operação em 14 de Maio de 1995, e os seguintes montantes de moeda específica, e taxas de juros:

Montante a ceder pela Empresa .....	5 000 000 000\$00	PTE
Montante a ceder pelo BPI.....	27 529 098\$26	ECU
Taxa de juro a pagar pela Empresa .....	17,5%	
Taxa de juro a pagar pelo BPI.....	a fixar semestralmente com base na taxa de juro em ECU equivalente à LIBOR praticada para operações em ECU no mercado interbancário.	

d) Os compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado são à data do Balanço de 53 488 558.

**32 - Responsabilidades Contingentes**

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 142 667.

Estas garantias são constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro. Foram prestadas na sua quase totalidade a fornecedores, existindo ainda algumas prestadas a tribunais e alfândegas. Não existem garantias reais.

A responsabilidade por letras descontadas ascende a 1 270 410.

**34 - Movimentos das Provisões**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para Dívidas de Clientes	72 179 027	5 911 990		78 091 017
Para Outras Dívidas de Terceiros	151 829	10 097		161 926
Para Riscos e Encargos	801 324		(46 159)	755 165
Para Investimentos Financeiros	7 000 000	1 000 000		8 000 000
<b>TOTAL</b>	<b>80 132 180</b>	<b>6 922 087</b>	<b>(46 159)</b>	<b>87 008 108</b>

**36 - Capital - Nº de Acções e Valor Nominal**

O capital está representado por 250 000 000 acções escriturais nominativas de 1 000\$00 cada, encontrando-se totalmente realizado.

**37 - Capital - Detentores**

O capital é detido a 100% pelo Estado Português.

**39 - Movimentos das Reservas de Reavaliação**

A Empresa procede à reavaliação do seu imobilizado corpóreo e dos investimentos financeiros em imóveis (Notas 03.b.i. e 03.c) com base nos respectivos diplomas legais, tendo procedido à última no exercício de 1992, em referência a valores de 31 de Dezembro de 1991.

O movimento do exercício foi o seguinte:

Saldo inicial .....	472 309 505
Aumento por reavaliação ao abrigo do DL 264/92 (Nota 10) .....	310 196 140
Regularização .....	639
<b>Saldo final .....</b>	<b>782 506 284</b>

Estas reservas só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos, se existirem, ou no aumento do capital social.

## 40 - Movimentos dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	250 000 000			250 000 000
Reservas de Reavaliação	472 309 505	310 196 779		782 506 284
Reservas				
Reserva Legal	1 118 316	1 425 043		2 543 359
Reserva para Investimentos	62 512 448	885 715	2 327 956	61 070 207
Reserva para Fins Sociais	591 322			591 322
Reserva - DL 46031 e DL 46917	21 260 223			21 260 223
Reserva por Actividades Transferidas para a EDP	23 359 505	1 704 345		25 063 850
Resultados Transitados	(2 777 143)	14 250 431	13 099 632	(1 626 344)
Resultado Líquido do Exercício	14 250 431	16 787 089	14 250 341	16 787 089
<b>TOTAL</b>	<b>842 624 607</b>	<b>345 249 402</b>	<b>29 678 019</b>	<b>1 158 195 990</b>

a) Em conformidade com os estatutos da EDP a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 10% dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

b) Em conformidade com os estatutos da EDP enquanto Empresa Pública, a Reserva para Investimentos era obrigatoriamente dotada com um mínimo de 20% dos lucros a apropriar.

Com apoio na legislação que estabeleceu as bases gerais das Empresas Públicas, as participações no custo de instalações (linhas, ramais, postos de transformação, etc.) debitadas a terceiros foram até 1990 transferidas para esta reserva.

c) De acordo com os estatutos da EDP enquanto Empresa Pública a Reserva para Fins Sociais era obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros a apropriar, não podendo a mesma ser utilizada sem audição prévia dos trabalhadores através da respectiva estrutura representativa.

d) As Reservas do DL 46031 e DL 46917 — para Autofinanciamento e para Complemento de Amortização Financeira — foram constituídas em conformidade com disposições contidas nos contratos dos empréstimos concedidos pelo International Bank of Reconstruction and Development, cujos capitais em dívida foram totalmente reembolsados no exercício de 1991.

e) A Reserva por Actividades Transferidas para a EDP corresponde ao valor líquido dos imobilizados afectos ao aproveitamento hidroeléctrico do Lindoso, ao valor líquido do património da Empresa Industrial do Freixo S.A. extinta em 1992 e integrada no património da EDP, e ao montante de regularização dos patrimónios das entidades integradas na EDP. Para além disso, foi até 1990 reforçada com as amortizações dos imobilizados em regime de concessão.

f) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo inicial .....	(2 777 143)
Transferência do resultado do exercício de 1991 .....	14 250 431
Por aplicação em:	
Reserva Legal .....	1 425 043
Reserva para Investimentos .....	862 320
Dividendos .....	7 000 000
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes .....	20 920
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores .....	2 005 000
	(11 313 283)
Regularizações diversas .....	(1 786 349)
Saldo final .....	(1 626 344)

g) A proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 1992 é a seguinte:

Resultados Transitados .....	2 634 931	
Reserva Legal .....	1 678 709	
Reserva para Investimentos .....	1 678 709	
Dividendos .....	8 000 000	
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes .....	23 740	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores .....	2 771 000	16 787 089

**BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS**

**41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas**

Rubricas	Electricidade	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo		Total
		Combustíveis	Materiais Diversos	
Existências Iniciais		10 820 601	12 997 541	23 818 142
Compras e Produções Internas	11 042 239	58 056 040	18 670 050	87 768 329
Regularizações de Existências		1 472 572	(122 886)	1 349 686
Existências Finais		9 888 379	9 947 822	19 836 201
<b>Custo do exercício</b>	<b>11 042 239</b>	<b>60 460 834</b>	<b>21 596 883</b>	<b>93 099 956</b>

**42 - Variação da Produção**

A variação da produção ocorrida no exercício foi a seguinte:

Existências finais .....	266 242
Existências iniciais .....	210 944
<b>Aumento do exercício .....</b>	<b>55 298</b>

**43 - Remuneração dos Órgãos Sociais**

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

Conselho de Administração .....	84 582
Conselho Fiscal .....	4 042
Mesa da Assembleia Geral .....	520
<b>Total .....</b>	<b>89 144</b>

**44 - Vendas e Prestações de Serviços**

A repartição do valor líquido das Vendas e das Prestações de Serviços, por actividades e por mercados (interno e externo) é a seguinte:

a) Vendas

a.1) de Electricidade — Mercado Interno

em Alta Tensão .....	51 140 261	
em Média Tensão .....	133 522 317	
em Baixa Tensão (> 39,6 KVA) .....	30 507 331	
em Baixa Tensão .....	212 741 906	
em Baixa Tensão (Iluminação Pública) .....	8 530 668	436 442 483

a.2) de Outros — Mercado Interno

Vapor .....	511 957	
Cinzas .....	471 773	
Materiais Diversos .....	572 809	1 556 539

b) Prestações de Serviços — Mercado Interno

de Electricidade .....	1 348 897	
de Outros .....	1 549 719	2 898 616
		<b>440 897 638</b>

**BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS**

**45 - Demonstração dos Resultados Financeiros**

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1992	1991		1992	1991
Juros Suportados	138 038 179	144 150 449	Juros Obtidos	4 709 346	5 002 139
Amortizações de Investimentos em Imóveis	1 746	1 746	Rendimentos de Imóveis	38 494	19 093
Provisões para Aplicações Financeiras	1 000 000		Rendimentos de Participações de Capital	20 053	1 821
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	34 743 653	57 540 377	Diferenças de Câmbio Favoráveis	23 761 019	52 407 554
Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria		28 291	Descontos de Pronto Pagamentos Obtidos	340 075	143 337
Outros Custos e Perdas Financeiros	5 071 714	11 912 876	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	373	38 628
Resultados Financeiros	(140 349 117)	(144 800 991)	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	9 636 815	11 220 176
	38 506 175	68 832 748		38 506 175	68 832 748

a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Financeiros* inclui o montante de 4 153 630 referente a comissões de empréstimos.

b) A rubrica de *Juros Obtidos* inclui o montante de 3 921 365 referente a juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE por motivo de atraso na liquidação de facturação.

c) A rubrica de *Outros Proveitos e Ganhos Financeiros* inclui entre outros os seguintes montantes:

Juros sobre o défice do ex-FAT (Nota 48.d) .....	6 392 863
Juros sobre a correcção de hidraulicidade (Nota 48.d) .....	1 484 983
Compensações debitadas a Clientes de BT/IP por motivo de atraso na liquidação de facturação .....	1 697 952

**46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários**

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1992	1991		1992	1991
Donativos	67 659	29 670	Restituição de Impostos	33 263	9 790
Dívidas Incobráveis	34 560 060	315 966	Recuperação de Dívidas	17 546	30 882
Perdas em Existências	291 236	125 791	Ganhos em Existências	183 408	150 118
Perdas em Imobilizações	1 101 340	454 037	Ganhos em Imobilizações	435 795	2 546 417
Multas e penalidades	1 457	56 010	Benefícios de Penalidades Contratuais	3 436	24 888
Aumentos de Amortizações e Provisões	5 601	86 153	Reduções de Amortizações e Provisões	7 890	440 109
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	616 884	893 837	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	346 191	733 377
Outros Custos e Perdas Extraordinários	20 589 833	8 822 472	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	7 295 426	6 128 502
Resultados Extraordinários	(48 911 115)	(719 853)			
	8 322 955	10 064 083		8 322 955	10 064 083

a) A rubrica de *Dívidas Incobráveis* inclui o montante de 32 283 569 referente à redução de igual montante da rubrica *Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo — Autarquias locais — Dívida de 31/12/88*.

b) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Extraordinárias* inclui o montante de 16 206 201 referente a Prémios para Pensões.

c) A rubrica *Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários* inclui entre outros os seguintes montantes:

Compensação de amortizações de imobilizações comparticipadas (Nota 03.b.i) . . . . .	3 867 186
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão (Nota 03.b.ii) . . . . .	2 204 889

**48 - Outras Informações**

a) Clientes

O montante da rubrica *Autarquias - Dívida consolidada em 31 / 12 / 88* é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para a EDP (alínea e) desta mesma nota), e de rendas devidas pela Empresa naquela data.

O Decreto-Lei n.º 103-B/89 de 4 de Abril, publicado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/89, definiu as condições de regularização das dívidas das autarquias até 31 de Dezembro de 1988 e criou mecanismos de carácter financeiro destinados à sua recuperação.

b) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 1992:

Acréscimos de proveitos

Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do Balanço . . . . .	13 568 084
Outros acréscimos de proveitos . . . . .	546 661
	<u>14 114 745</u>

Custos diferidos

Reparações e beneficiações do imobilizado (Nota 03.g) . . . . .	3 598 818
Encargos com emissão de obrigações (Nota 03.g) . . . . .	1 160 905
Importação de energia eléctrica (pagamentos antecipados) . . . . .	7 550 956
Outros custos diferidos . . . . .	657 387
	<u>12 968 066</u>

Acréscimos de custos

Juros de empréstimos a liquidar . . . . .	38 984 253
Férias e subsídios de férias . . . . .	8 061 664
Outros acréscimos de custos . . . . .	5 709 847
	<u>52 755 764</u>

Proveitos diferidos

Subsídios para investimentos . . . . .	48 546 897
Outros proveitos diferidos . . . . .	36 406
	<u>48 583 303</u>

i) O movimento do exercício na rubrica *Reparações e Beneficiações de Imobilizado* foi o seguinte:

Saldo inicial . . . . .	4 790 198
Acréscimos do exercício . . . . .	841 695
Transferência para resultados . . . . .	2 033 075
Saldo final . . . . .	<u>3 598 818</u>

ii) A rubrica *Subsídios para Investimento* representa os valores recebidos a partir do exercício de 1991 inclusivé, deduzido da amortização anual. Os subsídios recebidos até ao exercício de 1990 estão mostrados na rubrica *Reserva para Investimento* (Nota 40.b).

Os subsídios recebidos no exercício ascendem a 27 895 149, neles se incluindo 10 751 370 de subsídios de fundos comunitários da CEE.

c) Outros Devedores e Outros Credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro de 1992:

i) A rubrica de *Outros Devedores* inclui o montante de 2 891 344 referente a Devedores por fornecimento de outros bens e prestações de serviços.

**BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS**

ii) Na rubrica de *Outros Credores* incluem-se entre outros os seguintes montantes:

Obrigacionistas .....	1 057 213
RDP - taxas de radiodifusão .....	3 245 596
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores .....	1 135 894
Credores por fornecimento de outros bens e prestações de serviços .....	1 978 109
Credores diversos .....	1 886 703

d) Correção de Hidraulicidade e Défice do ex-FAT

ii) Correção de Hidraulicidade

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

Saldo inicial .....	1 462 793
Diferencial positivo debitado .....	22 423 866
Encargos financeiros debitados (Nota 45.c) .....	1 484 983
Agravamento creditado (contribuição para o nível de referência do saldo da conta) .....	32 446 056
Saldo final .....	10 000 000

Os custos e proveitos movimentados nesta rubrica e propostos pela EDP, estão sujeitos à aprovação por despacho do Ministro da Indústria e Energia.

ii) Défice do ex-FAT

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

Saldo inicial .....	61 931 621
Encargos financeiros debitados (Nota 45.c) .....	6 392 863
Adicionais à tarifa creditados .....	34 987 705
Saldo final .....	33 336 779

e) Imobilizados em Integração Compensados

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolo de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias (Nota 10.c.ii).

f) Provisão para Riscos e Encargos

Corresponde à provisão para seguros de conta própria (quota-parte do risco assumido pela Empresa).

g) Rendas de concessões e de centros electroprodutores

Incluem-se nesta rubrica os seguintes montantes:

Rendas de concessões pagas às autarquias (Notas 00.c e 03.b. ii) .....	11 147 118
Rendas de centros electroprodutores pagas às autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica ...	1 058 546

h) Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração referem-se a subsídios do Fundo Social Europeu e do Instituto do Emprego e Formação Profissional

i) Trabalhos para a Própria Empresa

Incluem-se nesta rubrica os seguintes montantes:

Consumo de materiais .....	16 475 933
Encargos directos internos (Nota 03.i) .....	4 250 456
Encargos de Estrutura Central e Regional (Nota 03.i) .....	14 045 911
Encargos financeiros (Nota 03.h) .....	40 074 825
Diferenças de câmbio (Nota 03.h) .....	3 882 210
Outros trabalhos para a própria Empresa .....	2 923 775
Total .....	81 653 110

j) Decomposição dos *Empréstimos* por Mercado e por Moeda (\*)

DEM	169 643 519
XEU	120 234 706
FRF	31 094 564
BEF	16 500 217
NLG	14 250 247
ESP	1 166 688
ITL	956 616
GRD	240 520
GBP	237 311
LUF	123 494
(1) Moedas CEE	354 447 882
CHF	55 072 639
USD	38 876 909
JPY	13 874 873
ESC	10 318 750
(2) Outras Moedas	118 143 171
(3) Mercado externo (1)+(2)	472 591 053
(4) Mercado interno	538 431 968
(5) Total (3)+(4)	1 011 023 021

(\*) Esta rubrica encontra-se decomposta no Balanço em:

- Empréstimos por obrigações - não convertíveis - médio e longo prazo
- Dívidas a instituições de crédito - médio e longo prazo
- Empréstimos por obrigações - não convertíveis - curto prazo
- Dívidas a instituições de crédito - curto prazo

## k) Custos do Pessoal

Para além dos encargos referidos na rubrica *Custos com o Pessoal*, os trabalhadores da Empresa beneficiaram, em termos de contratação colectiva em vigor, de um contingente de energia eléctrica a preços reduzidos, a que corresponde um benefício total de 1 884 181.

## l) Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Já muito próximo do final do ano, foram acordadas as principais condições para a alienação da Central Termoeléctrica do Pego. O contrato definitivo ocorrerá, em princípio, no final de Março de 1993.







---

---

## ÍNDICE

---

---

<b>Certificação Legal de Contas</b> .....	77
<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b> .....	78
<b>Parecer dos Auditores Externos</b> .....	80
<b>Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas</b> .....	81



---

---

**CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS**

---

---

1. Examinámos as contas da EDP -  
- Electricidade de Portugal, S.A., que  
compreendem o Balanço em 31 de  
Dezembro de 1992, a Demonstração de  
Resultados de 1992 e respectivo Anexo,  
documentos estes que foram prepara-  
dos a partir dos livros, registos conta-  
bilísticos e documentos de suporte,  
mantidos em conformidade com os  
preceitos legais. O nosso exame foi  
efectuado de acordo com as Normas  
Técnicas de Revisão Geral de Contas,  
aprovadas pela Câmara dos Revisores  
Oficiais de Contas e com a profundi-  
dade considerada necessária nas cir-  
cunstâncias.
2. É nossa convicção que os citados  
documentos de prestação de contas  
apresentam de forma verdadeira e apro-  
priada a situação financeira da  
Empresa em 31 de Dezembro de 1992,  
bem como o resultado das suas opera-  
ções referentes ao exercício findo  
naquela data, de acordo com o dis-  
posto em legislação especificamente  
aplicada à EDP e nos princípios con-  
tabilísticos geralmente aceites, aplica-  
dos de uma forma consistente em  
relação ao exercício anterior.

Lisboa, 22 de Março de 1993

António de Moura Rodrigues, *em representação de*  
*J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SROC*

---

---

**RELATÓRIO  
E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL**

---

---

Senhores Accionistas

Nos termos da lei e dos estatutos da Empresa apresentamos a V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., relativamente ao exercício de 1992.

1. Este Conselho Fiscal acompanhou com regularidade, ao longo do exercício, a gestão da Empresa, através principalmente de reuniões com o Conselho de Administração e da apreciação de actas, de relatórios contabilísticos e outros.

No final do ano, examinámos atentamente o balanço, a demonstração de resultados, o respectivo anexo e o relatório de gestão apresentados pelo Conselho de Administração, documentos que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais e estatutárias, com legislação especificamente aplicada à EDP e com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

2. O relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração complementa os esclarecimentos dos documentos finais e é amplamente elucidativo da actividade da Empresa e da gestão dos negócios sociais, descrevendo com clareza e desenvolvimento adequado as linhas estratégicas fundamentais, as políticas e esforços desenvolvidos, os factos mais significativos da vida da Empresa em 1992, nas suas diferentes áreas, e perspectivando a sua evolução. Merece especial realce, em nossa opinião, o seguinte: —

- A confirmação das previsões de significativos resultados líquidos positivos (+ 17,5% que em 1991), demonstrativos da apropriada política e estratégia de gestão do Conselho de Administração.

É de realçar que os referidos resultados estão influenciados por factores conjunturais, sendo de destacar o efeito desfavorável da baixa hidraulicidade e das variações cambiais,

que originaram sobrecustos de 23,9 e 11 milhões de contos, respectivamente, e como factores favoráveis o custo dos combustíveis e a evolução das taxas de juro.

- A Empresa manteve o persistente esforço de reduzir o valor da sua dívida e o custo dos respectivos encargos financeiros, sem prejuízo de prosseguir a sua política de investimentos, tendo conseguido diminuir o seu endividamento em cerca de 23 milhões de contos.
  - O esforço desenvolvido pelo Conselho de Administração na introdução de melhorias na organização técnica e administrativa e nos procedimentos de controlo interno, nomeadamente na implementação do Sistema Empresarial de Gestão Comercial (SEGEC), que permitirá significativo aumento qualitativo dos serviços prestados pela EDP.  
É ainda de realçar os importantes desenvolvimentos realizados no âmbito do SIREN - Sistema Integrado de Redes de Distribuição, projecto este com características estruturantes ao nível da área técnica, abrangendo as funções planeamento, exploração e equipamento.
3. Além do referido anteriormente, os resultados líquidos estão influenciados significativamente, pelo seguinte:
    - Reforço das provisões para créditos de cobrança duvidosa (5,5 milhões de contos) e para investimentos financeiros (1 milhão de contos), que se considera prudente.
    - O saldo de correcção de hidraulicidade em 31/12/91 (1,5 milhões de contos) foi utilizado em 1992, tendo-se procedido neste ano a uma dotação extraordinária de 10 milhões de contos, valor que transita em saldo para 1993.
    - Reforço da dotação para o fundo de pensões (17,5 milhões de contos), em conformidade com a política contabilística acordada com a EDP.

- O valor líquido das vendas de energia eléctrica mostram um aumento de 12,8%, relativamente ao exercício transacto, consequência do acréscimo da procura (2,8%) do ajustamento tarifário (+6,6%) e da recuperação de natureza excepcional de energia em contadores, resultante da aplicação do sistema SEGEC.
  - Os custos com o pessoal mostram um acréscimo de 10,6%, que inclui os custos de integração, em meados do exercício, de 497 trabalhadores transferidos dos ex-SMGE do Porto. Apesar da incorporação destes trabalhadores, verificou-se, em 1992, uma redução de 849 efectivos.
4. Mantem-se por resolver o problema das dívidas das autarquias (47,1 milhões de contos, sem juros de mora), embora a regularização da dívida dos ex-SMGE do Porto tenha permitido um apreciável decréscimo, relativamente em 1991.
  5. O imobilizado corpóreo foi reavaliado nos termos do DL n.º 264/92, que permite corrigir parcialmente as distorções originadas pela inflação, donde resultou uma correcção líquida aos valores daqueles bens de 310,2 milhões de contos.  
É ainda de notar que a reavaliação efectuada contribuiu fortemente para uma melhoria significativa da estrutura de capitais, que atingiu pela primeira vez uma relação de capitais próprios/activo total da ordem dos 0,5.
  6. Apreciamos o relatório de fiscalização anual elaborado pelo membro deste Conselho Fiscal, que fica fazendo parte deste parecer e a certificação legal de contas, que mereceu o nosso acordo.
  7. Não tomámos conhecimento de qualquer incumprimento da lei ou dos estatutos.
  8. O Conselho Fiscal agradece a referência que lhe foi feita no relatório de gestão do Conselho de Administração,

bem como manifesta o seu muito apreço por todos os esclarecimentos, informações e apoios necessários ao desempenho da sua actividade. Desejamos também agradecer a colaboração prestada pelos Serviços contactados.

9. Tendo em conta o referido anteriormente, este Conselho Fiscal é de PARECER que:

- 1.º — Aproveis o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e Anexo, relativos a 1992.
- 2.º — Aproveis a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, por estar de acordo com as disposições legais e estatutárias.

Lisboa, 24 de Março de 1993

#### O CONSELHO FISCAL

Dr. Sérgio Espadas, *Presidente*  
 Eng.º Manuel Luís Norton Brandão, *Vogal*  
 Dr. António de Moura Rodrigues, *Vogal (ROC)*,  
*em representação de J. Brandão, M. Rodrigues*  
*& B. Assunção, SROC*

---

---

**PARECER  
DOS AUDITORES  
EXTERNOS**

---

---

Examinámos as demonstrações financeiras anexas que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1992 e a Demonstração dos Resultados do exercício findo na mesma data e o respectivo Anexo. O nosso exame foi efectuado de acordo com as normas internacionais de auditoria e, em conformidade, incluiu uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e as sondagens aos registos contabilísticos e a outros elementos comprovativos que considerámos necessárias.

Chamamos a atenção para o facto de que, devido ao cumprimento de regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 3.1), a Empresa derogou o princípio de especialização dos exercícios no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da correção de hidraulicidade mostrado no Passivo como dívidas de terceiros — médio e longo prazo, no montante de 10 000 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura de situações de hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico os resultados do exercício vêm diminuídos de um montante de 8 537 milhares de contos.

Em nossa opinião estas demonstrações financeiras apresentam adequadamente a situação financeira da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 1992 e os resultados das suas operações no exercício findo na mesma data, em conformidade com os princípios e critérios contabilísticos descritos nas Notas 1 e 3, aplicados numa base consistente em relação ao exercício anterior, excepto no que respeita à alteração indicada na Nota 2, com a qual concordamos. —

Lisboa, 10 de Março de 1993

ERNST & YOUNG e CIA.

Acta Número Oito

«(...) Dada a palavra ao representante do Estado, este, de acordo com o mandato conferido por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado das Finanças e da Energia de vinte e oito de Abril de mil novecentos e noventa e três (Anexo IV da presente acta), propôs e votou favoravelmente:

UM — A aprovação do Relatório de Gestão e Contas relativas ao exercício de mil novecentos e noventa e dois, com a ressalva de que o saldo da conta *Correcção de Hidraulicidade*, no montante de dez milhões de contos, se encontra condicionado à aprovação do Senhor Ministro da Indústria e Energia(\*):

DOIS — Aprovação da seguinte proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração:

• Anulação dos resultados transitados ..... 1 626 343 826\$00  
(mil seiscientos e vinte e seis milhões trezentos e quarenta e três mil oitocentos e vinte e seis escudos)

• Reserva legal ..... 1 678 708 854\$00  
(mil seiscientos e setenta e oito milhões setecentos e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro escudos)

• Dividendos ..... 8 000 000 000\$00  
(oito mil milhões de escudos)

• Distribuição de Resultados aos corpos gerentes ..... 23 740 000\$00  
(vinte e três milhões setecentos e quarenta mil escudos)

• Distribuição de Resultados aos trabalhadores ..... 2 771 000 000\$00  
(dois mil setecentos e setenta e um milhões de escudos)

• Reserva de investimento ..... 1 678 708 854\$00  
(mil seiscientos e setenta e oito milhões setecentos e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro escudos)

• Resultados transitados ..... 1 008 587 007\$00  
(mil e oito milhões quinhentos e oitenta e sete mil e sete escudos)

(... )».

\* Aprovação concedida pelo despacho n.º 42/93 do Senhor Ministro da Indústria e Energia de 12 de Maio de 1993.



---

---

## ÍNDICE

---

---

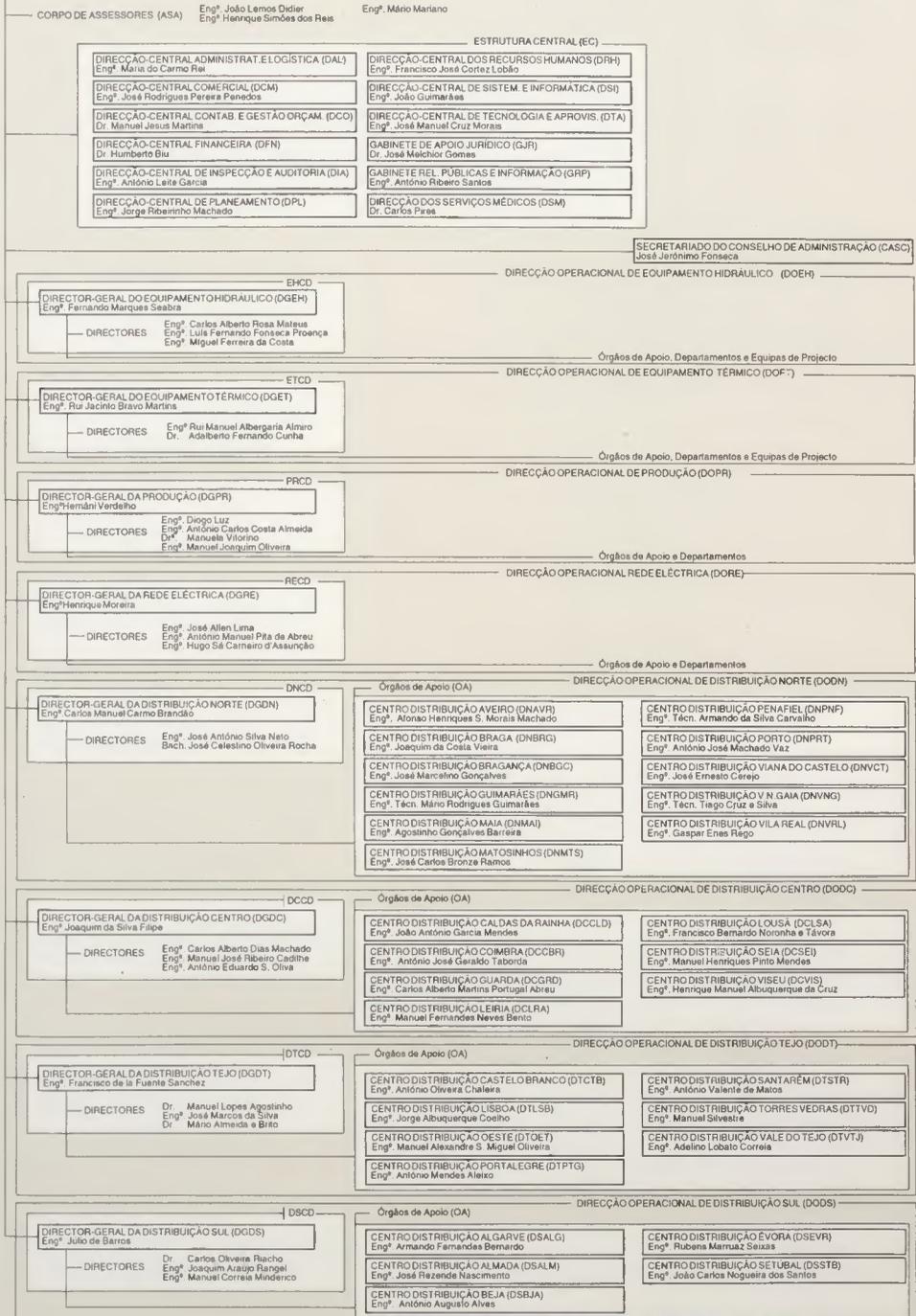
Organigrama da EDP .....	85
Principais Elementos Estatísticos .....	87
Alguns Indicadores Relevantes .....	88
Evolução dos Investimentos Anuais .....	89
Financiamentos .....	89
Evolução dos Investimentos a Custos Técnicos .....	90
Combustíveis e Aquisição de Energia Eléctrica .....	91
Consumos de Electricidade Segundo os Destinos .....	91
Balanço Anual da Energia Eléctrica .....	92
Consumos Industriais e Agrícolas .....	92
Distribuição .....	93

Anexo Estatístico



ORGANIGRAMA  
DA EDP - Março 1993

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)  
Eng.º Joaquim Serôdio da Silva Correia (Presidente)  
Eng.º Arnaldo P. F. Navarro Machado (Vice-Presidente)  
Eng.º José Filipe Athayde de Carvalho  
Eng.º Rui de Atriaga Ferin Cunha  
Dr. José António de Matos Taborda Farnha  
Dr. José Manuel Saldanha Bento  
Eng.º António Maria Ramos da Silva Vidigal





PRINCIPAIS ELEMENTOS  
ESTATÍSTICOS

	Unidades	1988	1989	1990	1991	1992*
<b>ÍNDICE DE PRODUT. HIDROELÉCTRICA</b>	—	1,07	0,62	0,78	0,83	0,41
<b>PRODUÇÃO</b>	GWh	20 612,2	23 945,3	26 467,2	27 564,1	27 584,9
Centrais hidroeléctricas	GWh	12 167,3	5 966,7	9 186,0	9 049,6	4 957,9
Centrais termoeléctricas	GWh	8 444,9	17 978,6	17 281,2	18 514,5	22,627,0
<b>Saldo das Trocas COM O ESTRANGEIRO (a)</b>	GWh	2 390,1	1 164,6	37,1	92,0	1 340,9
<b>RECEPÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS</b>	GWh	48,2	36,0	57,7	84,5	129,9
<b>BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA</b>	GWh	98,6	371,8	209,3	189,8	611,3
<b>CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS</b>	GWh	790,9	1179,2	1196,8	1186,4	1350,3
<b>CONSUMOS REFERIDOS À EMISSÃO</b>	GWh	22 161,0	23 594,9	25 156,0	26 364,4	27 094,1
<b>VENDAS DE ENERGIA ELÉCTRICA</b>	GWh	19 324,2	20 658,4	21 892,6	23 200,5	23 958,8
A outros distribuidores	GWh	1 499,5	1 104,1	1 142,5	1 200,0	594,8
A consumidores directos: AT/MT	GWh	9 943,0	10 699,0	11 153,9	11 379,6	11 554,2
A consumidores directos: BT	GWh	7 881,7	8 855,3	9 596,2	10 620,9	11 809,9
<b>RECEITAS DA VENDA DE ELECTRICIDADE (b)</b>	1000 contos	254 276	293 057	345 403	417 309	471 430
<b>COMBUSTÍVEIS PARA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE</b>	1000 contos	26 203	61 739	53 949	55 677	60 461
<b>AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA</b>	1000 contos	9 234	5 895	745	2 950	11 042
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>	1000 contos	106 959	96 777	126 915	159 120	179 909
<b>INVESTIMENTO AFECTO À ELECTRICIDADE (c)</b>	1000 contos	103 976	93 596	122 125	153 404	173 508
<b>POT. INSTALADA NAS CENTRAIS (em 31 Dez)</b>	MW	6 228,6	6 599,8	6 623,8	6 621,3	6 923,2
Centrais hidroeléctricas	MW	3 029,9	3 065,1	3 069,1	3 066,6	3 368,5
Centrais termoeléctricas	MW	3 198,7	3 534,7	3 554,7	3 554,7	3 554,7
<b>POTÊNCIA MÁXIMA REFERIDA À PRODUÇÃO (d)</b>	MW	4 285	4 474	4 965	5 109	5 316
<b>INSTALAÇÕES EM SERVIÇO (em 31 Dez.)</b>						
<b>Rede de Transporte</b>						
Subestações - Potência de transformação	MVA	11 465	11 635	12 148	13 165	13 930
Comprimento das linhas	km	5 768	5 778	5 832	5 670	5 822
<b>Distribuição</b>						
Subestações - Potência de transformação	MVA	9 131	9 317	9 879	10 112	10 964
Comprimento das linhas AT/MT	km	42 786	44 191	46 136	47 996	49 564
Cabos subterrâneos AT/MT	km	5 139	5 511	5 829	6 142	7 064
Postos de transformação - Potência instalada	MVA	6 335	6 722	7 191	7 622	8 600
Comprimento das linhas BT	km	71 754	74 505	77 138	79 069	80 294
Cabos subterrâneos BT	km	10 420	11 228	12 211	13 053	15 663
Contadores	Milhares	3 890	4 022	4 129	4 246	4 413
<b>NÚMERO DE CONSUMIDORES</b>	Milhares	3 888,1	4 017,0	4 122,0	4 233,1	4 504,4
Em Alta e Média tensão	Milhares	12,5	12,8	13,3	13,8	14,7
Em Baixa Tensão	Milhares	3 875,6	4 004,2	4 108,7	4 219,3	4 489,8
<b>EFFECTIVOS DE PESSOAL (em 31 de Dez.)</b>	—	22 816	21 704	20 485	19 078	18 229

(a) Saldo das trocas com o estrangeiro: Importação - Exportação

(b) Com FAT e sem *Permuta de energia eléctrica com o estrangeiro (saldo)*

(c) Deduzido o valor dos investimentos em aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos (Aguieira / Raiva e Alqueva), na parte não afectada à electricidade

(d) Ponta referente apenas às quartas-feiras até ao ano de 1990 inclusivé

(\*) Valores provisórios

ANEXO ESTATÍSTICO

ALGUNS INDICADORES  
RELEVANTES

	1988	1989	1990	1991	1992
Rendabilidade dos Capitais Próprios					
Result. Líquidos/Capitais Próprios (%)	-0,61	0,04	1,23	1,69	1,45
Rendabilidade Económica Líquida					
Result. Oper. + Prov. Financeiros/Activo (%)	8,09	8,08	7,05	9,63	8,41
Rendabilidade Económica Bruta					
Resultado Bruto/Activo (%)	9,67	10,13	10,10	11,88	10,49
Rotação do Activo					
Vendas/Activo	0,15	0,17	0,16	0,19	0,19
Autonomia Financeira					
Capital Próprio/Activo (%)	29,62	29,47	41,89	41,67	49,04
Liquidez Geral					
Capitais Circul./Passivo Curto Prazo (%)	132,06	62,62	48,51	60,74	49,42
Estrutura Financeira					
Passivo MLP/Capitais Próprios (%)	190,37	188,13	100,81	110,52	79,77
Capacidade de Autofinanciamento					
Cash Flow/Investimento Custos Técnicos (%)	69,07	99,85	80,84	102,44	77,53
Cobertura do Imobilizado					
Capitais Permanentes/Activo Fixo (%)	114,99	111,73	101,53	102,11	95,14
Solvabilidade Total					
Activo/Passivo (%)	142,14	141,81	172,16	171,54	196,34
Prazo Médio de Recebimentos (*)					
Cred. Correntes Clientes/Vendas* 12	12,3	4,2	3,1	2,0	1,3
Taxa de Cobertura das Existências Totais (meses)					
Existências/Consumos* 12	5,7	3,6	4,6	3,7	2,9
Taxa de Cobertura de Comb. para Produção (meses)					
Existências/Consumos* 12	4,1	2,1	3,1	2,4	2,0
Taxa de Cobertura de Mat. Diver. (meses)					
Existências/Consumos* 12	8,5	8,1	8,4	6,5	5,6
V.A.B. Per-Capita (Milhares contos)					
V.A.B./Efectivos	8,96	10,26	13,24	17,07	18,84
Vendas Per-Capita (Milhares contos)					
Vendas/Efectivos	10,58	12,63	15,81	20,25	22,52

(\*) Em 1987 e 1988 inclui também os créditos atrasados

Milhares de contos				Composição (%)	
Ano	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custo Total	Custos Técnicos	Encargos Financeiros
1983	50 219	57 916	108 135	46,4	53,6
1984	52 616	65 180	117 796	44,7	55,3
1985	61 712	67 237	128 949	47,9	52,1
1986	65 344	44 538	109 882	59,5	40,5
1987	73 300	34 994	108 294	67,7	32,3
1988	73 961	32 998	106 959	69,1	30,9
1989	73 799	22 978	96 777	76,3	23,7
1990	105 328	21 587	126 915	83,0	17,0
1991	125 238	33 882	159 120	78,7	21,3
1992	135 952	43 957	179 909	75,6	24,4

## EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS ANUAIS

Designação	Contos					
	Saldo no início do ano (câmbio de utilização)	Movimento no exercício		Saldo no fim do exercício		Diferenças de câmbio
		Utilizações	Amortizações	Ao câmbio de utilização	Ao câmbio de 92/12/31	
<b>MERCADO INTERNO</b>						
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
Obrigações	135 764 253	30 000 000	12 002 753	153 761 500	153 761 500	
Créditos Financeiros	333 142 610	77 300 000	69 783 287	340 659 323	340 659 323	
Cred. à Produção e Venda a Prazo	14 601 147		14 601 147			
	483 508 010	107 300 000	96 387 187	494 420 823	494 420 823	0
<b>Curto Prazo</b>						
Créd. Financeiro Bilateral	42 494 979	153 630 000	158 844 979	37 280 000	37 280 000	
	526 002 989	260 930 000	255 232 166	531 700 823	531 700 823	0
<b>MERCADO EXTERNO</b>						
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
Créditos Financeiros	441 349 088	72 924 141	105 303 429	408 969 800	436 278 773	(27 308 973)
Crédito ao Equipamento	14 770 983	1 483 976	3 011 869	13 243 090	14 341 697	(1 098 607)
Obrigações	8 351 900			8 351 900	9 090 000	(738 100)
	464 471 971	74 408 117	108 315 298	430 564 790	459 710 470	(29 145 680)
<b>Curto Prazo</b>						
Créditos Financeiros		12 890 366	4 286 489	8 603 878	8 758 760	(154 883)
Créditos Fornecedores	14 008 385	49 699 540	59 766 394	3 941 530	4 121 823	(180 292)
	14 008 385	62 589 906	64 052 883	12 545 408	12 880 583	(335 175)
	478 480 356	136 998 023	172 368 181	443 110 198	472 591 053	(29 480 855)
<b>TOTAL</b>	<b>1 004 483 345</b>	<b>397 928 023</b>	<b>427 600 347</b>	<b>974 811 021</b>	<b>1 004 291 876</b>	<b>(29 480 855)</b>

## FINANCIAMENTOS

## EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS A CUSTOS TÉCNICOS

## Preços Correntes

Ano	Total	Investimento afecto a electricidade			
		Produção	Transporte	Distribuição	Total
1983	50 219	31 354	3 892	12 451	47 697
1984	52 616	29 203	5 064	15 282	49 549
1985	61 712	32 939	7 490	18 228	58 657
1986	65 334	35 709	8 238	18 774	62 721
1987	73 300	36 190	7 600	25 562	69 352
1988	73 961	33 079	5 379	32 090	70 548
1989	73 799	26 132	5 458	39 293	70 883
1990	105 238	44 337	7 447	49 005	100 789
1991	125 238	57 252	10 517	52 000	119 769
1992	135 952	71 624	10 549	47 378	129 551
Investimento médio anual	81 737	39 782	7 163	31 006	77 952

## Preços de 1992

1983	188 793	117 872	14 632	46 808	179 312
1984	158 961	88 227	15 299	46 169	149 695
1985	153 512	81 938	18 632	45 343	145 913
1986	134 709	73 627	16 986	38 709	129 322
1987	135 741	67 019	14 074	47 337	128 430
1988	122 859	54 948	8 935	53 306	117 189
1989	108 369	38 373	8 015	57 699	104 087
1990	135 036	56 842	9 547	62 827	129 216
1991	140 875	64 400	11 830	58 493	134 723
1992	135 952	71 624	10 549	47 378	129 551
Investimento médio anual	141 481	71 487	12 850	50 407	134 744

	Unidades	1988	1989	1990	1991	1992
<b>COMBUSTÍVEIS</b>						
<b>Quantidades</b>						
Fuelóleo	1000 t	575,8	2 457,6 (c)	1 901,1	2 019,0	2 810,2
Gasóleo	1000 kl	1,5	1,3	0,7	0,4	1,0
Carvão Nacional	1000 t	284,9	318,2	258,6	277,0	207,0
Carvão Estrangeiro	1000 t	1 875,1	2 400,7 (c)	2 999,9	3 155,0	3 333,0
<b>Valores</b>						
	<b>1000 contos</b>	<b>26 344,7</b>	<b>61 582,9</b>	<b>53 406,7</b>	<b>55 677,1</b>	<b>60 039,2</b>
Fuelóleo (a)		8 671,4	37 189,6 (c)	26 966,7	27 421,4	33 551,9
Gasóleo		38,9	31,4	18	11,5	16,7
Carvão Nacional		2 091,7	2 209,3	1 400	1 653,6	1 691,3
Carvão Estrangeiro		15 542,7	22 152,6	25 022	26 590,6	24 779,3
<b>AQUISIÇÃO DE ENERGIA</b>						
<b>ELÉCTRICA (Import.)<sup>b</sup></b>	<b>1000 contos</b>	<b>8 714,5</b>	<b>5 577,3</b>	<b>237,8</b>	<b>1 272,9</b>	<b>2 035,0</b>
<b>Preços Médios</b>						
Fuelóleo (a)	ESC/t	15 055	15 133	14 187,7	13 581,7	11 939,3
Gasóleo	ESC/kl	26 011	25 022	25 714,3	—	16 700,0
Carvão Nacional	ESC/t	7 344	6 942	6 717,3 (d)	5 969,7	8 170,5
Carvão Estrangeiro	ESC/t	7 756	9 228	8 340,9	8 428,1	7 434,5
<b>AQUISIÇÃO DE ENERGIA</b>						
<b>ELÉCTRICA (Import.)<sup>b</sup></b>	<b>ESC/kWh</b>	<b>3,67</b>	<b>4,6</b>	<b>4,98</b>	<b>5,24</b>	<b>6,74</b>

a) Não inclui o consumo para produção do vapor na Central do Barreiro.

b) Apenas inclui electricidade paga em divisas.

c) Inclui o consumo em ensaios em Sines.

d) O preço médio está influenciado por + 337,1 milhares de contos de consumos que não foram contabilizados em 1990.

#### CONSUMOS FINAIS

Rubricas	1991	1992 (*)	Variação 1992/91	
			Valor absoluto	%
<b>NÚMERO DE CONSUMIDORES</b>	<b>4 233 141</b>	<b>4 504 444</b>	<b>271 303</b>	<b>6,4</b>
Em alta tensão	71	71	0	0,0
Em média tensão	13 756	14 611	855	6,2
Em baixa tensão	4 219 314	4 489 762	270 448	6,4
<b>CONSUMO DE ELECTRICIDADE (GWh)</b>	<b>22 129,9</b>	<b>23 490,0</b>	<b>1 360,1</b>	<b>6,1</b>
Iluminação e outros usos	10 119,0	10 894,8	775,8	7,7
Domésticos	5 848,4	6 470,5	622,1	10,6
Não domésticos	4 270,6	4 424,3	153,7	3,6
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	704,0	876,8	172,8	24,5
Cozinha e aquecimento	80,5	8,8	- 71,7	- 89,1
Usos industriais	9 571,7	10 213,1	641,4	6,7
Usos agrícolas	367,7	380,8	13,1	3,6
Tracção	263,6	243,0	- 20,7	- 7,8
Electroquímica e electrometalurgia	415,3	210,8	- 204,5	- 49,2
Iluminação pública	608,1	661,9	53,8	8,8

(\*) Valores provisórios.

#### COMBUSTÍVEIS E AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

#### CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS

ANEXO ESTATÍSTICO

**BALANÇO ANUAL  
DA ENERGIA ELÉCTRICA**

	GWh	
Rubricas	1991	1992 (*)
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>27 564,1</b>	<b>27 584,9</b>
Centrais hidroeléctricas	9 049,6	4 957,9
Centrais termoeléctricas	18 514,5	22 627,0
<b>CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS</b>	<b>1 186,4</b>	<b>1 350,3</b>
<b>ENERGIA ENTRADA NA REDE</b>	<b>28 174,5</b>	<b>28 903,0</b>
Emissão própria	26 377,7	26 234,6
Importação	1 712,3	2 538,5
Outras recepções	84,5	129,9
<b>ENERGIA SAÍDA DA REDE (1+2+3)</b>	<b>25 187,1</b>	<b>25 943,0</b>
<b>1 - Venda de Energia</b>	<b>23 200,5</b>	<b>23 958,8</b>
DISTRIBUIDORES	1 200,0	594,8
Autarquias locais	1 124,1	518,8
Outros distribuidores	75,9	76,0
FORNECIMENTO DIRECTO A CONSUMIDORES	22 000,5	23 364,1
Alta e Média Tensão	11 379,6	11 554,2
Baixa Tensão	10 620,9	11 809,9
<b>2 - Exportação</b>	<b>1 620,3</b>	<b>1 197,5</b>
<b>3 - Sem Receita</b>	<b>366,3</b>	<b>786,6</b>
Bombagem hidroeléctrica	189,8	611,3
Compensação síncrona	47,1	49,5
Consumos próprios + fornecimentos gratuitos dos quais Iluminação Pública	129,4	125,8
	76,4	61,0
<b>PERDAS NO TRANSPORTE E NA DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>2 987,4</b>	<b>2 960,0</b>

(\*) Valores provisórios.

**CONSUMOS INDUSTRIAIS  
E AGRÍCOLAS**

Classes de Indústrias	1991 (GWh)			1992 (*) (GWh)			Variações em % 1992 / 91		
	AT / MT	BT	TOTAL	AT / MT	BT	TOTAL	AT / MT	BT	TOTAL
20 - Indústrias extractivas	301,0	6,0	307,0	340,4	7,5	347,9	13,1	25,7	13,3
31 - Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	707,7	147,3	855,0	839,9	197,0	1 036,9	18,7	33,8	21,3
32 - Indústrias têxteis, do vestuário e do couro	1 955,5	187,8	2 143,3	1 921,2	212,0	2 133,1	- 1,8	12,9	- 0,5
33 - Indústrias da madeira e da cortiça	503,2	76,6	579,8	470,3	98,0	568,4	- 6,5	28,0	- 2,0
34 - Ind. do papel, artes gráf. e edição de publicações	543,7	16,9	560,6	613,0	26,1	639,1	12,7	54,5	14,0
35 - Ind. químicas, dos deriv. do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico	1 287,9	40,6	1 308,5	1 420,9	60,7	1 481,7	12,1	49,6	13,2
36 - Ind. dos produtos mineraiis não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão	1 559,5	53,1	1 612,6	1 603,1	57,4	1 660,5	2,8	8,1	3,0
37 - Ind. metalúrgicas de base	598,8	17,9	616,7	634,6	14,2	648,8	6,0	- 20,8	5,2
38 - Fabric. de prod. metálicos e de máquinas, equip. e material de transporte	872,1	91,0	963,1	852,2	117,8	970,0	- 2,3	29,4	0,7
39 - Out. ind. transformadoras	224,2	145,1	369,3	112,1	137,8	249,9	- 50,0	- 5,0	- 32,3
- Elevação de água para usos municipais	352,1	88,2	440,3	357,0	75,7	432,6	1,4	- 14,2	- 1,7
- Construção e obras públicas	86,3	144,5	230,8	82,5	172,6	255,0	- 4,5	19,4	10,5
<b>TOTAL</b>	<b>8 972,0</b>	<b>1 015,0</b>	<b>9 987,0</b>	<b>9 247,1</b>	<b>1 176,8</b>	<b>10 423,9</b>	<b>3,1</b>	<b>15,9</b>	<b>4,4</b>
Consumos agrícolas	172,9	194,8	367,7	156,6	224,2	380,8	- 9,4	15,1	3,6
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9 144,9</b>	<b>1 209,8</b>	<b>10 354,7</b>	<b>9 403,7</b>	<b>1 401,0</b>	<b>10 804,7</b>	<b>2,8</b>	<b>15,8</b>	<b>4,3</b>

(\*) Valores provisórios.

## INSTALAÇÕES EM SERVIÇO EM 92/12/31 (Valores provisórios)

Rubrica	Unidades	Direcções				Total Global
		DODN	DODC	DODT	DODS	
<b>SUBESTAÇÕES</b>						
Subestações	Número	95	76	96	73	340
Transformadores	Número	191	133	172	119	615
Potência instalada	MVA	4 363,9	2 058,2	2 584,5	1 957,5	10 964,1
<b>LINHAS</b>						
<b>(incluindo ramais)</b>						
<b>Aéreas</b>						
AT (60/130 kV)	km	1 703,3	1 355,8	1 315,7	1 262,2	5 637,0
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	km	12 618,1	12 443,6	8 961,3	9 903,6	43 926,6
<b>Cabos subterrâneos</b>						
AT (60 kV)	km	40,8	—	207,9	36,3	285,0
MT (< 6/10/15/30/40/kV)	km	1 368,0	444,5	3 583,0	1 383,5	6 779,0
<b>POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO</b>						
Unidades		12 105	8 937	7 922	6 763	35 727
Potência instalada	MVA	3 366,8	1 275,9	2 340,2	1 617,4	8 600,2
<b>REDES BT</b>						
Aéreas	km	34 521,5	20 194,5	11 830,2	13 747,7	80 293,9
Subterrâneas	km	5 955,1	811,2	5 664,9	3 231,4	15 662,6
<b>CONTADORES</b>						
Em AT/MT	Número	5 782	2 780	4 534	2 221	15 317
Em BT+BTE	Número	1 559 136	858 551	1 308 074	771 726	4 497 487

Na DODN estão incluídos equipamentos resultantes da integração dos ex-SMGE do Porto.

## RESUMO DAS INSTALAÇÕES CONCLUÍDAS EM 1992 (Valores provisórios)

Rubrica	Unidades	Direcções				Total Global
		DODN	DODC	DODT	DODS	
<b>SUBESTAÇÕES</b>						
Subestações	Número	2	1	4	5	12
Transformadores	Número	4	2	10	12	28
Potência instalada	MVA	91,5	40,0	167,5	210,5	509,5
<b>LINHAS</b>						
<b>(incluindo ramais)</b>						
<b>Aéreas</b>						
AT (60/130 kV)	km	79,3	22,4	47,5	108,8	258,0
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	km	438,0	479,6	469,3	564,0	1 950,9
<b>Cabos subterrâneos</b>						
AT (60 kV)	km	—	—	0,1	6,8	6,9
MT (< 6/10/15/30/40/kV)	km	82,3	26,1	164,6	127,2	400,1
<b>POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO</b>						
Unidades		377	299	352	338	1 366
Potência instalada	MVA	132,0	50,3	125,1	73,1	380,5
<b>REDES BT</b>						
Aéreas	km	1 205,2	451,2	468,0	426,2	2 550,6
Subterrâneas	km	193,8	37,7	247,5	275,3	754,4
<b>CONTADORES</b>						
	Número	243 040	55 809	27 224(*)	53 708	379 781

Na DODN estão incluídos equipamentos resultantes da integração dos ex-SMGE do Porto.

(\*) - Saldo entre os contadores entrados e os retirados de serviço.

## DISTRIBUIÇÃO:





*Edição:*  
**EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**  
Gabinete de Rel. Públicas e Informação  
Av. José Malhoa, Lote A - 13 · 1000 LISBOA

•  
*Composição / Impressão:*  
Multigrafia Furtado, Lda.

•  
Maio de 1993

•  
6000 exemplares

•  
Depósito Legal n.º 66076/93



